

X-96-057139-5
HN 810.045 1997



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**"O CASO DE CABINDA E A UNIDADE POLÍTICA DE
ANGOLA: UMA LEITURA ÉTNICA E ECONÓMICA"**

Maria Hermínia Cabral de Oliveira

Orientação: Prof^ª Joana Helena Maria Farjado Pacheco Pereira Leite

Júri:

Presidente: Prof. Jochen Oppenheimer

Vogais: Prof. Franz Willelm Heimer

Prof^ª Joana Helena Maria F. Pacheco Pereira Leite

Abril/1997



RESUMO

Cabinda, enclave angolano situado entre o Zaire e o Congo, tem vindo a ser palco de conflitos com vista à sua independência. O território, com cerca de 7000 Km² e mais de 170 000 habitantes, é uma das principais fontes de receitas do Estado Angolano, sendo responsável por cerca de 60% das suas exportações petrolíferas. Cabinda constitui um dos cenários de confrontação, latente e efectiva, em África, em que se questiona o princípio da intangibilidade das fronteiras, com base na especificidade da sua relação com a potência colonial e na dificuldade de identidade com o Estado pós-independência.

A questão de Cabinda exige uma abordagem pluridisciplinar; não se poderá entender a sua reivindicação de “diferente” e de “específica”, no contexto do Estado angolano, se não se perceber, por um lado, a evolução do seu processo identitário e a génese do fenómeno “etnonacionalista” e, por outro, a importância económica do enclave. A leitura da génese e afirmação das lealdades entre os cabindas, não poderá deixar de considerar o ambiente histórico e cultural em que foram afirmadas. A leitura da agudização do fenómeno identitário nacionalista em Cabinda terá ainda que ter em conta a evolução dos modos de integração daquele espaço na economia angolana e na economia mundo. Enquanto nos meados do século XIX a sua inserção na economia mundial devia-se, sobretudo, ao tráfico de escravos, no século XX ela processa-se por via do petróleo.

Qualquer solução política para Cabinda terá que ter em linha de conta considerações de ordem étnica, histórica e económicas, não esquecendo as suas “virtualidades” geo-estratégicas.

Palavras Chave: Cabinda, Angola, Tratado de Simulambuco, conflito, etnonacionalismo, petróleo.

ABSTRACT

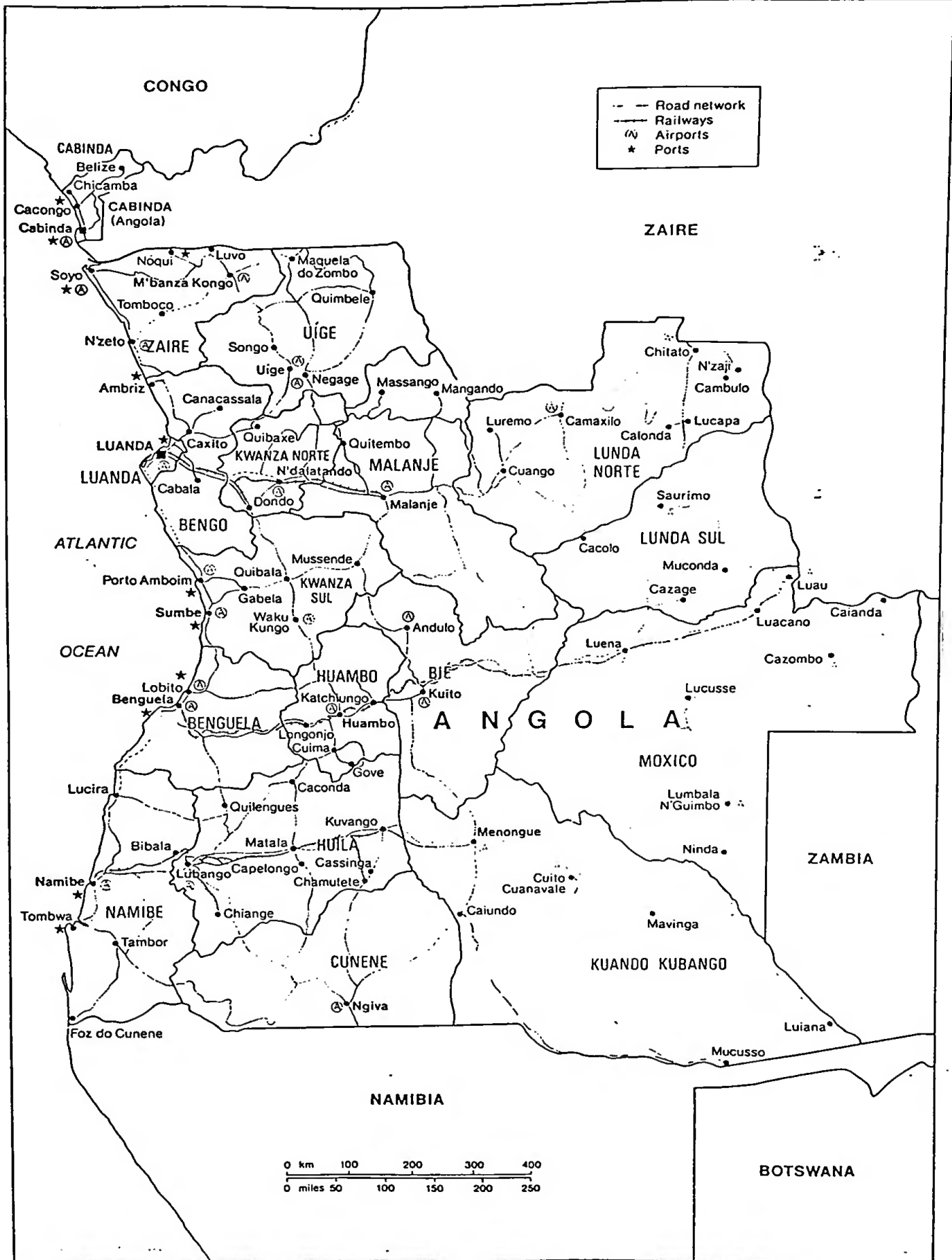


Cabinda, angolan enclave, situated between the Zaire and the Congo, has been a stage of conflicts in order to get independence. The territory of nearly 7000 Km² and over 170 000 inhabitants is one of angolan's major sources of revenue being responsible for about 60% of its oil exports. Cabinda is one of Africa's confrontation sceneries in which it is argued the principle of the "intangibleness" of the borders, based in the specificity of its relation with the colonial power and the difficulty of identifying it with the post-independent state.

The Cabinda issue demands a multidisciplinary approach. We cannot understand its claim of "difference" and "specificity", in the angolan state, if we do not try to evaluate its identification process and the origin of the "ethnonationalist" phenomenon, on one side, and the economic importance of the enclave, on the other. The understanding of the genesis and the assertion of the loyalties among the cabindas should consider, either the historical and cultural environment in which they have been reasserted, or the identitarian process which turn them different from the other angolans. The understanding of the nationalist identitarian phenomenon of Cabinda should as well analyse the evolution of the enclave integration in the angolan and the world economies. While in the middle of the 19th century its integration in the world economy is mainly due to the slave trade, in the 20th century that process is made around oil.

Any political solution for Cabinda must consider ethnical, historical and economical preoccupations, not forgetting its geo-strategic "importances".

Key words: Cabinda, Angola, Treaty of Simulambuco, conflict, ethnonationalism, oil.



O caso de Cabinda e a unidade política de Angola...

Aos meus pais
e ao futuro de Angola.

"Libuku va te bantu:
Me siala minu veka to."

*(Na terra dos antepassados, onde
houve muita gente, só eu fiquei.)*

Índice

Lista de Figuras e Quadros	vii
Lista de Mapas	vii
Agradecimentos	viii
1. Introdução	1
2. Etnologia e etnicidade: quadro de análise e instrumento do colonialismo	5
2.1. Etnia e etnicidade - sua dinâmica. Algumas vias para reflexão	6
2.2. "Mito étnico" - necessidade histórica do colonialismo	17
3. Fenómenos étnicos da África Contemporânea: contributos para a sua análise política e económica	32
3.1. As múltiplas dimensões dos conflitos étnicos em África: dos espaços políticos e culturais às assimetrias do desenvolvimento	33
3.1.1. Conflito e seu significado	33
3.1.2. Conflitos étnicos e sua multidimensão	38
3.2. Etnia e reivindicação do poder: Estado, democracia e elites	55
4. O enclave de Cabinda. Especificidade no período colonial e na construção do Estado pós-colonial	64
4.1. Ancestralidade e período colonial	65
4.1.1. Origens e busca de uma identidade ancestral	66
4.1.2. Cabinda e Angola: aspectos da evolução histórica comparada	74



4.2. O enclave e o princípio da integridade territorial do Estado angolano	90
4.2.1. "De Cabinda ao Cunene": retórica dos meios de comunicação e a realidade.	91
4.2.2. As riquezas do enclave no discurso mediático e sua influência para a reprodução do sistema central	100
5. Conclusões: da herança colonial às condicionantes e potencialidades da identidade cabinda	113
Bibliografia	119

Lista de Figuras e Quadros

Figura 1 - Elementos sobre o movimento separatista de Cabinda(1956/75)	89
Figura 2 - Petróleo: evolução da produção face a 1974 (1974/96)	105
Figura 3 - Petróleo: preço médio e receitas de exportação (1980/90)	108
Figura 4 - Crescimento anual do PIB	109
Figura 5 - Petróleo: produção média diária (1979/97)	111
Figura 6 - Angola e Cabinda e outros produtores (1995)	112
Quadro 1 - Petróleo: peso na economia angolana	106

Lista de Mapas

Antigo Reino do Congo	67
África Central e os Reinos da Costa do Luango	68

Agradecimentos

A ideia de elaborar este trabalho foi desde logo incentivada pela Prof^a Joana Pereira Leite, a quem quero agradecer, aqui, todo o apoio e orientação, atenta e entusiasta, que foi determinante para que o ânimo nunca faltasse.

Expresso, também, o meu reconhecimento ao Dr. Eduardo Costa Oliveira, cujo conhecimento sobre Angola tanto me inspirou na escolha deste tema e me permitiu compreender melhor a realidade daquele país.

Contei também com a crítica lúcida do Prof. Acílio Estanqueiro Rocha que se disponibilizou sempre para discutir a abordagem de temas da sua especialidade.

Para um trabalho de pesquisa é necessário dispôr de tempo. Para ter esse factor tão precioso, tive que contar com a compreensão de pessoas e organismos a quem estive e estou ligada na minha actividade profissional: a Dr^a Isabel Mota, o Eng^o António Taveira e a Comissão de Coordenação da Região do Norte.

Para a investigação bibliográfica foram decisivas as facilidades concedidas pela Sociedade de Geografia de Lisboa a quem manifesto o meu reconhecimento. À Embaixada de Portugal em Luanda e à minha irmã Maria Emília uma palavra de agradecimento pelo seu contributo para o trabalho de pesquisa que desenvolvi em Angola.

Por último, o debate permanente desta tese e do seu desenvolvimento com o João Melo Borges, bem como o incentivo que a sua infatigável camaradagem proporcionou, foram elementos importantes para este trabalho.

Todos os erros e omissões são exclusivamente da minha responsabilidade.

1. Introdução

Uma análise em termos de "lógicas mestiças" [...] permite colocar a hipótese do regresso ao infinito.

Jean-Loup Amselle

Cabinda, enclave angolano situado entre o Congo e o Zaire e com uma grande importância geoestratégica para este último, tem vindo a ser palco de conflitos com vista à sua independência. O território, com cerca de 7 000 Km² e mais de 170 000 habitantes¹, é uma das principais fontes de receitas do Estado angolano, sendo responsável por cerca de 60% das suas exportações petrolíferas. Cabinda constitui um dos cenários de confrontação, latente e efectiva, em África em que se questiona o princípio da intangibilidade das fronteiras², com base na especificidade da relação estabelecida com a potência colonial e na dificuldade de identidade com o Estado pós-colonial.

¹ Dada a disparidade de valores estimados, optamos por uma ordem de grandeza superior a 170 mil habitantes, o que nos parece "razoável" face às estimativas para 1991, do Governo provincial de Cabinda, de 172 mil habitantes e, para 1993, do Instituto Nacional de Estatística, de 174 mil habitantes.

² Princípio, para alguns, dogma, consagrado pela OUA aquando da sua constituição em 1963.



O “caso de Cabinda”, expressão tão comumente utilizada³ e sugestiva, exige uma abordagem pluridisciplinar, pois não se poderá entender a sua reivindicação quer de “diferente” quer de “específica”, no contexto do Estado angolano, se não se perceber, por um lado, a evolução do seu processo identitário e a génese do fenómeno “etnonacionalista” e, por outro, a importância económica do enclave e o seu modo de inserção na economia angolana e “economia mundo”.

Nesta sequência, entendemos optar por uma leitura étnica e económica de Cabinda, a fim de se apontar algumas vias de regulação do conflito. Assim, e com o objectivo, pois, de delinear uma “grelha” de entendimento do “caso de Cabinda”, recorreremos a conceitos e conhecimentos também de outras ciências sociais, para além da economia, cientes, por um lado, de que, não sendo aquelas as nossas áreas habituais de estudo, poderemos incorrer em alguns riscos, mas, por outro, que é “da espessura do tempo histórico único e irreduzível da vida social (*que*) é destilado o tempo sintético que separa os Estados de equilíbrio” (Oppenheimer, 1991: 5) de que se ocupa a análise económica; há, deste modo, os vectores tempo e espaço que nos permitirão analisar das condições de possibilidade de um processo identitário e de uma leitura económica de Cabinda.

Há actualmente uma tendência generalizada para analisar os problemas de África em termos de identidades étnicas e de conflitos, apresentando-se estes fenómenos como uma das razões impeditivas da afirmação da soberania dos países, da sua democratização e do seu desenvolvimento económico. Na realidade, os Estados coloniais legaram àqueles países a figura de Estado-Nação e

³ É uma expressão usual no meio político e diplomático para referir a especificidade daquela região; também se utiliza “a questão de Cabinda”, que é uma expressão herdada de uma publicação, de 1929, com o mesmo título e da autoria de Cardoso Leitão que tratava da falência da Companhia de Cabinda.

os seus líderes aceitaram-no e tentaram aplicá-lo, convencidos que as lealdades nacionais se sobreporiam a outro tipo de lealdades e esquecendo que estruturas de organização social não podem ser impostas, mas, antes, adaptadas e aculturadas lentamente. Cabinda demonstra, por um lado, que o Estado-Nação não nasce no dia da independência e que, por outro, o melhor caminho não é, certamente, esquecer os conflitos latentes e não integrar, na consciência nacional, as reivindicações de uma região e de uma comunidade.

A leitura da génese e afirmação das lealdades entre os cabindas, não poderá deixar de ter em devida conta o ambiente histórico e cultural que agregou aquele povo em torno de causas, nem, porque com ele está intimamente ligado, o processo identitário que os torna diferentes dos outros angolanos⁴. Problematizamos, assim, os conceitos de etnicidade e grupo étnico, por um lado, e da figura de conflito étnico, por outro, enquanto “instrumentos” de análise do processo identitário; integramos neles a vivência histórica daquele povo e comparamo-la com Angola, de modo a se detectar a anterioridade da sua diferenciação. O território de Cabinda, integrado no reino do Congo, e, mais tarde, nos reinos de Loango, Cacongo e Ngoio, viu consagrado, pela Conferência de Berlim e pelo Tratado de Simulambuco, assinado entre os seus “notáveis”⁵ e o reino de Portugal, em 1 de Fevereiro de 1885, um tratamento administrativo diferente do de Angola - Cabinda tornou-se num protectorado, enquanto Angola era considerada como uma colónia portuguesa.

Paradoxo, parece, daquele tratamento administrativo, é o facto de Cabinda ter diminuído a intensidade das suas reclamações autonómicas no período em que

⁴ Não se pretende afirmar a superioridade da identidade nacional sobre outras identidades regionais/étnicas que existem na sociedade angolana.

⁵ Expressão utilizada por Costa Carneiro (1968). Obviamente que se poderá questionar da legitimidade da representação do povo de Cabinda por esses notáveis.

se agudizou o conflito armado entre os movimentos de independência angolanos e o Estado colonizador e acentuado as suas reivindicações no período pós-independência.

Por outro lado, para a leitura da agudização do fenómeno identitário nacionalista em Cabinda será, ainda, necessário retermo-nos na evolução dos modos de integração daquele espaço na economia angolana e na economia mundo. Se a sua inserção na economia mundial em meados do século XIX se devia sobretudo ao tráfico de escravos, no século XX ela faz-se por via do petróleo. E é, sem dúvida, a riqueza neste recurso, e a sua importância para a sobrevivência do Estado angolano, que é sublinhado, quer quando se afirma a viabilidade económica de um possível, ou previsível, país - Cabinda -, quer quando se pretende detectar as razões dos apoios às causas independentistas pelos países vizinhos, quer, também, quando se observa a relação de dependência de Angola face a uma economia enclave e que tanto tem contribuído para a sustentação do Estado rendatário e da nomenclatura petrolífera⁶.

Não se poderá defender uma qualquer solução política para Cabinda sem entrar em linha de conta com considerações de ordem étnica, histórica e económicas ou esquecendo as suas “virtualidades” geo-estratégicas. Não basta argumentar, apenas, que Cabinda é mais um exemplo do produto da artificialidade das fronteiras em África e dos desígnios das potências coloniais ou defender que as fronteiras coloniais herdadas são sagradas e que assim se manterão. Haverá é que apontar pistas para regular o conflito e essa é, sem dúvida, uma tarefa do Estado que ter-se-á que empenhar nele tanto quanto o conflito ameace o seu modo de reprodução e o da classe dirigente.

⁶ A expressão "nomenclatura petrolífera" é utilizada por M. Ennes Ferreira (1995).

2. Etnologia e etnicidade: quadro de análise e instrumento do colonialismo

Os estudos actuais sobre África e sobre a situação das suas instituições raramente deixam de referir que não é possível ignorar os problemas étnicos e a sua influência/determinação na existência e robustez dos Estados Nação⁷ e no posicionamento deste continente no quadro económico e político da mundialização, a qual surge, aos “olhos dos economistas”, como o verdadeiro motor do progresso e do desenvolvimento.

Se "o quadro político da mundialização é antes de mais o Estado-Nação" e se "a convenção na qual se funda este sistema implica a partilha do planeta entre um certo número de identidades, cada qual dotada de um território" (Defarges, 1993: 99), que papel caberá, então, neste sistema inter-relacional e sem fronteiras, a categorias como "etnia"⁸. Com efeito, se as fronteiras são cada vez mais fluidas, o ancoradouro da identidade não poderá restringir-se à Nação ou ao Estado e terá que buscar outras referências e outros espaços.

⁷ Não se pretende afirmar da exclusividade das questões étnicas no Continente Africano, mas antes que para o objecto deste estudo, esta problemática enforma outras de natureza eminentemente política, como sejam a capacidade de auto-reprodução dos modelos parlamentares e de democracia representativas herdadas por estes Estados das potências colonizadoras.

⁸ A referência a categoria não tem implícito um sistema de classificação e de hierarquia entre nação e etnia, constituindo-se, antes, como conceitos distintos e inter-relacionados, utilizados distintamente pelas ciências sociais.

Não cabe no âmbito do estudo a que nos propusemos uma análise, ou exposição, das várias “ideias de Nação”⁹, mas o modo como estas precedem as definições de “etnia” e com ela se articulam (afinal é a leitura étnica de um espaço - Angola/Cabinda - que move o nosso interesse).

2.1. Etnia e etnicidade - sua dinâmica. Algumas vias para reflexão.

"O termo etnia designa um conjunto linguístico, cultural e territorial de uma determinada dimensão" (Taylor, 1991: 242). Neste sentido, a "etnia não será nada mais que uma forma de etiquetagem que permitirá distinguir factos sociais aparentemente idênticos segundo critérios simples, limitados e controláveis (território, língua, cultura, costumes e práticas)" (Darbon, 1995: 218). Entendida inicialmente como categoria portadora de valores negativos de identidade, pois como refere Taylor, enquanto a Nação estava reservada aos Estados Civilizados do Ocidente, o povo e a raça, respectivamente, sujeito dum destino histórico e factor biológico, eram conceitos demasiado nobres e gerais para se aplicarem a sociedades primitivas com um quadro cultural diverso e, sobretudo, inferior (cf. Taylor, 1991:242). Obviamente que neste raciocínio não está apenas implícita uma concepção evolucionista da sociedade (em que o estágio inicial seria o selvagem ou o primitivo), mas também a da inevitabilidade de, em iguais condições, as sociedades terem um destino comum.

"Existe uma espécie humana idêntica, mas que se desenvolve (quer nas suas formas tecno-económicas e sociais, quer culturais) a um ritmo desigual,

⁹ Expressão sugerida por "L'idée de Nation" (1969), Institut International de Philosophie Politique (coord.), Paris: PUF

passando as populações pelas mesmas etapas, até atingirem o último nível que é o da “civilização” (Laplantine, 1995: 62). Esta corrente evolucionista da antropologia que predomina nos finais do século XIX, correspondendo, aliás, a um período do imperialismo colonial que via a sociedade capitalista ocidental como a fase última da história, virá a ser questionada, sobretudo, pela necessidade de alargar o âmbito e o método de análise, extravasando-se dos domínios habituais (os símbolos, a religião, o parentesco...) e abandonando a cultura ocidental como matriz de referência dessas sociedades. E é nesta evolução da antropologia/etnologia que "o termo francês “ethnie”¹⁰ é utilizado no início do século XX, com a intenção de qualificar as comunidades culturais sem as reduzir quer à visão biológica, veiculada pelo termo “raça”, quer a um simples reagrupamento linguístico" (Chrétien, 1989: 6).

A etnia não é um conceito determinístico e claro, em que, quanto à sua classificação, antropólogos e etnólogos partilhem as mesmas opiniões. Conceitos como raça, tribo, etnia e Nação, são por vezes dificilmente distinguíveis, pois referem-se a uma mesma realidade, não se sabendo qual o critério classificatório subjacente a cada um.

Com efeito, “raça” é uma categoria genética e que tem uma forma física visível” enquanto “a “Nação” é uma categoria sócio-política, relacionada de alguma forma com as actuais ou potenciais fronteiras de um Estado” (Wallerstein, 1988: 77)¹¹. Na verdade, o termo raça tem vindo a tornar-se um conceito

¹⁰ Etnia resulta da tradução de “ethnie” correspondendo ao “sujeito” da etnologia, enquanto ramo da antropologia - a “antropologia cultural”.

¹¹ I. Wallerstein, *The Construction of Peoplehood: Racism, Nationalism, Ethnicity*, in E. Balibar; I. Wallerstein, 1988.

descritivo equívoco, dificilmente objectivável¹², preferindo-se o termo “racismo” para definir situações em que as diferenciações inerentes à estrutura social estão relacionadas com critérios físicos ou culturais. E é neste sentido que Balibar refere um novo racismo, o "racismo sem raças", (Balibar,1988:17-28)¹³ quando o que está em causa não é a superioridade de uma raça, mas sim a de uma cultura e a de uma forma de estar. Nesta perspectiva, as manifestações de identidade, não apenas em sentido biológico, podem ser entendidas como manifestações de racismo, na medida em que a identidade não é mais do que a expressão de uma cultura enquanto "um complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a lei, o costume, bem como outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade"(Tylor,1871)¹⁴.

Por outro lado, ao conceito de tribo está geralmente associado um juízo de valor negativo, não só porque se trata de uma expressão recorrente da ideologia colonial, que simplificando demasiado a análise dos grupos colonizados os classificava e ordenava, mas também porque foi incorporado na linguagem política dos novos países independentes, e em particular os de partido único, para referirem entraves à criação do Estado-Nação.

Assim, o conceito de tribo surge como uma categoria política reivindicativa e de resistência, existente na sociedade tradicional, e que tanto poderá querer exprimir a não adesão a um modelo de exploração capitalista ou a um regime político, como um facto social que tenderá a desaparecer com a modernização. Só que tal interpretação poderá levar-nos a aceitar que as

¹² O termo é equívoco, tanto pelo facto de não poderem ser estabelecidas fronteiras bem definidas entre as várias raças, como ainda pela grande variação existente dentro do mesmo grupo racial.

¹³ E. Balibar, *Is there a "Neo-Racism"*, in *ibidem*: 17-28.

¹⁴ E.Tylor.(1871), *Primitive Culture*, cit. in Amselle, 1990: 47.

alterações sociais e políticas produziriam necessariamente um efeito unificador e de destribalização, quando a história recente parece demonstrar a fragmentação crescente. Ora, esta perspectiva parece sugerir, por um lado, a existência de uma base material nos conflitos tribais pós-coloniais e, por outro, a possibilidade de se manipular as consciências tribais em favor de uma consciência de classe¹⁵.

"Há uma clara diferença entre etnia, por um lado, e tribo, linhagem, clã, por outro. A tribo é uma estrutura quase-estatal, uma organização política, que poderá estar ligada a uma consciência étnica, quer particular, quer mais vasta, mas não politicamente organizada a um nível superior" (Cahen, 1994: 77-78) e as etnias podem ser claramente afirmadas sem necessidade de estruturas políticas. Por outro lado, e esquecendo o pendor etnocêntrico de muitas das análises antropológicas, podemos aceitar que, quando se fala em tribo, explicita-se uma distinção clara entre nós, sociedade moderna, e os outros, sociedade tradicional (cf. Eriksen, 1993:10).

A etnia situa-se entre os grupos de parentesco e as comunidades organizadas em Estados (cf. Chrétien, 1989:13), tendo implícita uma distinção sistemática entre o nós e o eles. Os grupos étnicos são assim realidades que se vão construindo e se vão relacionando uns com os outros, sugerindo-se um processo identitário relativamente ao que o grupo não é, nem quer ser.

E se, tal como refere Chrétien, "as definições étnicas são feitas de encontro às ciências humanas de cada época e aos oportunismos políticos" (1989: 13), então a etnia não é mais do que um processo permanente de construção e "desconstrução" de sentimentos identitários, quer relativamente ao passado, quer ao presente e futuro e em que a sua visibilidade é determinada pelo contexto político, social e histórico.

¹⁵ Está subjacente a esta interpretação uma visão linear e evolucionista da história das sociedades, cuja última fase tanto pode ser uma sociedade capitalista como uma sociedade socialista.

A etnia não se reduz a um único atributo, seja ele a língua, o território, a partilha de um passado histórico..., mas reporta-se a um equilíbrio de elementos culturais e sociais que não é nem estável, nem imutável. Esse equilíbrio é o resultado, em cada momento, de uma interpretação e manipulação das realidades sociais. As relações de poder e a capacidade para protagonizar essas reinterpretações da realidade são, por isso, determinantes para a sobrevivência de uma etnia.

Coloca-se, portanto, a questão da necessidade que o grupo tem de sentir o reconhecimento pelos outros como entidade diferente com capacidade para dominar politicamente uma região. E se a identidade étnica se revela no campo político, então ela não é mais do que um “epifenómeno” que, revelando a sua diferença face aos restantes grupos, merece um tratamento específico. Circunscrever a identidade étnica apenas a um fenómeno de ordem política é uma visão reducionista, tanto como associá-la exclusivamente à componente cultural e a outras categorias subjectivas. A este propósito, refira-se que esta diferença de *focus* sobre a identidade étnica tem dividido alguns investigadores; se uns definem grupos étnicos como grupos culturais, realçando que a partilha de uma mesma cultura é o verdadeiro substrato da identificação étnica, outros, considerando que aquela é uma visão estática, defendem que as identidades étnicas emergem de condições sociais específicas e com uma finalidade política.

Conforme Barth, um grupo étnico designa uma população que tem uma grande autonomia de reprodução biológica e partilha um conjunto de valores culturais fundamentais, que se vão actualizando, sendo, também, um espaço de comunicação e interacção em que se desenvolve e se afirma uma categoria



distinta de outras categorias (1969:10-11)¹⁶. No entanto, enquanto Barth, primordialista, descreve as categorias étnicas como "vasos organizacionais que variam em quantidade e na forma nos diferentes sistemas socioculturais" (1969: 14)¹⁷ e em que os atributos étnicos são atributos de categorias relativas à sua origem e ao seu passado, Cohen, instrumentalista, vê essas mesmas categorias como uma resposta a requisitos funcionais organizacionais em que as diferenças culturais são apenas invocadas para que o grupo se sinta seguro (cf. Cohen, 1974a:xii-xv)¹⁸. E se para Barth um grupo étnico é também, "um espaço de comunicação e interação" em que se "desenvolve e se afirma uma categoria distinta de outras categorias" (1969:10-11)¹⁹, para Cohen o grupo étnico servirá para responder a fins políticos e dar resposta à necessidade psicológica de pertença a um grupo e do que tal poderá significar perante os outros (cf. Cohen: 1974b)²⁰. Então, Cohen, contrariamente a Barth, não considera ser necessário apelar à história e à cultura para se perceber a identidade étnica: importa entender em cada momento as condições sociais específicas de uma determinada realidade (cf. Eriksen: 1993:55). Ora, o que parece também estar em causa é se a identidade étnica é uma realidade estática, que se mantém, se apura e se revela sob diversas formas, mas não se transforma significativamente, ou se é uma realidade dinâmica que vai integrando novas categorias, adaptando-se e transformando-se em resposta aos condicionalismos sociais²¹.

16 F. Barth. (1969), *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference*, Oslo: Scandinavian University Press, cit. in Amselle, 1985: 18.

17 *Ibidem*, cit. in Eriksen, 1993: 54.

18 A. Cohen. (1974a), "Introduction: the lesson of ethnicity", in A. Cohen (ed), *Urban Ethnicity*, London: Tavistock, p.ix-xxii, cit in Eriksen, 1993: 55.

19 Cit. in Amselle, 1985:18.

20 A. Cohen. (1974b), *Two-dimensional Man*, London: Tavistock, cit in *ibidem*: 56.

21 Entendendo-se "sociais" no sentido amplo, i.e., causa e efeito das condições históricas e políticas.

Não se inscreve no âmbito deste trabalho analisar todas as controvérsias que sobre as questões étnicas percorrem o pensamento antropológico. Existem, porém, algumas questões que se revelam pertinentes para a problematização do objecto deste estudo²², como seja a possibilidade de uma identidade étnica poder resultar da manipulação da história e de símbolos culturais, assumindo-se como uma entidade construída com um objectivo específico. Surgem, deste modo, os fenómenos de “etnogénese”, quer sejam a reivindicação de direitos territoriais, e sua legitimação, quer seja a criação de um conjunto de práticas e representações culturais ancestrais, quer mesmo na definição de um grupo étnico através de um conjunto de categorias estereotipadas²³. Só que a ênfase nestes fenómenos de autodefinição escondem sem dúvida os mecanismos de criação da identidade étnica que são anteriores àqueles.

Todos estas controvérsias, e até mesmo ambiguidades, que se geram em torno das questões étnicas, levam-nos a não veicular uma definição precisa de etnia e antes a aceitar que: "a questões como: a etnia define-se pela origem comum dos seus membros? é uma unidade culturalmente homogénea? é uma unidade linguisticamente homogénea? é um modo de vida? é uma unidade politicamente organizada, ou pelo menos, no interior da qual a cooperação entre os elementos integrantes é intensa e constante? - não se pode dar uma resposta claramente positiva ou negativa" (Mercier, 1961:5).

Parece, todavia, de aceitar a ideia de Darbon quanto ao facto de a identidade étnica se afirmar como "um processo social permanente de assimilação e diferenciação em torno de critérios sociais investidos de significados distintos e similares" (1995: 224), não se tratando de realidades atribuídas ou adquiridas,

²² Tal como foi já referido, o que está em causa é uma leitura étnica e económica de Cabinda.

²³ Geralmente estas categorias estão associadas a grupos raciais, sendo um processo de “etnogénese” recorrente na prática colonial.

mas de ambas as coisas. As identidades étnicas "balançam entre uma selecção situacional e os imperativos vindos de fora" (Eriksen, 1993: 57).

A identidade dos grupos étnicos refere-se inevitavelmente a um certo número de critérios comuns - língua, território, costumes e valores, ancestralidade, consciência dos actores sociais de pertencerem a um mesmo grupo,... -, só que o modo como estes se combinam e se revelam não é independente dos condicionalismos sociais e do momento histórico.

O que delimita, então, a imagem da etnia é a etnicidade, porquanto esta é o quadro em que a identidade daquela se exprime; quando se fala de etnia, refere-se sobretudo a um processo identitário, de dentro e para dentro do grupo; e, como refere Cahen, os graus de etnicidade tanto podem desaparecer completamente como podem estar adormecidos e despertarem em resposta a um conjunto de fenómenos militares, económicos, sociais e culturais, existindo só a etnia a partir do momento em que é afirmada (1994: 34-71).

Se a etnicidade é um facto da consciência, como defende aquele autor - colectiva e individual, acrescentamos nós - é evidente que a sua afirmação dependerá do modo como o grupo e o indivíduo sentem e reportam para um imaginário colectivo um conjunto de realidades e de sentimentos passados e actuais²⁴; poder-se-á falar de "eticidade moral"²⁵ para se descrever "o instinto existente no homem de construir, no interior de uma comunidade mais ou menos imaginária e a partir das práticas quotidianas da relação social e do trabalho material, um conjunto de códigos morais e de referências" (Lonsdale, 1996: 100). Não poderá, porém, existir face às diversas representações dessa etnicidade, se se

²⁴ As realidades são muitas vezes percebidas ao nível da consciência por um conjunto de símbolos e imagens em relações aos quais se manifestam sentimentos vários e nem sempre iguais, nem com a mesma intensidade.

²⁵ Entendendo-se moral como o que se refere aos casos da consciência.

quiser moral, qualquer juízo de valor: isso significaria que não se está disponível para as interpretar senão à luz dos nossos códigos morais ²⁶.

Como já referimos, a “ideia de Nação” e o seu significado ao longo dos tempos não é uma preocupação fundamental deste trabalho, mas, reconhecemos, todavia, que a Nação, e em particular o Estado-Nação, são quadros de análise e de exteriorização dos factos étnicos, e como tal devemos procurar equacioná-los, ainda que numa abordagem meramente liminar.

Deste modo, a ideia de Nação e a ideia de etnia²⁷, não se equivalem; como refere Cahen “não há que confundir projecto político com realidade” (1995: 80), mas elas cruzam-se constantemente. É o que acontece quando se pretende estabelecer uma hierarquização entre elas, conferindo à primeira um significado eminentemente positivo, de construção de uma unidade política, e à segunda a de manipulação de um conjunto de realidades para pôr em causa essa mesma unidade. *Idem* quando se perspectiva Nação como entidade étnica *versus* Nação como projecto político.

Tal como é correntemente entendido, não é a raça, nem a língua que geram uma Nação, mas é a consciência duma comunidade como povo²⁸ e a vontade de a manterem que informa o sentimento nacional. A Nação é uma representação colectiva histórica duma comunidade que partilha uma mesma ideia sobre as suas tradições e costumes, sobre o seu modo de vida e que quer continuar a afirmar essa unidade. A necessidade de operar esta representação num território com fronteiras limitadas, leva-nos a extravasar a “ideia de Nação” como unidade

²⁶ Códigos morais que na civilização ocidental são indissociáveis dos preceitos cristãos.

²⁷ Optamos pelo termo “ideia”, na medida em que não há relativamente a qualquer dos termos (etnia/nação) uma definição universalmente aceite.

²⁸ Toma-se povo como comunidade de pessoas que se mantêm voluntariamente enquanto tal, para a prossecução de fins, considerados bem comum.

antropológica e a considerá-la também, e sobretudo, uma unidade política; se o sentimento nacional se transformar numa vontade política comum e consciente, então a “ideia de Nação” dá lugar à “ideia de Estado”.

O Estado, como conceito eminentemente político, carece de legitimação²⁹ e tal leva inevitavelmente à identidade com o projecto político de uma Nação ou à possibilidade de os projectos políticos de várias Nações se poderem concretizar dentro de um mesmo Estado. Ao Estado está, pois, associado um conjunto de meios organizacionais para o exercício da autoridade sobre um dado território, não se podendo determinar se a Nação lhe é ou não uma realidade anterior.

É que se se entender a Nação como necessariamente anterior ao Estado, então estar-se-ia a aceitar que o processo de estruturação política da realidade mundial ter-se-ia processado forçosamente de um modo linear e independente das realidades históricas e sociais em que se instituiu o Estado - o que não é exacto. Também não é óbvio que será no seio do Estado, enquanto instrumento de unidade política, que se afirma e se constrói a Nação. São abordagens diferenciadas e pontos de vista opostos, pois a realidade não é sempre nem uma coisa nem outra.

Se há países em que a Nação e o povo precederam o Estado, outros existem em que foi o Estado que reforçou e afirmou uma Nação e um povo, e outros mesmo em que o Estado se implantou numa realidade plurinacional. Deste modo, ao associar-se o Estado à Nação procura-se de algum modo associar uma realidade política a uma realidade sociológica, e do nível da vontade individual, ou seja, tende a exprimir-se, por um lado, que o fundamento político da Nação é um Estado burocrático centralizado e, por outro, que no âmbito do Estado é possível

²⁹ Não pretendemos referir aqui os instrumentos que cada ideologia de organização do Estado preconiza, mas antes à sua adequação a uma realidade económica, social e política.

estabelecer um contrato político que compatibilize os projectos políticos das várias nações e etnias.

Porém, os grupos ou comunidades, no âmbito dos seus processos identitários podem reconhecer que o Estado em que se integram não lhes assegura a prossecução do seu projecto político, pelo que apelarão a uma maior autonomia. É neste sentido que se deve entender o nacionalismo, e a ideologia nacionalista, particularmente quando o desejo de autonomia significa o exercício da soberania, a delegação de autoridade e de responsabilidade administrativa e financeira sobre uma determinada região. Obviamente que tal acepção do nacionalismo assenta na “ideia de Estado-Nação”, e isso leva-nos a admitir que o pensamento político actual está ainda largamente influenciado por um conceito de Nação jacobina da qual a Terceira República se liberta.

Assim se compreende que se tenham designado os movimentos de independência das colónias, e seus líderes, de nacionalistas, quando o que estava em causa era usar a “ideia” de Nação para alcançar o direito de soberania sobre aqueles territórios.

Desta forma, se perceberá também que a não participação, e em muitos casos oposição, de alguns grupos na construção daqueles Estados-Nação tenha sido classificada como tribalismo, sem sequer se questionar dos motivos desses grupos para não se terem manifestado, ou de não os terem deixado manifestar-se, aquando das independências. Como afirma Connor, "com raras excepções, o obstáculo maior à unidade do Estado é o facto dos Estados conterem mais do que uma Nação, e por vezes centenas" (1994: 98).

Será então que o nacionalismo impõe uma consciência trans-étnica? Ou que a ideologia nacionalista se esgota na politização da etnicidade?

O nacionalismo impõe uma consciência política que não terá que estar forçosamente para lá do étnico, nem se cingir apenas a ele. São níveis de explicitação distintos da vontade de estarem juntos, pois a consciência política da etnia tanto pode originar movimentos nacionalistas, com referência clara a um elemento territorial, como apenas reivindicar outras formas de legitimar o seu “direito à diferença”.

"O nacionalismo étnico é um fenómeno complexo que não se presta a explicações simplistas [...]. O nacionalismo étnico distingue-se das outras formas de mobilização política étnica pela sua referência territorial" (Richmond, 1987:16); e é ao nível do território que a etnia e a nação, enquanto “ideias”, se cruzam e se processam os conflitos intergrupos³⁰.

2.2. "Mito étnico" - necessidade histórica do colonialismo.

Ao recorrermos ao termo “mito étnico” como objecto de controvérsia quanto ao “facto étnico” ser ou não uma criação do colonialismo, estamos a questionar se se trata de um fenómeno em volta do qual se desenvolveu um discurso “parabólico” que foi construindo um facto que apenas existe ao nível da imaginação. E ao aceitarmos tal raciocínio estaríamos, então, a pressupor que, pelo menos, esta criação não foi espontânea nem irreflectida, mas sim voluntária, reflectida e instrumental.

A classificação de grupos étnicos, ou tribais³¹, serviu de base argumentativa a muitas práticas do Estado colonial, como foram, por exemplo, os

³⁰ As questões do nacionalismo e dos conflitos étnicos serão abordados mais adiante.

³¹ Não se pode esquecer que a antropologia colonial apelava muito mais aos termos tribo, clã e linhagem, do que ao termo etnia, sem que tal tivesse obrigatoriamente um sentido negativo;

regimes de administração do território e as políticas laborais, o que nos levará a concluir que se o “facto étnico” foi construído, então foi porque ele se revelava necessário à ideologia colonial. Subsiste, no entanto, a dúvida sobre a anterioridade do “facto étnico”, isto é, se nos espaços africanos³² pré-coloniais não se terão desenvolvido também processos identitários apenas com uma exteriorização e intensidade distintas daquela que iremos assistir nos Estados coloniais e pós-coloniais.

Optarmos por uma ou outra interpretação quanto à origem do “facto étnico” não se nos afigura determinante para o nosso estudo, mas antes o equacionar das diferentes perspectivas e razões que as sustentam; por isso a nossa abordagem desta polémica baseia-se, sobretudo, em análises que alguns investigadores contemporâneos fizeram sobre a matéria.

Os quadros analíticos dos fenómenos étnicos são significativamente influenciados pela conjuntura histórica e, designadamente, por um conjunto de “ideais políticos” que em cada momento são defendidos.

Nos finais do século passado, e coincidindo com a “corrida para África” das potências europeias, os antropólogos classificavam as sociedades desses “novos mundos” de primitivas, considerando que se encontravam, assim, numa fase inicial de um processo evolucionista por que passava toda a humanidade. Deste modo, haveria que potenciar o desenvolvimento destas sociedades para que elas pudessem progredir a um maior ritmo do que o seu próprio, alcançando as fases seguintes.

por outro lado, o termo tribo é ainda utilizado por muitos antropólogos da escola anglo-saxónica no sentido em que designamos etnia.

³² Preferimos, para já, a designação espaços a estados, afastando-nos, assim, da polémica relativa à existência de estados na África pré-colonial.

Dando uma particular atenção às relações de parentesco, em que a filiação matrilinear surgia como a célula nuclear da organização desses povos, e ao estudo da religião, onde o recurso à magia era revelador do seu carácter não inteligível, o evolucionismo mais não fazia do que utilizar os valores da civilização ocidental e caucionar a prática colonial. Constituía assim tarefa suprema do colonialismo levar aquelas sociedades primitivas a adoptarem um conjunto de valores que, alterando radicalmente a sua mentalidade, lhes permitiria aceder aos estádios seguintes. Apoiando-se numa visão global do género humano, esta corrente antropológica aceita a ideia determinística de progresso das sociedades, em que a invenção/domínio da escrita seria um passo fundamental.

Segundo Amselle, "a etnologia, no sentido moderno, apenas se constitui no afastamento do facto político, ou de outro modo, na ideia de que as espécies sociais e humanas poderão ser objecto duma comparação no interior de um esquema ordenado da evolução da humanidade"(1990: 21). É neste sentido, e apelando igualmente a uma ideia sugestiva do autor, que se assistiu a um recuo do espacial e do político, em benefício do temporal e do étnico: assim a evolução das sociedades obedeceria a uma "lei universal" imutável e aplicável a todas as sociedades, não levando em linha de conta as especificidades inerentes ao seu contexto geográfico, nem à sua organização política (cf. Amselle, 1990: 20). Havia, sim, um caminho a seguir por todas as sociedades até chegar ao último estágio, que era o da civilização. Tudo seria uma questão de tempo e, acrescentamos nós, de oportunidades que o "velho mundo" civilizado lhes proporcionaria.

Não é nosso propósito, e extravasaria mesmo os limites deste trabalho, apresentar as principais correntes que foram dominando o pensamento antropológico e etnológico ao longo destes anos. A atenção dada aos

evolucionistas³³ prende-se com o facto do seu discurso ter sido causa e efeito de uma política expansionista europeia, já que se esta parecia justificada por aquele discurso epistemológico, também ele beneficiou dessa cruzada pelas recolhas de material e observações empíricas que facultou.

Refira-se, porém, que a reacção àquela corrente, que classificava e ordenava as sociedades, fez-se sentir logo no início deste século, não só através da crítica metodológica, como também da interpretação do objecto em análise. Se, por um lado, haveria que aproximar observado e observador, por outro, a interpretação de um qualquer costume e tradição não poderia ser desligado do contexto em que se inseriam. Nem todas as sociedades passam por um esquema idêntico de evolução, pois cada uma delas é um complexo cultural em que os costumes, os símbolos, as magias desempenham uma função e têm um significado específico. O que interessa é reconhecer que apesar dos costumes dessas sociedades serem significativamente diferentes dos do observador, eles obedecem a sistemas lógicos tão elaborados e coerentes como os seus. E se se recusa a ideia de que cada sociedade não faz mais do que reconstituir, em cada momento, uma fase dum processo evolucionista universal e em que as trocas culturais seriam um caminho privilegiado para o progresso das sociedades, aceita-se, então, que cada complexo cultural desenha um conjunto de respostas às necessidades específicas de cada sociedade; e é neste enquadramento que devem ser entendidas as teias de relações sociais e culturais que se constituem, de que os funcionalistas realçam a sua coerência e interdependência e os difusionistas a possibilidade de elas

³³ Não se pode esquecer o discurso antropológico do séculos XVII e, especialmente, XVIII que assentava na concepção de uma história natural e em que a observação se desviaria dos elementos naturais dos "novos mundos" para a observação dos costumes e "inclinações" do homem e que constituiu um passo fundamental para a corrente evolucionista.



provirem, ou terem sido influenciadas, por elementos culturais de outros complexos.

"A antropologia vitoriana³⁴ era a justificação do período da conquista colonial. O discurso monográfico e ahistórico do funcionalismo tornou-se a justificação de uma nova fase do colonialismo" (Laplantine, 1995: 80).

Se a corrente evolucionista foi contemporânea da partilha e da "corrida para África", já a corrente funcionalista coincidiu com a ocupação e administração dos novos territórios.

Poderíamos ainda referir sucintamente outras correntes do discurso antropológico que se seguiram, mas que levariam concerteza a desviar a nossa atenção sobre o "mito étnico" colonial. E se as correntes evolucionista, funcionalista e difusionista foram referidas, embora sem profundidade, foi porque sentimos que muito do instrumental dos seus quadros teóricos foi utilizado na problematização da criação, ou não, do fenómeno étnico, quer retomando conceitos, quer reformulando-os e questionando-os.

De acordo com Nnoli, na abordagem do "fenómeno étnico", existem dois grandes quadros analíticos: por um lado o não marxista, que enfatiza os factores socioculturais, esquecendo as suas determinantes económicas, designadamente, a evolução das forças produtivas; e, por outro, os marxistas, que perspectivam aqueles fenómenos no quadro de uma evolução histórica em que as principais determinantes são políticas e económicas (cf. Nnoli, 1992: 101-107). Embora expliquem os fenómenos étnicos como resultado, ou reflexo, de premissas diferentes, ambos os quadros analíticos conferem, sem dúvida, grande importância ao colonialismo na explicitação daqueles fenómenos. Se o "facto étnico" é, ou não, uma "reliquia" do passado, que tenderá a desaparecer com a

³⁴ Entendida sobretudo como a corrente evolucionista.

modernização, se é, ou não, uma forma de resistência ao modo de exploração capitalista, se constitui, ou não, um instrumento orientador da administração colonial do território ou, ainda, se se trata de uma "consciência extraviada"³⁵ da luta de classes que, em virtude do subdesenvolvimento das forças produtivas, não é sentida como tal, tratam-se em todos os casos de formulações de um princípio: a influência do colonialismo na interpretação e explicação do fenómeno étnico.

Ora, a questão que ainda subsiste face a estes desenvolvimentos interpretativos do "facto étnico", que ocorreram após os anos 50, é a da forma como o colonialismo inventou ou manipulou um conjunto de identidades e que vieram a revelar-se por via de um processo exógeno ao seu evoluir histórico "natural". A necessidade de interpretar aquele facto, sentida sobretudo a partir dos anos 50, não pode ser desligada da conjuntura política e histórica.

O final da Segunda Guerra Mundial e a reafirmação do direito dos povos à auto-determinação, a Conferência de Bandung, em 1955, que se tornou um marco para os movimentos nacionalistas, o reavivar do pan-africanismo, a alteração dos princípios da exploração colonial, a vaga de descolonizações, a crença nas independências como factor irreversível de um sentimento nacional e unificador, dentro das fronteiras que outros lhes tinham desenhado, são alguns dos muitos acontecimentos "carregados" de significado político, que informam, sem dúvida, uma interpretação do "facto étnico". E se a etnicidade não é uma realidade ahistórica, mas uma construção permanente, no interior de um grupo, de um conjunto de realidades sociais assumidas como o "espelho" da sua diferença perante os outros, obviamente que o colonialismo, pelos processos de "aculturação" e de "assimilação" que impôs, desempenhou um papel fundamental no desenho e na natureza dessas manifestações étnicas. "Os poderes coloniais e pós-

³⁵ " Conscience dévoyée" é uma expressão utilizada por J. Lonsdale, 1996: 103.

coloniais foram adeptos sistemáticos de uma engenharia social. A vontade de normalizar as estruturas sociais, de as submeter à lógica administrativa, política, ou mesmo politiqueria, de classificar os territórios e os grupos que encontraram, explica em boa parte [...] os tribalismos" (M'Bokolo, 1992: 523).

No âmbito da teoria da modernização, o fenómeno étnico foi sucessivamente englobado num processo de desenvolvimento que alterava radicalmente as relações sociais até então estabelecidas. E a modernização traria novas técnicas e métodos de produção, cuja adopção não seria muitas vezes pacífica; implicaria o estabelecimento de uma rede de relações de poder, rearrajando um conjunto de dependências e de chefias que só se justificariam na óptica do Estado colonial; desestruturaria o "habitat" e as "micro-sociedades" em que aqueles povos viviam, obrigando-os a inventar novos laços de solidariedades; trar-lhes-ia o domínio escrito das suas línguas e, também, da língua da potência colonizadora. Esperando-se que todos estes processos rompessem os laços com as comunidades locais, as tribos não seriam mais do que vestígios da velha África, estruturada em sistemas linhageiros, e que tenderiam a desaparecer com o surgimento e o reforço de novas lealdades para como o Estado-Nação. Os africanos progrediriam certamente à medida que largassem as suas "pequenas" solidariedades, ao nível do parentesco, e caminhassem para solidariedades mais amplas tão necessárias à construção da Nação. A etnicidade surgia portanto como sinónimo de atraso, sem levar em conta o contexto e as razões que estivessem na base da afirmação desse processo identitário.

Raciocínio etnocêntrico e integrado numa visão linear de evolução da história da humanidade, a teoria modernista, deparou, logo muito cedo, com críticas que, contestando o carácter passivo da tribo, encaravam o fenómeno da sua afirmação - o tribalismo - como um modo de resistência à exploração

capitalista que o Estado colonial impunha a essas sociedades. Considerando que o modo de exploração capitalista, designadamente a titularidade da posse dos factores de produção, a crescente substituição das relações de troca pelas relações mercantis, a monetarização da economia³⁶ e um novo modelo de submissão aos objectivos de acumulação das metrópoles, não se integrava no *modus vivendi* daquelas sociedades, nem constituía uma opção clara de se modernizarem, nada mais lhes restava do que avivar solidariedades que permitissem resistir a um processo de modernização que, muitas vezes, se mostrava opressivo. "A tribo [...] era sobretudo um abrigo moral, onde se estava protegido das desordens causadas pelos poderes racistas e pelas escolhas económicas impostas do exterior" (Lonsdale, 1996: 101). Há, assim, uma interpretação eminentemente política do fenómeno étnico advinhando-se que a sua afirmação será diferente conforme ele reaja a um processo de modernização ou a um sistema opressivo, sendo no primeiro caso, sobretudo, uma questão de confrontação e integração de novos valores, enquanto no segundo ele tenderá a exprimir um confronto entre o local e o nacional, assumindo frequentemente a forma de luta de classes. Uma argumentação a que não é alheia seguramente a sua contemporaneidade com um conjunto de movimentos de resistência à ocupação colonial, sob a forma quer de sindicatos, quer de associações cívicas, quer de partidos políticos, mas em que para todos eles foi fundamental o papel das élites africanas.

Claro está que aquela interpretação do fenómeno étnico - reacção a um modo de exploração capitalista - pode também ser feita à luz dos princípios da teoria marxista-leninista, e designadamente do materialismo histórico, em que

³⁶ Na África pré-colonial, circulavam já moedas-mercadorias, que, por exemplo, no reino do Congo, eram os búzios recolhidos na ilha de Luanda. Só que a moeda metálica e fiduciária, com a função de reserva de valor e de padrão de valor aceite na economia mundo, está associada às relações mercantis e à economia capitalista.

cada sociedade é definida por um conjunto de relações de produção que são também o reflexo da situação das forças produtivas. Os fenómenos económicos seriam assim essenciais à compreensão das sociedades e para eles seriam remetidas as interpretações dos fenómenos culturais, organizacionais e políticos. A luta de classes enquanto motor do desenvolvimento e elemento central da evolução de uma economia capitalista, ou imperialista, para uma economia socialista, não poderia coexistir com outros fenómenos identitários que levassem a uma tomada de consciência diversa da da sua situação de classe.

Neste sentido, a questão que se colocaria é: "porque é que, enquanto o capital se internacionaliza crescentemente, os povos não lhe respondem com o seu próprio internacionalismo, isto é, com a afirmação de pertença de classe? Porque é que, longe de se impor para além da diversidade dos "outros" aspectos da realidade social, a consciência de classe cede perante a identificação [...] "étnica"?" (Amin, 1986: 29). Afinal, porque é que a destruição de um sistema imperialista à escala mundial não se compadece com a etnicidade, exigindo uma consciência de classe supranacional? Se se aceita o primado do económico sobre o cultural e o social, então a etnicidade, que é afirmada por outras categorias que não a económica, só faz sentido enquanto fenómeno superficial e expressão de uma "falsa consciência"³⁷ de classe, isto numa sociedade em que as forças produtivas não estejam desenvolvidas, ou então como identidade transitória a caminho de uma identidade nacional ou supranacional, conforme se esteja, ou não, perante povos oprimidos e colonizados ou, simplesmente, oprimidos pela prossecução da "mais valia"; é, julgamos, uma leitura possível da contradição ao nível dos teóricos marxistas-leninistas, entre, por um lado, o vácuo do fenómeno étnico e,

³⁷ Expressão sugerida por Cahen quando refere "Infeliz falsa consciência" (tradução nossa), a propósito do conceito marxista de consciência de classe apresentar uma origem exterior e poder ser, por isso mesmo, uma construção ideológica - cf. M. Cahen, 1994: 36-37.

por outro, o apoio aos movimentos de libertação que, com uma capa pluriétnica e objectivo de construção do socialismo, mais não pretendiam do que a conquista do poder para um determinado grupo.

Muitos dos recentes estudos sobre a etnicidade em África, produzidos já num quadro político de países recentemente independentes, herdeiros de um território, cujas fronteiras afirmariam “sagradas”, realçam o Estado colonial como o arquitecto dos grupos étnicos em África. "A invenção das etnias é uma obra conjunta dos administradores coloniais, dos etnólogos profissionais e dos que conjugam ambas as qualificações" (Amselle, 1990: 22). Amselle, que é considerado um dos "expoentes máximos"³⁸ defensores daquela tese, argumenta, ainda, que " durante o período pré-colonial não existia nada que se assemelhasse a uma etnia. As etnias não provêm senão da acção do colonizador que, na vontade de territorializar o continente africano, desenhou entidades étnicas que foram de seguida reapropriadas pelas populações" (1985: 23).

Naquela perspectiva, terá sido o advento do Estado colonial que introduziu o fenómeno étnico em África pela necessidade, seguindo a argumentação daquele autor, de administrar os territórios, afirmando a soberania da potência colonial sobre os mesmos. Mas se o Estado colonial encorajou os sentimentos étnicos, a verdade é que ele criou uma entidade, cuja utilidade para os seus propósitos, as populações, ao assumirem-na, atestavam. Ora, a etnicidade como fenómeno inventado, como “mito”, tanto servia para alicerçar a supremacia política do colonizador, como para fundamentar causas várias do colonizado, designadamente refutar aquela mesma supremacia.

Quer M'Bokolo quer Amselle referem que ambos os sistemas de organização política e administrativa dos territórios coloniais - administração

³⁸ Expressão utilizada por K. Schilder e W. Binsbergen, 1993: 8.

indirecta e administração directa- veiculavam, de uma forma ou de outra, a superioridade da civilização ocidental (M'Bokolo, 1992: 351) e uma política de raças (Amselle 1990: 23-24), já que eram formas de reconhecer a incapacidade daqueles povos “tomarem conta de si”. Enquanto a administração indirecta constata as vantagens de administrar o território colonial com base nas cadeias de comando e de chefias tradicionais existentes, podendo inclusivamente associarem-se procedimentos organizativos da potência colonial aos da sociedade colonizada, a administração directa postulava o “decalque” daqueles procedimentos da metrópole no território colonial.

Prunier defende que aos dois sistemas estão associados distintos papeis para a “etnia” (1989: 199)³⁹. Se, por um lado, na administração indirecta se confiava na etnia e na sua função auto-reguladora⁴⁰ de afirmação do poder colonial, sem romper definitivamente com as lealdades existentes e assegurando, certamente, uma transição mais pacífica da sociedade “tradicional” para a “moderna”, por outro lado, na administração directa a etnia era uma realidade territorial construída na óptica de “dividir para reinar”, e sobre a qual se exercia um controlo directo do Estado colonial, sem intermediários. Indiferentemente do papel e do fim para que eram catalogadas aquelas sociedades e os seus sistemas políticos, o importante é reter que a política colonial, ao consagrar entidades que fazia crer corresponderem a categorias objectivas (língua, parentesco, religião...), estava a encorajar ou a “rebaptizar” um conjunto de lealdades que, se antes se revelavam fluídas e num território em constante recomposição, agora eram-lhes impostas, territorializadas e tinham sempre como referência a cidadania⁴¹. Deste

³⁹ In J.P. Chrétien; G. Prunier, 1989.

⁴⁰ O termo é do autor.

⁴¹ Os estatutos de “indígena” e “assimilado” só têm significado na medida em que os distingue de um outro estatuto mais nobre, o de cidadão, de direitos e deveres iguais aos cidadãos da metrópole.

modo, o trabalho de etnonímia que os antropólogos desenvolviam era instrumentalizado e procurava justificar “cientificamente” um processo de atribuição de funções num determinado espaço colonial. Características e atributos das comunidades eram agora fixados e reinterpretados, criando realidades estáticas, que não existiam até então como tal, e que cumpriam objectivos do Estado colonial, designadamente, ao nível da administração e ocupação do território, como já vimos, e, até mesmo, ao nível da divisão colonial do trabalho.

Nesta perspectiva, o “fenómeno étnico” que pretendia ser uma realidade é, afinal, uma construção social. “Quer seja definida pela cultura ou pela biologia, a etnia não é mais uma realidade primordial. É uma realidade social, é o produto de um processo histórico contínuo” (Darbon, 1995: 223-224).

A História demonstrou que essas entidades - etnias -, quer tenham sido ou não um mito colonial, foram apropriadas e instrumentalizadas pelos africanos. Sendo uma realidade “construída” e estudada pelo poder colonial, a etnia, permitiria referenciar e justificar as lealdades étnicas, não só no Estado colonial como, posteriormente, também no contexto dos novos Estados independentes e da sua herança de instituições.

Outro problema que se coloca é o da interpretação que estes novos Estados têm do “fenómeno étnico” e que é sem dúvida influenciada pela ideologia do seu regime político. Porém, a tendência geral é para os novos Estados acentuarem a manipulação do factor étnico e considerá-lo como um instrumento de acção política, porque se “os europeus acreditavam que os africanos pertenciam a tribos, os africanos construíram tribos para pertencerem a elas” e tal foi um “esforço

honesto e construtivo" (Iliffe, 1979: 324 ss.)⁴². Desta forma, e seguindo Mercier (1961), poder-se-á afirmar que as alterações sociais em África que se produziram nos Estados pós-coloniais não caminharam, pensamos, como pretendia a sua classe política dirigente, no sentido de uma destribalização, mas antes no de retribalização dos sentimentos, já que estes vão assumindo significados e intensidades diferentes conforme o contexto, e o propósito, em que se revelam.

Vail considera ainda que a identidade étnica, produto da ideologia colonial, é um fenómeno para o qual concorreram, e foram determinantes, a conjugação de vários factores, designadamente a acção de um grupo de agentes culturais, teorizando e veiculando uma mensagem étnica, o recurso às instituições tradicionais para a administração do território⁴³, reforçando claramente as possibilidades de exercício pessoal do poder, e a adesão e defesa de um conjunto de valores tradicionais para "refúgio" numa sociedade em constante mudança (cf. Vail, 1989: 10-16).

Mas ao aceitar-se que a etnicidade é um fenómeno recente e que respondeu a uma necessidade histórica do colonialismo não significa estarmos a questionar todo o seu significado político? Se os africanos só desenvolveram processos identitários porque outros lhes impuseram, significa isso que até aí viviam em comunidades em que a afirmação da autoridade não exigia a estruturação do espaço em entidades que não forçosamente Estados? E essas entidades, quer fossem clãs, linhagens, reinos, ou até mesmo Estados, não constituiriam outra forma de cristalizar processos identitários, que substantivamente poderiam estar na base do que mais tarde se classificaria de etnias? A negação desta problemática

⁴² J. Iliffe.(1979), *A Modern History of Tanganyika*, Cambridge: Cambridge University Press, cit. in B. Davidson, 1992: 101.

⁴³ L.Vail analisa a questão étnica no Sul de África, onde predominou o regime de administração indirecta.

encerra o risco de poder ter de admitir-se que os africanos não são donos da sua história e que aceitaram o que outros, para servir os seus próprios interesses, lhes quiseram impor. Consideramos que foi com receio de ser assim interpretado que Amselle, após ter atribuído o fenómeno étnico à acção do colonizador, tem necessidade de referir que na época pré-colonial, embora no continente africano não existissem etnias, as sociedades tinham outros quadros organizativos. Neste sentido, Amselle, indica um conjunto de factores que estruturam os espaços pré-coloniais. São os espaços de trocas, indiciando que aquele continente conhecia já o mercantilismo e as redes do comércio internacional; são os espaços estatais, apontando para o exercício de uma mesma autoridade sobre vários "micro-espaços"; são os espaços linguísticos, culturais e religiosos, fundamentando que aquele continente conheceu não apenas pressões internas, como foram os movimentos migratórios, como também as teve externas, como foram as "cruzadas" religiosas (cf. Amselle, 1985: 23-34).

Resta então perguntar se nesta estruturação de espaços não havia lugar para a etnicidade?

Consideramos que o processo identitário étnico não é exclusivo da época colonial, só que, neste caso, se exprimia no quadro de uma dinâmica ditada pelo exterior, desestruturando um conjunto de relações entre as sociedades locais, e referenciada a uma entidade também exterior que era o Estado colonial. Aliás, M'Bokolo vem recentemente alertar para o facto de que é o "conceito de etnia [...] na sua expressão mais dura" (1995: 40), e que foi instrumentalizado pelas administrações coloniais, que tem dificultado o conhecimento das sociedades africanas -"resistido aos assaltos das ciências sociais"- e não a concepção dinâmica da etnia enquanto produto da história e conjunto de "processos, de

relações e de estratégias muito mais complexas que as realidades contemporâneas comodamente designadas pelo conceito ambíguo de etnia" (*ibidem*).

Julgamos, tal como Chrétien, que a história pré-colonial do continente africano confirma "a antiguidade das identificações de tipo étnico, moídas por dinâmicas religiosas e políticas, confirmando que este tipo de comunidades não é contraditória com a integração em formações estatais fortes" (Chrétien, 1989:102).

3. Fenómenos étnicos da África Contemporânea: contributos para a sua análise política e económica

Uma vez abordada a problemática do conceito de etnia, e de outras entidades de natureza antropológica e política que com ela se relacionam⁴⁴, importa, por um lado, analisar o modo como essa entidade “etnia” tem vindo a manifestar-se em África e, por outro, indagar sobre o interesse crescente que analistas sociais e políticos lhe têm dedicado. Um tal enunciado do problema levar-nos-ia certamente a questionar se se trata de um fenómeno localizado em África ou, quando verificável em outros continentes, se se exprime, ou não, de forma diferenciada, de modo a que se possa aludir, respectivamente, a uma etnicidade africana ou a uma etnicidade em África⁴⁵.

O conflito tem vindo, com bastante frequência, a consagrar-se como uma manifestação da etnicidade em África; tal não implica que outro tipo de manifestações de base étnica devam ser esquecidas - sindicatos, partidos políticos, outras organizações da sociedade civil - tanto mais que, muitas vezes, antecedem o próprio conflito. Assim, considerando as múltiplas dimensões que os conflitos étnicos revestem e traduzem, estaremos, ainda que de um modo

⁴⁴ Raça, Tribo, Nação e Estado são as outras categorias/entidades que foram já referidas neste trabalho.

⁴⁵ Expressão sugerida pelo artigo "Ethnicity in Africa or African Ethnicity" (Osaghae; 1994).

indirecto, a analisar as outras expressões da etnicidade que, como é óbvio, não cativam, com tão grande intensidade, a opinião pública.

3.1. As múltiplas dimensões dos conflitos étnicos em África: dos espaços políticos e culturais às assimetrias do desenvolvimento

3.1.1. Conflito e seu significado

Há uma tendência generalizada para analisar as relações entre grupos, ou entidades, numa determinada sociedade, ou Estado, em termos de convivência harmoniosa ou de situações potenciais de conflito - naturalmente que esta é também uma das vertentes de observação das relações entre grupos étnicos em sociedades pluriétnicas⁴⁶.

O conflito resulta quer da apreciação, por parte dos grupos, das diferenças que os separam, quer do desenvolvimento do próprio processo identitário e, conseqüentemente, da sua afirmação como grupos. Não se pode, deste modo, negar ao conflito uma natureza dinâmica, percebendo-se, por isso, que a sua exterioridade e a sua resolução, ou contenção; dependem em grande parte da robustez institucional da sociedade em que ele se manifesta. Caberá assim ao Estado, enquanto detentor do poder político, e entidade competente para garantir os ideais de justiça, segurança e bem-estar⁴⁷ de uma comunidade, desenvolver um conjunto de normas e de instituições que visem regular o conflito. Tal raciocínio pretende demonstrar que o conflito não é característica apenas de uma

⁴⁶ Interessa sobretudo centrar a análise do conflito ao nível interno de um território com fronteiras definidas e sobre o qual o Estado tem autoridade.

⁴⁷ Marcello Caetano. (1972), *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, cit. in D. F. Amaral. (1984), "Estado" in *Polis - Enciclopédia da Sociedade e do Estado*, Lisboa/S.Paulo: Verbo, col. 1126-1177.



sociedade com Estado, nem que só o Estado tem capacidade de regular e conter o conflito. Pretendemos sim indagar se a percepção da necessidade de agir sobre os conflitos, e o modo de acção, não dependem do grau de organização de cada sociedade e da conjuntura política em que aqueles se manifestam. Não nos parece evidente poder estabelecer-se uma relação causal entre a existência do Estado e a regulação dos conflitos étnicos; antes a elevada probabilidade da crise do Estado ser uma causa e também um efeito daqueles conflitos.

Wallerstein refere-se, aliás, à desintegração das estruturas do Estado como um dos vários dilemas que África enfrenta e isso é tanto mais grave quanto possa desencadear um processo circular de enfraquecimento contínuo, já que "à medida que diminui a capacidade para manter a ordem, o povo vira-se para outras estruturas buscando segurança e bem-estar, o que enfraquece ainda mais os Estados" (1996: 90). Porém, não pode separar-se o enfraquecimento institucional e político da debilidade do processo de crescimento económico, que tem vindo a caracterizar estes países, e que cada vez mais são responsáveis pelo modo "periférico" de integração destas sociedades no sistema político internacional e na economia mundial. Como menciona Assogba, a África Subsahariana é a região mais afectada pela crise do desenvolvimento e distingue-se pelo facto de "se orientar da economia internacional "formal" para os mercados nacionais e transnacionais ilícitos ou "subterrâneos", originando não só o empobrecimento crescente daqueles países mas também o desmoronamento do Estado (1994:39-40). É neste cenário que, frequentemente, adquire sentido a afirmação de processos identitários que não se reportam directamente ao Estado-Nação, uma vez que este não é capaz de assegurar, às comunidades, funções tão básicas como a segurança e o bem-estar. Os conflitos étnicos, enquanto expressão - violenta - da etnicidade, podem surgir, assim, como uma resposta ao "vazio" do Estado e à incapacidade

do sistema económico formal em garantir a sobrevivência do indivíduo e do grupo étnico.

A leitura das realidades económica e política de África poderá reenviar-nos para a importância da diversidade étnica na explicação daquelas. É uma sugestão que vai adquirindo consistência, porque não é só necessário encontrar a razão do falhanço das políticas de desenvolvimento que foram impostas pelos organismos financeiros internacionais, como também explicar porque é que as heranças que, se afirma, terem sido legadas pelo Estado Colonial, como o Estado-Nação e a democracia, não conseguiram implantar-se⁴⁸. Será certamente mais fácil atribuir algumas “culpas” a fenómenos que se consideram também do domínio da psicologia social e que, portanto, poderão não ser directamente enquadráveis nas estruturas que uma outra cultura - a ocidental - criou. Deste modo, o “Centro”⁴⁹ ao considerar a etnicidade e os conflitos étnicos como manifestações que, embora racionais, obedecem a uma lógica diferente da sua⁵⁰, estará a minimizar as origens desses conflitos e a realçar as suas consequências; esta não é, claramente, uma abordagem que pretendemos para este trabalho.

Todavia, é interessante referir que, ultimamente, no âmbito do Banco Mundial, têm vindo a ser desenvolvidos trabalhos que associam a diversidade étnica ao desempenho económico dos países. Easterly e Levine defendem que o crescimento económico é fortemente influenciado pela diversidade étnica e que “os elevados níveis de diversidade étnica em África ajudam a explicar a significativa dimensão da tragédia do crescimento naquele continente”(1996:3).

48 Como veremos adiante, esta é também uma das “não verdades” correntes sobre África.

49 Termo que designa o núcleo a partir do qual se estabelecem relações de dependência económica e a que se reportam os paradigmas culturais.

50 Trata-se de uma abordagem que teve já necessidade de ser alargada, por forma a tornar inteligível fenómenos de violência étnica que ocorrem no Centro ou nos países imediatamente periféricos, como é o caso da antiga Jugoslávia.

Socorrendo-se da variável "ETHNIC"⁵¹, que mede a probabilidade de dois quaisquer indivíduos de um dado país pertencerem a diferentes grupos etnolinguísticos, os autores analisam a correlação existente entre aquela e o crescimento económico, medido em termos do PIB real *per capita*, concluindo que, no período de 1960/80, a diversidade étnica foi responsável, quer directa quer indirectamente, por cerca de 1/3 da diferença do crescimento entre a Ásia e a África (Easterly;Levine, 1996:3). A influência da diversidade étnica sobre o crescimento não é apenas directa, como também, e sobretudo, indirecta, já que ela pode dificultar a adopção de políticas que se consideram correctas, dificultando, assim, a tarefa dos decisores económicos e, em última instância, da dos políticos. Se, por um lado, estas conclusões poderão indicar que aquele organismo internacional está sensível para considerar nas suas recomendações de política económica as realidades étnicas de cada país⁵², por outro, elas encerram o perigo de pretender reduzir a expressões numéricas realidades tão complexas como a etnicidade e os conflitos étnicos. Nem a diversidade étnica pode ser apenas analisada em termos de diferenças linguísticas - e isto apesar de naquele estudo estas surgirem como uma variável estatisticamente significativa na explicação daquela - nem se pode ter a tendência de se imputar sempre a ela situações de crise económica, social e política.

Se no âmbito do estudo de Easterly e Levine, pretendermos perceber a actual conjuntura económica e política de Angola, poderemos ser levados a concluir, por um lado, que ela deve-se à elevada diversidade étnica que o país apresenta e, por outro, que a guerra civil, apontada como a causa determinante daquela situação, tem sobretudo uma origem étnica. Existem em Angola mais de

51 Construída por Paolo Mauro (1993) - cf. Easterly e Levine.

52 Esta preocupação será reflectida não apenas ao nível dos objectivos gerais que se consagram para aquelas economias, mas também no tipo de medidas de política económica, sobressaindo - de acordo com o raciocínio dos autores - o reforço das instituições e a sua programação.

10 grupos étnicos bantos⁵³ (cf. Lima, 1991b: 80), dos quais três - ovimbundu, ambundu e bacongo - concentram cerca de 75% da população (Messiant, 1994: 160). A dimensão destes grupos, a possibilidade de os identificar territorialmente e o protagonismo que alguns tiveram na origem dos movimentos de libertação e na guerra civil pós-independência, traduzem, ou não, que a etnicidade é um fenómeno importante para se compreender a política, em particular o conflito armado, e a economia angolanas⁵⁴? Birmingham defende a existência de três grandes correntes de natureza étnica na história angolana: a das crises económicas e da aproximação da cidade ao campo - MPLA⁵⁵ -, a dos movimentos migratórios das populações do antigo reino do Congo português - FNLA⁵⁶ - e a da nova cultura e nova relação do campo com a cidade no Planalto Central - UNITA⁵⁷(cf. Birmingham, 1993: 3 ss.). Messiant, por seu turno, defende que é necessário distinguir dois momentos históricos para se avaliar a relevância da etnicidade na política angolana: o do início dos movimentos armados de libertação, em que a UPNA⁵⁸ surge como um movimento étnico de raiz - identificação territorial com as populações do Norte, do grupo bakongo, que aspiravam à independência do antigo reino do Congo (cf. Messiant, 1993: 13), e o do conflito político militar após 1976, que se tornou o principal factor de afirmação da consciência étnica na UNITA (cf. Messiant, 1994: 180).

⁵³ De acordo com o critério étnico-linguístico, poder-se-ão encontrar 10 grandes grupos bantos e um não banto; ban-to, é o plural de mun-tu (pessoa), tendo sido utilizado por Bleck - filólogo - no século XIX, para designar um grupo que fala dialectos semelhantes - cf. E. dos Santos. (1963), "Os bantos e a religião", in *Ultramar*, 11-12(46-64), p.46-64.

⁵⁴ Não defendemos qualquer relação de dependência entre o económico e político; no caso de Angola, como tem sido apontada a guerra civil como uma das razões do caos económico, entendemos que, em última instância, se defende a influência do político sobre o económico.

⁵⁵ Movimento Popular de Libertação de Angola.

⁵⁶ Frente Nacional de Libertação de Angola.

⁵⁷ União Nacional para a Independência Total de Angola.

⁵⁸ União das Populações do Norte de Angola, fundada em 1954, ou 1957 (vd. Mohanty, 1992: 84), altera a sua designação para UPA (União das Populações de Angola), em 1958, que origina, por sua vez, a FNLA em 1962.

Não é pois possível generalizar a ideia de que o conflito político militar angolano traduza fielmente um conflito étnico entre os principais grupos, embora deva entender-se que a "identidade étnica" foi frequentemente instrumentalizada com o fim de consolidar a adesão das populações aos movimentos/partidos. "Em Angola, o conflito étnico agravou os antagonismos entre os líderes políticos que solicitam apoio dos líderes de opinião das suas próprias comunidades, os quais não estão, de modo algum, isolados [...] do tribalismo" (Mohanty, 1992: 217). Por outro lado, as diferenças étnicas e sócio-culturais da população angolana não têm fundamentado movimentos separatistas, com a exceção do caso de Cabinda⁵⁹.

3.1.2. Conflitos étnicos e sua multidimensão.

Tal como referimos anteriormente é nossa intenção não minimizar as origens dos conflitos étnicos porquanto estes, ao revelarem que existem comunidades motivadas por lealdades étnicas e que estão dispostas a defendê-las face a outras, problematizam a possibilidade de coesão e de sobrevivência de Estados heterogêneos⁶⁰. Se se acredita que um aumento da consciência política poderá reforçar a coesão dos Estados homogêneos, já se afigura questionável que tal implique obrigatoriamente uma diminuição da coesão nos Estados heterogêneos, pois são vários os caminhos possíveis quer para a coexistência das identidades étnica e nacional, quer para a regulação do conflito; no desenho desses caminhos ter-se-á que atender às origens da formação das lealdades étnicas e, conseqüentemente, aos motivos do conflito.

⁵⁹ "Cabinda continuará a ser uma bomba relógio para qualquer futuro governo de Angola, enquanto não lhe for oferecida uma solução política credível" (Messiant, 1993: 31).

⁶⁰ Optamos por esta designação para referir os estados que têm, face à dimensão do seu território, um número significativo de grupos étnicos.

Uma abordagem das origens do conflito étnico, remete-nos, naturalmente, para as diferentes perspectivas da “etnogénesis” já que se tratam de fenómenos correlacionados - o conflito étnico ocorre na medida em que nasceram e se desenvolveram grupos étnicos dispostos a lutar por causas com que cada um deles se identifica.

"A tradição marxista em geral vê os processos étnicos dentro de um enquadramento evolutivo-histórico em que os principais determinantes são políticos e económicos" (Nnoli, 1992: 107). O conflito étnico é, assim, considerado ou como um fenómeno artificial, disfarçando uma luta de classes que não se manifesta como tal, em virtude do subdesenvolvimento das forças produtivas, ou como o reflexo do antagonismo de classes, na medida em que, por razões várias, é possível associar-se determinados grupos étnicos a classes sociais. Deste modo, haverá que compreender a persistência e o poder das lealdades étnicas, capazes de bloquear as lealdades de classe, através da análise da génese das relações etnoclassistas ao longo das várias fases do processo evolutivo.

Claramente imbuída de um espírito evolucionista da sociedade, a tradição marxista defende que a etnicidade e suas manifestações acompanham as alterações dos modos de produção ao longo da história da humanidade. Assim, às sociedades pré-coloniais em que as relações de produção eram dominadas por laços de parentesco e em que não havia lugar para a manifestação do conflito étnico, sucedem as sociedades mercantilistas e capitalistas em que o processo produtivo se estabelece sobre uma teia de relações impessoais, competitivas e inseguras, levando a que os indivíduos desencadeiem processos identitários. E à medida que aumentar a consciência de classe, esses processos identitários deixarão de se reportar aos grupos étnicos para se referirem às classes, ocorrendo assim uma transferência de identidade social e diminuindo a possibilidade de ocorrer um conflito étnico (cf. Nnoli, 1992: 109 ss.). Esta abordagem encerra uma

condição determinística - o conflito étnico transformar-se-á forçosamente num conflito de classes -, não tendo, por isso, instrumentos analíticos para explicar porque é que numa sociedade classista podem as lealdades étnicas sobrepor-se às lealdades de classe, ou seja, porque é que numa mesma classe social, ou entre classes do mesmo nível, podem ocorrer conflitos étnicos. O conflito não se circunscreve, assim, a uma luta de interesses estritamente económicos e que têm as suas repercussões políticas, como defendem as teorias de classe, tendo que incluir outras determinantes na sua explicação. Aliás, e como afirma Osaghae, "o recurso étnico, como um qualquer recurso que é gerado, pode ser utilizado por um qualquer actor, qualquer que seja a sua classe, dependendo da sua percepção de uma dada situação" (1994: 140).

Contrariar a fundamentação económica dos conflitos não poderá significar que as razões económicas são razões menores na sua explicação; em nossa opinião há, é que integrar outros motivos de natureza diversa e detectar, em cada momento, quais são os motores do conflito. Por outro lado, nem todas as causas exteriorizáveis são as que na realidade movem o processo de diferenciação dos grupos e, por isso, não se pode ficar pela aspecto mediático dos conflitos quando se pretende regulá-los. Obviamente que numa sociedade profundamente dividida, em que a etnicidade é um vector organizativo, há uma elevada probabilidade para os factos políticos, com ou sem repercussões económicas, terem consequências étnicas; só que imputar o conflito àqueles factos poderá significar a escolha do caminho mais fácil. "Contudo, ao reduzir-se a arena da competição e dos conflitos étnicos ao mercado económico e político e às divisões de classe, que o sustenta, estar-se-á a negar à etnicidade qualquer dose de independência e de autonomia relativa" (Osaghae, 1994: 140).

Se, por um lado, a análise das relações étnicas actuais terá que aludir necessariamente a uma análise histórica do continente africano e sua integração

no espaço mundial, por outro, em nosso entender, não se poderá omitir que a etnicidade poderá ser, a uma primeira instância, um fenómeno primordial⁶¹ e só mais tarde instrumentalizável na luta pela legitimidade e representatividade do grupo étnico. É, pois, na tentativa de explicação desta luta que são desqualificados os factores “naturais” e são enfatizadas as causas políticas e económicas, porventura, as causas mais óbvias e inteligíveis num continente em que, se afirma, registar um claro défice democrático e de desenvolvimento.

Naquele enquadramento, poder-se-á também ler os conflitos étnicos como uma consequência directa da modernização, enquanto reacção a um processo de mudanças sociais ao nível quer das estruturas económicas, quer das culturais e, até mesmo, das políticas (cf. Richmond, 1987: 7-8). O conflito tanto pode resultar da persistência das lealdades étnicas face às diversas exigências do processo de modernização, com tendência a reincidir sempre que o grupo étnico julgue que a defesa da tradição ou da sua história o exija, como pode traduzir o descontentamento de um grupo que, embora mobilizado naquele processo, entenda não terem sido satisfeitas as suas aspirações e direitos e, por isso, prossegue a sua luta pelo acesso aos recursos enquanto não se sentir “assimilado socialmente”⁶², ou como, ainda, constituir parte integrante e fenómeno inevitável de qualquer processo de modernização. A cada uma destas perspectivas estão inerentes não só papeis diferenciados do conflito como também valorizações distintas das causas remotas desses conflitos. Na realidade, se todas estas perspectivas apresentam o processo de modernização como a causa próxima do conflito já não partilham a mesma opinião quanto à inevitabilidade do mesmo: se a primeira realça a oposição entre tradição - identidade étnica ahistórica e

⁶¹ Algo que surge ao nível do irracional, i.e., ao nível do “sentimento”, apresentando-se, deste modo, a etnicidade como uma “variável independente”.

⁶² cf. Karl Deutch. (1953), *Nationalism and Social Communication*, Cambridge: MIT Press, cit. in Horowitz, 1985: 99-101.

imbuída de valores e símbolos tradicionais - e mudança, as restantes sublinham o papel activo do conflito, na medida em que, por um lado, ele persistirá enquanto a modernidade não "vencer" a tradição e, por outro, porque ele poderá ser também o motor do próprio processo de modernização.

Ultrapassando a questão da oposição tradição/modernidade, que exprime, sem dúvida, uma concepção redutora da natureza e da origem da etnicidade⁶³, e detendo-nos sobre a dinâmica do conflito étnico no processo de modernização, seremos levados a questionar sobre o que move os protagonistas do conflito e a entender porque é que os benefícios da modernização não são igualmente sentidos por toda a comunidade de um território. O "grupo étnico tornou-se um instrumento precioso na mobilização e agregação de interesses competindo [...] pelos recursos políticos e económicos controlados pelo Estado" (Chazan, 1988: 105), exigindo, pois, uma liderança que tenha capacidade não só para forjar a unidade do grupo em torno de interesses, muitas vezes os seus próprios, como ainda estabelecer um conjunto de teias e relações capazes de colmatarem sentimentos discriminatórios no interior do grupo. Julgamos, assim, que caberá às elites⁶⁴ enquanto intermediários étnicos protagonizarem a luta pelo estatuto e pelo poder na sociedade, tendo-se todavia, em atenção, que ao longo dos tempos essa luta existiu e as formas que revestiu dependeram das condições históricas em que ocorreram. Por outro lado, se as oportunidades criadas pelo processo de modernização não se difundem igualmente por todos os grupos originar-se-á um clima de tensões étnicas tanto mais expressivas quanto aquelas oportunidades condicionem o acesso ao sector moderno ou aos seus benefícios.

⁶³ O conflito étnico enquanto tradutor, apenas, da oposição entre tradição e modernidade, surge associado a uma concepção ahistórica do fenómeno étnico com origem, no caso de África, no contacto entre sociedades tradicionais, não capitalistas, e os valores das sociedades modernas, isto é capitalistas.

⁶⁴ No ponto seguinte, será abordado com maior detalhe o papel das elites como intermediários étnicos e protagonistas da reivindicação pelo poder e estatuto.

Associar-se o sector moderno ao palco dos conflitos é inevitável quando se defende que a modernização está na origem daqueles, havendo, pois, que reflectir o modo como os vários grupos percebem as diferenças de atributos que os separam. As oportunidades económicas, culturais e políticas potenciam a legitimação do grupo na sociedade moderna, ou seja, se a passagem do campesinato⁶⁵ para o proletariado permite auferir um salário e integrar-se numa economia monetarizada e urbana, por outro lado, essa integração irá exigir níveis educacionais e culturais que o sector tradicional não fornecia e que, em última instância, podem condicionar o acesso aos lugares da administração pública que constituem, na maioria dos Estados africanos, meios eficazes de acesso à riqueza, pois, como afirma Bayart, "a posição de poder é por definição uma posição de acumulação: quer directa, quer indirectamente, por via das autorizações administrativas, das licenças comerciais e das imposições fiscais que ele tem o privilégio"(1991:220).

Todavia, este raciocínio encerra o risco de se poder reduzir também o conflito étnico à luta entre os que, pela sua situação de classe, têm menos oportunidades e os que, tendo apoderado-se dos meios de produção e das fontes de rendimento, vão monopolizando essas mesmas oportunidades, relegando-se para um plano secundário a influência das diferentes políticas coloniais no desenho dessas oportunidades. Na verdade, não se pode descurar que, apesar da maioria dos Estados africanos contar com mais de 30 anos de independência, muitas das opções políticas coloniais continuam a influenciar significativamente o actual ordenamento social, económico e político desses Estados, não só porque

⁶⁵ O utilização do termo "campesinato" pretende apenas referir a "imensa maioria dos agricultores africanos que vive numa zona de interacção entre o modo de produção capitalista e o(s) modo(s) de produção não-capitalista(s) e que [...] têm alguma comunidade de interesses e de comportamento face [...] ao comumente designado "sector moderno" capitalista na sua essência" in A. Almeida Serra. (1991), *Política Agrária e Desenvolvimento Económico e Social na República Popular de Moçambique, 1975-85*, Lisboa, [Dissertação de Doutoramento], p.214.

os “poderes” pós-coloniais não tiveram capacidade, ou não quiseram, alterar significativamente muitas das situações herdadas, mas também, muitas das vezes, em virtude das condições económicas e políticas de integração de África na ordem internacional não o permitirem. Deste modo, independentemente das razões que possam estar subjacentes à persistência dos efeitos das políticas coloniais, o interessante é observar em que medida aquelas políticas, portadoras dos valores ocidentais de modernidade, num determinado momento histórico, possam ter contribuído, então e agora, para a instrumentalização da etnicidade, designadamente para o facto de, em alguns países, a etnicidade poder apresentar-se como uma razão próxima, mas não a única e a verdadeira, das tensões sociais.

A este propósito, e a título ilustrativo, refiram-se três vectores da política colonial que consideramos estar na origem dos actuais fenómenos étnicos: o sistema de administração dos territórios coloniais, a política laboral e a política de desenvolvimento económico, sobretudo, a empreendida no período após a Segunda Guerra Mundial.

A resposta dos países africanos ao sistema de administração colonial⁶⁶ parece provar que naqueles em que a consolidação do sistema assentou em relações de dominação de alguns grupos, acentuando diferenças ancestrais que existiam entre eles e, até mesmo, criando novas identidades étnicas - administração indirecta - foram potenciadas condições muito mais favoráveis ao surgimento do fenómeno étnico do que naqueles em que a administração do território era directa e centralizadora. Contudo, na maioria dos países e independentemente do sistema de administração colonial seguido, "a modernização, a introdução do capitalismo na economia bem como [...] da competição pelos recursos, suportou a utilidade do recurso étnico" (Osaghae, 1994:144).

⁶⁶ Vd. *supra* p. 26-28.

Relativamente à política laboral colonialista, e seu previsível impacto nas manifestações étnicas, há a referir a sua influência não só sobre os fenómenos migratórios e de outros correlacionados, como sejam a especialização profissional de grupos étnicos⁶⁷ e a urbanização, que estiveram na base da agudização de muitas tensões entre os grupos “hospedeiros” e os migrantes, como também sobre as condições de recrutamento das populações locais para a Administração Pública colonial. Se a migração surge como um traço comum da história dos países africanos e como resposta a um conjunto de factores múltiplos - económicos, sociais, culturais, demográficos, políticos (cf. Adepoju, 1994:197-210), ela é, por isso e também, um fenómeno originado pelas várias formas da política laboral colonial, quer estruturada ou não, a qual tinha subjacente, directa ou indirectamente, a aptidão da raça negra ou de grupos étnicos para determinadas actividades; tal ocorreu nos vários tipos de movimentos migratórios: desde os que foram induzidos pelas necessidades de mão-de-obra fora de África, em particular para as culturas de plantação no “Novo Mundo”⁶⁸, e, mais tarde, aos que se dirigiam, dentro de África, para a extracção mineira e para os trabalhos forçados nas obras públicas coloniais e até, mesmo, aos que respondiam à livre contratação de mão-de-obra, característica da fase moderna capitalista do colonialismo.

As condições de recrutamento para a administração pública foi também um instrumento com impacto na etnicidade, não só porque ao limitar o acesso aos assimilados com qualificações e que, portanto, tinham frequentado o sistema de

⁶⁷ Refira-se, por exemplo, que para as autoridades coloniais portuguesas o grupo ovimbundu - Angola: centro e oeste, com o núcleo no Planalto Central -, tinha uma “tendência natural” para a emigração, procurando trabalhos assalariados, e para se tornarem comerciantes.

⁶⁸ “A descoberta e a colonização do Novo Mundo originou em África, uma violência sem precedentes na história da humanidade - o tráfico negreiro” (Pujolle, 1994: 45). No entanto, será de ter em conta que a escravatura foi um fenómeno que África conheceu desde cedo pois, tal como afirma M'Bokollo, “nenhum continente conheceu por tanto tempo (séc. VII ao séc XIX), uma sangria tão contínua e sistemática como o continente africano”(1995: 165).

ensino⁶⁹, constituíam, deste modo, uma via de acentuação de diferenças, quer de classes, designadamente entre a classe média e as restantes, quer étnicas, quando aquelas diferenças eram integradas num processo identitário⁷⁰.

Já no que respeita à política de desenvolvimento, haverá que atender a que em África, aquando da ocupação colonial, "havia toda uma dinâmica e potencialidades que, de repente, foram despossadas pela posse colonial, tendo parado todo o desenvolvimento indígena" (Davidson,1992:76), levando a que a evolução das suas estruturas produtivas passasse a depender das necessidades e dos agentes do Estado colonizador. Se, por um lado, esta dependência económica acentuou, em alguns casos, a especialização dos grupos étnicos e aproveitou os circuitos económicos já instalados⁷¹, por outro, originou grandes disfunções nos grupos, quer pela introdução de práticas produtivas diferentes - mais modernas -, quer pela subalternização do objectivo de auto-subsistência alimentar, determinada pela necessidade de se produzir para o mercado, e ainda pelo exódo rural.

Após a Segunda Guerra Mundial, os poderes coloniais confrontaram-se com a necessidade de uma maior regulação da economia colonial, não só para responder às exigências de matérias-primas e de escoamento de produtos, do mercado internacional como também, face à perspectiva da generalização das causas independentistas⁷², para assegurar a melhoria das condições de vida dos

⁶⁹ É importante realçar o papel que as missões religiosas desempenharam na "vulgarização" do sistema de ensino não só substiuíndo-se ao estado colonial como complementando algumas das suas valências - cf. M'Bokolo,1992: 399.

⁷⁰ Não se pretende com esta expressão defender que os fenómenos classistas e étnicos são mutuamente exclusivos mas que um pode surgir independentemente do outro.

⁷¹ E. M'Bokolo, refere a propósito do surgimento do comércio atlântico, que "a captação pelos Europeus das redes mercantis ligadas ao comércio transsahariano foi um fenómeno progressivo e [...] foi na África central e austral que os Europeus penetraram em espaços novos"(1995:206).

⁷² "A partir da Segunda Guerra Mundial os sentimentos independentistas e as lutas contra o colonialismo ganharam uma crescente dimensão de massas" que "ficou-se a dever a um conjunto de factores, entre os quais devem sublinhar-se [...] a Carta do Atlântico, [...] a colabo-

africanos (cf.M'Bokolo,1992:455-457). Este foi o período da planificação intensiva, do reforço do papel do Estado na economia e da construção de infra-estruturas associadas a pólos de crescimento, agrícolas e industriais, potenciando e acentuando⁷³ taxas de crescimento e de modernização diferenciadas no interior das colónias. "Os esforços coloniais de modernização afectaram diferentemente as várias regiões do país, originando uma estratificação de oportunidades que não puderam ser alteradas facilmente pelos políticos africanos"(Chazan,1988: 114), e à qual podem estar associadas identidades étnicas que se foram construindo e remodelando em função dessas oportunidades diferenciadas, criando-se, por esta via, condições para a instrumentalização do fenómeno étnico e para o surgimento dos conflitos étnicos.

Se a modernização pode sugerir um enquadramento de análise dos conflitos étnicos, ela poderá ainda, pelas consequências desestruturantes que provoca no funcionamento das sociedades africanas, contribuir significativamente para a dicotomia atrasado-evoluído que, conforme Horowitz, não pode deixar de ser considerada quando se pretende explicar aqueles conflitos. "O contraste étnico que originou um considerável número de conflitos em muitos países africanos [...] não é mais do que a justaposição entre grupos "atrasados" e grupos "avançados"" (Horowitz, 1985:147), ou seja entre os grupos que tiveram acesso ao sistema educativo e a novas oportunidades, designadamente as proporcionadas pelo sector moderno, e aqueles que se sentem, por motivos vários, inibidos em perseguirem as oportunidades que se lhes

ração das colónias na luta militar contra os países do Eixo" e ainda aos "progressos observados na alfabetização dos povos coloniais", in F. Rosas (coord).(1992), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa: Presença, p.67-68.

⁷³ Tendo a exploração das colónias sido efectuada por agentes externos e de acordo com as suas necessidades, destacando-se as companhias majestáticas, naturalmente que as disparidades regionais, e inevitáveis consequências étnicas, faziam-se já sentir antes deste período desenvolvimentista.

oferecem, designadamente as do sector moderno (cf. *ibidem*:148). Parece, deste modo, que a dicotomia atrasado-evoluído evidencia uma hierarquia entre atributos dos vários grupos, capaz de determinar diferenças, sobretudo culturais, cuja intransponibilidade será geradora de conflitos. Poder-se-á, aliás, depreender que esta tese vem na sequência das teorias da sociedade plural desenvolvidas por J. S. Furnivall, inicialmente, e por M. G. Smith, mais tarde, e que assentavam na observação do funcionamento de sociedades pluriétnicas e, ou, pluri-raciais. Furnivall, baseando-se na sua experiência de administrador colonial na Ásia, defendia que os vários grupos com diferentes religiões, culturas, ideias e modos de vida, viviam lado a lado, sob uma mesma tutela política, estabelecendo entre si apenas relações de mercado, de compra e de venda, (cf. Furnivall, 1948: 304)⁷⁴, registando-se uma tendência para a especialização económica dos diferentes sectores culturais e para uma ausência de “vontade comum”, apresentando-se, deste modo, como “um sistema social inerentemente precário” (Horowitz, 1985: 136). Por outro lado, Smith, antropólogo, salientou que nas sociedades plurais se registava uma sobreposição de sistemas institucionais, a que correspondiam diferentes culturas, levando a que a manutenção desta unidade exigisse uma ordem política com a subordinação de conjuntos culturais a um determinado conjunto (1965:62)⁷⁵, apresentando-se, assim, a incompatibilidade cultural como uma ameaça à unidade daquelas sociedades. Embora ambos acentuem como origem dos conflitos as diferenças culturais, já não coincidem quanto ao modo como essas diferenças se exteriorizam e são geradoras de antagonismos; enquanto Furnivall sublinha o mercado e os factores económicos na interacção étnica, Smith destaca a “incorporação política diferenciada” (cf. Rex, 1986:35) como

⁷⁴ J.S. Furnivall (1948), *Colonial Policy and Practice*, London: Cambridge University Press, cit. in Rex, 1986: 32.

⁷⁵ M.G. Smith. (1965), *The Plural Society in the British West Indies*, Berkeley and Los Angeles: Univ. of California Press, cit. in Horowitz, 1985:136.

vector estruturante das relações entre grupos culturais com "aparelhos institucionais" próprios (cf. *ibidem*: 33). Se o pluralismo cultural apresenta, em Furnivall, uma expressão económica - visão a que não será, concerteza, alheio o facto de ter sido administrador colonial - em que o mercado, no sentido amplo⁷⁶, medeia as relações entre os grupos, em Smith, vai além da mera diferença cultural, integrando uma "diversidade formal no sistema básico das instituições obrigatórias" (Smith, 1965:82)⁷⁷, isto é, conferindo às relações intergrupos uma expressão sobretudo política.

Não se nos apresenta relevante questionar, aqui, qual a natureza da expressão da heterogeneidade cultural - se económica, se política ou se ambas - mas, antes, atender ao carácter modelador das relações entre os grupos que ela apresenta; e, como as relações interétnicas são relações entre grupos, poder-se-á concluir que o pluralismo cultural, independentemente das perspectivas referidas, tem subjacente uma noção dinâmica daquelas relações que reflectem, em cada momento, um modo de antagonismo, regulável ou não, de identidades e lealdades étnicas.

Conforme Horowitz, a leitura das raízes e da forma como se processa o conflito étnico não poderá deixar de ter em linha de conta a estrutura das relações quer do grupo, distinguindo entre sistemas ordenados - quando existe uma ligação entre as origens étnicas e as origens sociais - e os sistemas desordenados - em que os grupos étnicos atravessam várias classes sociais -, quer entre os grupos, designadamente, se se encontram, ou se sentem, em posição subordinada (cf. Horowitz, 1985:21-36). Porém, estes sistemas não são estáticos. Nos sistemas ordenados, poderão ocorrer conflitos com objectivo de alterar a posição entre os

⁷⁶ Ultrapassando a questão do mercado perfeito e concorrencial, o que está em causa é a compra e venda não só de bens, como também, neste caso, de factores de produção, designadamente, do factor "mão-de-obra".

⁷⁷ Cit. in *ibidem*: 136.

grupos - grupos subordinados que pretendem desapossar os superiores, abolir as divisões existentes, melhorar a sua situação na hierarquia entre as etnias ...- ou de caminhar para um sistema desordenado, pelo que são muitas vezes interpretados como conflitos de classes⁷⁸. De outro modo, entendemos que os conflitos étnicos nos sistemas desordenados, por não ser possível uma correspondência directa dos grupos com classes, terão tendência para assumirem um “carácter mais horizontal”, geralmente de menor tensão, visando sobretudo que, no âmbito do próprio sistema, sejam salvaguardados os direitos do grupo - pretensões de “quotas” de acesso a determinada função profissional, condições diferenciadas de acesso ao sistema de ensino ... - e a sua auto-estima; excepção a este pendor mais pacífico são os conflitos protagonizados pelos movimentos secessionistas que argumentam, para além das suas características identitárias específicas, a não legitimidade de um novo colonialismo. As fontes potenciadoras de conflito étnico são para Horowitz várias, sublinhado-se, em traços gerais, a recusa da política de dominação, o desejo de visibilidade política, as incompatibilidades das reivindicações dos diferentes grupos, a satisfação de aspirações simbólicas⁷⁹ - o carácter “sagrado” do seu território, as manifestações religiosas, o uso oficial da sua língua -, a defesa do que consideram como a legitimidade do grupo...; em síntese: “o conflito étnico resulta de uma avaliação comum do significado dado pelos grupos às suas diferenças e que são incorporadas em rituais públicos de afirmação e contradição” (*ibidem*:227), num “jogo” permanente para cada grupo garantir o seu valor e a sua legitimidade; “a dicotomia “atrasado”/“avançado”

78 Não se entenda como a luta entre os que detêm a força de trabalho e os donos dos meios de produção, i.e., uma concepção marxista do conflito de classe, mas antes o confronto entre os que têm acesso a um conjunto de privilégios, de natureza diversa, e os que não têm ou que sentem que não têm.

79 As questões simbólicas e de prestígio, dado serem frequentemente um dos elementos identitários dos grupos, são ao nível deste colectivo racionalizadas e, portanto, objecto de conflitos étnicos.

não é a única dimensão possível de produção dos conflitos, mas é seguramente a mais poderosa e a mais difundida" (*ibidem*: 182).

A observação dos contornos dos vários conflitos étnicos em África⁸⁰ permite-nos inferir que, se durante o período de libertação foram os ideais de construção de um Estado-Nação, dentro de fronteiras desenhadas pelos poderes coloniais, que pautaram o conflito social, designadamente contra o Estado colonial, é após a independência e a revelação da incapacidade dos novos Estados em regularem as pretensões dos vários grupos do território nacional que os conflitos se internalizam e ganham uma nova valoração; não se trata agora de combater um agente dominador do exterior, mas um grupo vizinho que outrora partilhou as mesmas preocupações, ainda que muitas vezes em "campos opostos", e que se apossou do novo poder e dos privilégios económicos. Verifica-se, assim, uma miscegenação de elementos étnicos e políticos no conflito, sendo difícil perceber quais foram as razões primeiras: se a luta pelo poder, se a luta pelo reconhecimento e pelo respeito das identidades étnicas.

O conflito étnico tende a ter uma expressão política também pelo protagonismo que os partidos políticos assumem, quer porque na origem destes estiveram as divisões étnicas ou quer porque, embora possam ter tido uma origem não étnica, a sustentação dos mesmos, numa sociedade profundamente dividida, leva a que se posicionem em termos de apoio étnico, estabelecendo alianças e relações de clientela com os membros de um determinado grupo.

Neste contexto, a análise do conflito angolano deve ser problematizado tendo em atenção dois períodos: antes da independência (anos 60 e parte dos de

⁸⁰ Não se pretende excluir que a análise dos conflitos étnicos em outras regiões possam levar a conclusões semelhantes; só que esse não é o objecto do nosso trabalho.

70)⁸¹ e após. Se o surgimento de cada um dos três movimentos de libertação - FNLA, MPLA e UNITA - "reflectiu uma constelação claramente distinta de "variáveis" tais como base social, recrutamento de quadros e de militantes, orientação ideológica, alianças externas e eficiência política e militar"(Heimer,1979: 35), numa mistura em graus variáveis de pretensões regionalistas, ou étnicas⁸², já com o evoluir da luta armada, esses movimentos não só se foram fixando territorialmente como se foram declarando nacionalistas⁸³.

Com a independência e o controlo por parte do MPLA do aparelho do Estado e das rendas petrolíferas, o recurso ao apoio étnico constituiu uma das vias de intensificação do conflito armado; para a mobilização do apoio interno identifica-se um novo inimigo, que até antes tinha lutado pelos mesmos objectivos, mas que é crescentemente associado aos "antigos" assimilados - que surgiram do desenvolvimento da burguesia colonial dos finais do século passado - e com o grupo ambundu⁸⁴, pois, pese embora a participação no aparelho do Estado de membros de outros grupos étnicos, "o poder dos ambundu manteve-se dominante, tanto mais que tinham já com a direcção do MPLA, fortes laços" (Messiant, 1994: 174). Com efeito, "o apelo à etnicidade tinha grandes possibilidades de êxito numa sociedade pouco industrializada e com um pequeno

⁸¹ O período em causa é o da luta armada, não se devendo, porém, esquecer que muito antes da militarização do conflito ocorreram manifestações pontuais de resistência - na maioria pacíficas - ao poder colonial - cf. Pinheiro, 1962: 106-109; Pélissier, 1978: 191-258.

⁸² "A FNLA foi originalmente o resultado de uma fusão de diferentes organizações dos Bakongo" (Heimer,1985:35),"a base social original do MPLA foi a população não-branca de Luanda"(*ibidem*: 37) e a "UNITA surge[...] nas insuficiências da FNLA" (*ibidem*: 39) e, sobretudo, como uma resposta dos não bakongo.

⁸³ Só num contexto nacionalista se poderá entender, por exemplo, quer o Acordo de Alvor, celebrado em Janeiro de 1975, no qual os 3 movimentos reconhecem-se com direitos e responsabilidades iguais na preparação de um novo Estado e consagram a integridade territorial, quer ainda a proclamação da independência de Angola em dois lugares distintos - por força das circunstâncias da guerra.

⁸⁴ Vd. *supra* p. 38-39.

desenvolvimento de outro tipo de associações" (Mohanty,1992: 214) e em que, também, um número reduzido de grupos étnicos assume um peso significativo populacional, pelo que, uma vez diminuída a importância da FNLA⁸⁵, o conflito polariza-se, internacionaliza-se, e a UNITA vai alargando o seu suporte étnico ovimbundu, contando também com o apoio de alguns membros de outros grupos.

Se do lado da UNITA não houve uma declaração explícita de objectivos étnicos na luta que travava, também o Governo - MPLA - e do que é possível ajuizar do seu discurso mediático, não aludia aos ovimbundu como grupo suporte da UNITA e, portanto, não os considerava como a outra parte do conflito, desvalorizando, deste modo, qualquer consideração de ordem étnica do mesmo. Independentemente do que possa ter sido evidenciado pelas partes em conflito, há que reflectir se o sentimento étnico foi determinante para o prosseguimento da guerra civil, como se de algo endógeno se tratasse, ou, se antes, foi apenas um instrumento necessário ao suporte interno da guerra; face aos elementos disponíveis no âmbito do nosso estudo afigura-se-nos difícil optarmos exclusivamente por uma ou outra interpretação, mas acreditamos que as duas forçosamente se inter-relacionam num conflito que dura décadas e em que é necessário, com frequência, "justificar" junto dos apoiantes de cada uma das partes os sacrifícios exigidos. Por outro lado, não deixa de ser compreensível que, face à dimensão regional e internacional que o conflito foi revestindo - de que são exemplos a "linkage" entre a saída das tropas cubanas de Angola e a independência da Namíbia, por um lado, e o facto de só com o fim da Guerra Fria se ter iniciado o longo "processo de paz" (cf. Pycroft,1994: 241-245), por outro, - se tenha relegado para um plano secundário uma leitura étnica do mesmo.

⁸⁵ Este decréscimo, ocorre após o Zaire, na sequência de um encontro, em 1978, entre Agostinho Neto e Mobutu Sese Seko, ter diminuído o apoio à FNLA.



Ultrapassando as determinantes internacionais e recorrendo, ainda que de uma forma sumária, ao quadro analítico fornecido pelas teorias do pluralismo cultural, e designadamente ao de Horowitz, podemos constatar que, em virtude da posição privilegiada e consolidada que um determinado grupo ocupou no aparelho de Estado e no sector moderno da economia, o conflito pode ser entendido como a luta de um grupo “atrasado”, subordinado, contra um grupo “evoluído”, de uma sociedade rural contra uma sociedade urbana⁸⁶, com o objectivo de acabar com uma política que o grupo entende ser de dominação e de ter, concerteza, a visibilidade política que entende também merecer.

Outro dos enfoques da guerra angolana é o caso de Cabinda que, apesar de não ter alcançado as proporções do restante território, não poderá deixar de merecer uma atenção especial, uma vez que se trata do único foco com tendências separatistas, em que as reivindicações têm uma identificação territorial precisa.

De que modo, a não participação activa dos movimentos cabindas nas lutas de libertação, constitui um sinal da sua especificidade e do desejo de se diferenciarem das pretensões dos restantes angolanos? Até que ponto o sentimento de não angolanidade dos cabindas é um dos seus elementos da sua identidade? A colonização portuguesa, contribuiu, ou não, para o “mito” dos cabindas e para o seu sentimento secessionista/independentista? Será que as potencialidades em petróleo e, mais concretamente, a capacidade de sustentação da economia angolana, são responsáveis pela criação de uma “atmosfera” de região “avançada” e de um efeito alavanca para as pretensões separatistas que se fazem sentir antes da independência e das lutas independentistas? Cabinda será analisada mais pormenorizadamente em capítulo próprio, mas pareceu-nos,

⁸⁶ Não pretendemos entrar numa análise de classes da sociedade angolana, optamos por distinguir entre antigos e novos assimilados, entre sociedades rurais e sociedades urbanas, em vez de sistemas ordenados *versus* sistemas desordenados.

pertinente, todavia, lançar, desde já, neste contexto, algumas pistas de análise, designadamente as que nos possam conduzir para a problematização do carácter étnico daquele conflito.

3.2. Etnia e reivindicação do poder: Estado, democracia e élites.

O Estado surge frequentemente como um dos pontos centrais da reivindicação étnica, quer quando se pretende desalojar do aparelho do Estado o grupo dominante, quer quando se intenta salvaguardar a categoria de um grupo, quer mesmo quando o que está em causa é apenas a não discriminação do grupo no acesso a um conjunto de benefícios, ou mais propriamente, de direitos que “supostamente” o novo poder pós-colonial não lhes deveria negar. E esta centralidade no Estado tenderá a ser mais expressiva em sociedades profundamente divididas em termos étnicos, designadamente naquelas em que alguns grupos étnicos, ao concorrerem em termos de apoio das massas populares, poderão ameaçar o poder político instituído, e nas que, independentemente do grau de etnicidade⁸⁷ que apresentam, os partidos políticos são sobretudo formas organizativas de grupos étnicos.

Se, como afirma Chrétien, "são os mais “tribalistas” que mais absolutizam o Estado" (1981: 114), então é porque à “ideia” de Estado e seu controlo não só está associada uma capacidade de mobilização étnica, como também esta se apresenta como forma privilegiada de o grupo se legitimar e obter o respeito que julga merecer. Na realidade, quando o controlo do aparelho do Estado é sentido como o meio por excelência da legitimação pública do grupo, isso pode

⁸⁷ Com a expressão “grau de etnicidade” queremos referir o nível de dependência da organização social e política de uma comunidade do factor étnico.

significar não só que as organizações da sociedade civil são inexistentes ou fracas, não se apresentando pois como alternativa, mas também que o exercício do poder poderá não ter, neste contexto, que se estabelecer obrigatoriamente numa relação contratual com os cidadãos que seja aceite livremente por estes. "Se se admite que existe uma filosofia ocidental diferente da filosofia africana [...] poder-se-á legitimamente questionar se a democracia pode ser aplicada em África" (Topanou, 1994: 55) e, por isso, se o sistema político, e designadamente o Estado em África, é capaz de garantir o livre exercício das liberdades individuais e colectivas. Esta questão reenvia-nos para a análise, por um lado, da adequação, ou não, das formas sociais e políticas herdadas do Estado colonial às realidades sociológicas africanas e, por outro, da importância relativa do individual e do colectivo nos sistemas políticos em África.

"O Estado colonial legou a África [...] não apenas o modo de produção capitalista [...] mas também [...], um certo tipo de cultura e, sob o plano jurídico, em particular, um certo sistema jurídico e de aparelho de Estado, que são os dos Estados europeus" (Gonidec, 1995: 22). Só que esta herança processou-se sobre os dinamismos políticos dos espaços africanos e negar este facto corresponderia certamente a negar a historicidade das sociedades africanas pré-coloniais, quando o que há que ter presente é que o "estilo político" das sociedades segmentárias era indubitavelmente diferente da dos Estados antigos e essa diferença continua a influenciar as relações políticas actuais" (Geschiere, 1991: 30). Independentemente do exercício do poder ser diferenciado nos dois tipos de sociedades⁸⁸, em ambos o "colonialismo introduz um conjunto de normas burocráticas desconhecidas, novos tipos de impostos e impõe, sobretudo, modelos desconhecidos de trabalho forçado" (*ibidem*:35), desestruturando, obviamente, as regras intrínsecas de

⁸⁸ A divisão "sociedade linhageira/sociedade com Estado" poder-se-á apresentar como demasiado redutora, uma vez que "negligencia todas as situações intermédias e ignora a continuidade entre sistemas segmentários e sistemas centralizados" (Geschiere, 1991:30).

funcionamento daquelas sociedades, sem que as mesmas tivessem, até à independência, tempo e oportunidade para recriarem e adaptarem os novos instrumentos organizativos das sociedades às suas realidades. Com as independências, os africanos parecem ter tido "como única preocupação no erguer das suas instituições, o aval da "comunidade internacional", dotando-se, para o efeito, dos instrumentos⁸⁹ e símbolos dos "Estados modernos" (Boulaga, 1993:96), aos quais consideravam estar indissociavelmente ligada a construção do Estado-Nação por que tinham lutado e, desta maneira, obter, pelas potências internacionais, o reconhecimento de garantes de uma "ordem social". Mas, se a maioria dos militantes nacionalistas acreditaram na construção do Estado-Nação e numa ideologia nacional, o modo como responderam a estes objectivos foi, na maioria dos casos, autoritária (cf.Coquery-Vidrovitch, 1992: 8), esquecendo a diversidade étnica e regional das suas populações e dificultando, também assim, o surgimento de uma consciência nacional. Poder-se-á, então, indagar até que ponto a "violência" deste Estado, e o seu carácter não democrático, está associado quer ao "primado" da unidade nacional, quer à "ditadura" do desenvolvimento, quer também à crescente marginalização e empobrecimento de largas camadas populacionais que desempenharam um papel decisivo nas lutas de libertação. Ademais, os líderes políticos "em busca de firmar solidamente o seu poder [...], não hesitaram em proclamar uma política de unidade nacional, enquanto negavam a realidade étnica presente nas suas sociedades" (Kagabo, 1992: 172), nem em optarem por regimes de partido único, assentes numa forte centralização do poder. Julgamos, porém, que este tipo de exercício do poder não poderá ser desvinculado da importância que a colectividade tem na tradição

⁸⁹ Constituições políticas e regimes políticos, com predominância do presidencialismo, organizações jurídicas, legislativas, militares...

africana - grupo linhageiro, tribo ou etnia - face ao indivíduo e ao lugar que este tem na escala dos valores sociais das sociedades modernas democráticas.



No entanto, com as independências, os espaços territoriais de exercício desse poder alargaram-se, passando a englobar numa mesma ordem jurídica e política várias colectividades vizinhas, que, se anteriormente tinham Estado todas sobre o domínio de um poder exógeno, agora são confrontadas pela dominação de uma delas e, conseqüentemente, apropriação dos recursos estatais. Se, por parte dos líderes políticos, a argumentação étnica na fase de construção de um Estado-Nação pareceria “contra-natura”, ou era defendida como tal, o facto é que, o modo como se apropriaram dos recursos do Estado e o descontentamento gerado nas restantes comunidades, obrigou a que os próprios líderes “nacionalistas”, “para consolidar o seu poder e se agarrarem a ele, tiveram que recorrer aos apoios dos clãs, das etnias e locais, esquecendo o seu projecto inicial de construir uma nação fora das micro-nações étnicas” (*ibidem*:173).

É, pois, conjecturamos, na contradição entre os “ideais” nacionalistas dos líderes, por um lado, e o apoio étnico “encoberto” que eles necessitam para a sua perpetuação no poder, por outro, que nasce uma luta anti-étnica concretizada geralmente pela supressão do multipartidarismo e pela adopção dos regimes de partido único e, designadamente, de regimes do grupo étnico do Presidente. Se se entende que a contestação pública, geralmente associada a um sistema multipartidário e democrata, poderá levar ao desmoronamento de muitos Estados, será já difícil perceber porque é que então os regimes autoritários não ultrapassaram os problemas de instabilidade política em África (cf. Wiseman, 25-26). Mas, por outro lado, a luta anti-étnica pode também ser uma tentativa de negar que os conflitos sociais que surgem - quer possam ou não ser imediatamente identificados como étnicos - “revelam uma crise de identidade surgida precisamente do mal-estar, e das frustrações acumuladas, das espoliações

que um Estado rendeiro impõe às populações" (Broohm, 1995: 29). Não se pretende, de modo algum, perspectivar estes conflitos como luta entre classes - tal levar-nos-ia a indagar sobre a existência em África de classes sociais e esse não é o objecto deste estudo - mas sim como disputa entre os que herdaram do poder colonial o Estado, que é sobretudo extorsor, e os deserdados que se viram subtraídos de um dos modos fundamentais de acumulação.

Na verdade, a centralização dos recursos na mão do Estado, quer pela burguesia burocrática ou estatal nos regimes ditos de orientação socialista, quer pela burguesia económica ou administrativa que controla os governos nos regimes ditos capitalistas, conduz em regra geral a sistemas em que a "afecção de recursos, subsídios e transferências e a distribuição de bens e serviços se processa através duma acção coerciva do Estado" (Ferreira, 1995: 13), ou em que a apropriação privada dos recursos e meios de produção se faz por via administrativa, gerando uma confusão entre a "coisa pública" e o património privado do grupo dominante.

"É efectivamente a relação com o Estado que, em primeiro lugar, confere aos actores a capacidade de enriquecerem e de dominarem o campo social" (Bayart, 1989: 119), sendo, assim, o Estado o agente regulador da formação dos grupos detentores de riqueza e dos grupos excluídos socialmente. Esta conexão entre o exercício da autoridade pública e a posse de bens e recursos foi muitas vezes herdada do sistema colonial, e designadamente do regime de concessões⁹⁰, mas foi também reforçada, e até originada, pelo sistema político dos novos países em que o autoritarismo juntamente com o estabelecimento de uma teia de relações de cumplicidade e de clientelas, no seio de um determinado grupo -

⁹⁰ E. M'Bokolo refere-se a um sistema económico de depredação a que grande parte de África central, austral e oriental, esteve sujeita durante a colonização, através, sobretudo, de expropriações fundiárias e do regime de concessões, às quais estava associado "o risco, senão mesmo a certeza, de abusos" (vd. M'Bokollo, 1992: 305-315).

linhageiro, étnico, local -, sustentam não só aquela relação como dificultam quaisquer contestações à mesma. Neste propósito, poder-se-á deduzir que as lutas entre os grupos, dominantes e dominados, não terão por objectivo só a conquista de estatuto e poder, mas também "a possibilidade de realizar uma verdadeira acumulação primitiva, no sentido exacto do termo, pela confisco dos meios de produção e de troca" (*ibidem*: 287). Esta luta tenderá a ser tanto mais violenta quanto maior for a escassez de recursos, por um lado, e quanto mais a afectação dos mesmos for desproporcionada, por outro, quer porque o grupo privilegiado tem uma importância populacional reduzida, quer porque apropriasse de recursos⁹¹ gerados em regiões claramente identificáveis com grupos que se consideram excluídos. "La politique du ventre"⁹² é para nós uma expressão substantiva de caracterização do Estado em África e da situação de pilhagem a que frequentemente ele está sujeito; ela "é pois uma questão de vida ou de morte. De vida se se conseguir obter a sua parte do "bolo nacional" sem ser preso. De morte se se contentar com um salário [...], se deixar surpreender e abater-se pelos concorrentes" (*ibidem*: 292).

Um Estado com as características enunciadas não terá pois capacidade para gerar mecanismos de convivência entre todos os grupos e, designadamente, de fazer aceitar por toda a colectividade regras de regulação dos conflitos; a existência, a aceitação e o respeito por essas regras são, sem dúvida, factores fundamentais para a redução da discricionariedade e da arbitrariedade dos Estados, pelo que a renovação política de África, a que muitos autores apelam, passará pela criação de instituições que, no âmbito da cultura e da realidade sociológica africanas, sejam capazes de defender as liberdades fundamentais dos indivíduos e promover o desenvolvimento. Aliás, parece não ser mais sustentável defender

⁹¹ Recursos na base do qual o sistema político se reproduz, como por exemplo, o petróleo na Nigéria e em Angola, os diamantes e outros minérios no Zaire...

⁹² Optamos por utilizar a expressão original francesa de J.F. Bayart (1989).

que a democracia é um luxo que impede o desenvolvimento; a argumentação que muitos líderes africanos utilizaram de que seria necessário concentrar todos os esforços para construir a unidade dos países e promover o desenvolvimento não ficou demonstrada pelos números - o crescimento do PNB *per capita* da África Sub-sahariana após ter crescido a uma taxa de 2,9%/ano entre 1965 e 1973⁹³, estagnou e decresceu, atingindo na década de 80 um valor médio de -0,9%/ano⁹⁴ - e à ditadura do desenvolvimento e da unidade e segurança nacional, nas décadas de 60 a 80, nada mais lhe correspondeu do que uma crise generalizada nos países africanos. Como afirma Boulaga, "a África implode. A impotência em fazer face aos seus problemas de sobrevivência, à violência da natureza e dos homens [...] torna-se [...] num problema para todos". E é assim que as instituições financeiras internacionais, face ao visível falhanço dos projectos de desenvolvimento que apoiaram nesses países, começam, sobretudo nos finais da década de 80, a reclamar pela promoção da "governança democrática" ou, melhor, pela "boa governação". A "boa governação"⁹⁵ entendida como "a gestão eficaz dos assuntos públicos, através de um conjunto de regras aceites como legítimas, visando promover e melhorar os valores sociais a que aspiram indivíduos e grupos" (Charlick, 1995: 20) sugere não só a questão da legitimidade⁹⁶ do poder, como a necessidade de criação de um "ambiente que

⁹³ Cf. Banco Mundial. (1990), *África subsaariana. Da crise até ao crescimento sustentável*, Washington: WB, p.273 (Tabela 1).

⁹⁴ United Nations (1996), *World Economic and Social Survey, 1996. Trends and Policies in the World Economy*, New York, p. 7 (Table I.3); é de realçar que, de acordo com este organismo, a África registou um crescimento nulo em 1995 do PIB *per capita* perspectivando que o mesmo atinja, em 1996, 1,5% (*ibidem*: 6).

⁹⁵ A problemática da "boa governação" é sancionada como condição essencial ao desenvolvimento em África pelo World Bank, em 1989, no relatório *Sub-Saharan Africa: From Crisis to Sustainable Growth*.

⁹⁶ Não se inscreve no âmbito do nosso trabalho discutir os critérios da legitimidade e os elementos que a compõem; aceitamos, para este efeito, que a legitimidade é um atributo do poder que permite, num regime democrático, que ele seja exercido não só com eficácia, mas

favoreça um desenvolvimento equitativo e duradouro" (World Bank, 1992: 1) realçando-se, assim, a "governança democrática" como uma condição necessária para o desenvolvimento. E a análise quanto à possibilidade de se verificarem um conjunto de postulados que surgem associados a esta nova estratégia de desenvolvimento, tais como a primazia da economia de mercado e a conexão entre crescimento e pluralismo (cf. Willame, 1995: 50-52), não pode deixar de ter em linha de conta a história, a cultura e a tradição política e institucional dos países.

No entanto, o desafio da renovação política e do desenvolvimento em África tem que ser avocado pelas suas elites e não ser apenas uma exigência das instâncias internacionais; para tal, "as elites políticas africanas dever-se-ão educar numa nova concepção do Estado em ruptura com o Estado neo-patrimonial e rendeiro" (Broohm, 1995: 32) e assumirem-se como o núcleo de uma sociedade civil⁹⁷, que tarda em surgir em África, e cuja emergência assinalará "a passagem de uma produção monolítica da política para uma explosão multipolar do poder na África pós-independência" (Kamto, 1994: 48). As elites, ao serem confrontadas com as exigências de diminuição da importância do Estado, na vida política e económica destes países, e de privatização da economia, são colocadas perante novos critérios de afectação e desconfisco de riqueza que poem em causa a sua "sobrevivência" e o seu poder coercivo.

Todavia, é suscitada a dúvida quanto à possibilidade das elites comprometidas com os Estados autoritários e monolíticos serem portadoras, e agentes dinamizadores, de um novo projecto político e económico ou, ainda, se é

também que seja reconhecido por cada membro da colectividade como legal e como o resultado de uma vontade expressa pelos mecanismos mais alargados de consulta popular.

⁹⁷ Adoptamos a definição de sociedade civil como "a esfera social distinta da do Estado e dos partidos políticos, constituída pelo conjunto das organizações e personalidades cuja acção concorre para a emergência ou afirmação de uma identidade social colectiva, para a defesa dos direitos da pessoa humana assim como para os direitos específicos da cidadania" (Kamto, 1994:47).

necessária uma nova elite política. Sem aprofundarmos esta controvérsia, interessa reter que "um Estado moderno, acima de tudo, consiste em indivíduos - em particular, agentes públicos - aos quais é exigido terem um conjunto de qualificações e dominarem certos códigos de comportamento" (Ellis, 1996: 20), dos quais destacamos, no âmbito deste trabalho, os que visam a regulação dos conflitos sociais, quaisquer que sejam a sua origem, e designadamente os étnicos. Às inúmeras tarefas que cabem às elites, conta-se o de "intermediação étnica", isto é o de potenciar, para além da salvaguarda das liberdades individuais, a compatibilização de interesses dos diferentes grupos da sociedade. Trata-se claramente de um encargo difícil, não só porque em muitos países as elites, e seus privilégios, estiveram associados a determinados grupos étnicos, mas também porque há o perigo destes se perpetuarem no poder dada a fraca capacidade de rotação das elites. A procura de mecanismos de regulação e contenção dos conflitos étnicos, adaptados a cada realidade concreta, pode constituir, deste modo, um paradigma da renovação política em África e, conseqüentemente, da pacificação das sociedades e do seu desenvolvimento⁹⁸.

⁹⁸ Não se entenda este raciocínio como defesa da primazia do político sobre o económico, pois entendemos que há entre estas duas realidades uma "interacção complexa de níveis e factores, onde cada parte possui a sua medida de dinâmica autónoma, e onde o Estado desempenha um papel central de articulação e mediação" (Heimer, 1990: 476).

4. O enclave de Cabinda. Especificidade no período colonial e na construção do Estado pós-colonial

No presente capítulo, procuraremos problematizar o carácter de diferente e de específico do território de Cabinda, no contexto angolano, o qual tem constituído suporte das reivindicações autonómicas e independentistas que se têm manifestado desde há mais de três décadas, atravessando, portanto, o período colonial português e a independência de Angola. Se a especificidade de Cabinda lhe pode advir das suas características geográficas - enclave separado do restante território de Angola por uma pequena faixa marítima do Zaire⁹⁹ - e das suas riquezas naturais, de onde ressalta o petróleo¹⁰⁰, já o atributo de “diferente” de Angola é justificado por uma identidade própria, não angolana, que assenta em razões jurídicas, históricas e étnicas¹⁰¹.

A nossa opção por uma leitura étnica e económica de Cabinda não significa, de modo algum, que consideramos irrelevantes as razões históricas e

⁹⁹ Cabinda está separada do restante território de Angola por uma faixa marítima de cerca de 40 Km que é, por sua vez, a única “saída” para o mar que tem a República do Zaire.

¹⁰⁰ Para além da aptidão para algumas culturas tropicais - café e cacau - e das vastas potencialidades florestais do Maiombe, considera-se a possibilidade de existirem jazidas de fosfatos e de ouro (cf. Martins, 1972: 327-330); após a independência, estas suspeitas são, também, referidas em vários artigos sobre Cabinda, publicados pelo *Jornal de Angola*.

¹⁰¹ Esta foi a sequência de razões apontadas pelo deputado Miguel N'Zau Puna, herdeiro do título de Barão de Cabinda, na conversa que tivemos, em Luanda.

jurídicas; antes as integramos como elementos significativos de um processo identitário dinâmico em que a identidade Cabinda é uma realidade que se vai construindo e remodelando, não se resumindo a um conjunto biológico, territorial ou linguístico¹⁰².

Numa tentativa de perspectivar a formação de uma identidade própria, abordaremos numa primeira fase, ainda que sucintamente e em termos comparativos com Angola, a evolução histórica e administrativa do território de Cabinda, a que poderá denunciar a partilha, pela população, de um conjunto de sentimentos quanto ao seu passado; e, numa fase seguinte, analisaremos a retórica, após a independência, dos meios de comunicação de Angola que, ao traduzir a política do governo central para Cabinda, indicará, certamente, pistas para uma análise do modo como os seus naturais possam ter consolidado sentimentos quanto ao seu presente e futuro.

4.1. Ancestralidade e período colonial

A descrição da evolução histórica do actual território de Cabinda que nos propusemos efectuar, enfrenta, quanto às fontes históricas, as mesmas dificuldades de outros espaços de África; se as fontes escritas existem apenas para o período após a chegada dos europeus, impõe-se, então, o recurso às fontes orais para o período anterior¹⁰³. Neste sentido, e na medida em que a análise histórica se apresenta sobretudo como “instrumento” para se detectar da existência de um

¹⁰² Vd. *supra* p.12-13

¹⁰³ "O valor das fontes orais foi estabelecido e reconhecido, concordando todos sobre o facto de que a extrema variedade das fontes [...] de que a história de África pode tirar partido constitui uma oportunidade excepcional, com a condição de que aquelas sejam tratadas com todo o rigor" (M'Bokolo, 1995:35).

processo identitário, optamos, face à elevada dispersão de documentos, por recorrer a textos mais recentes, elaborados na base de investigações exaustivas das várias fontes existentes, escritas e orais.

4.1.1. Origens e busca de uma identidade ancestral

A semelhança linguística entre os povos dos territórios situados nas duas margens do rio Zaire, aponta para um passado comum; no século XVIII, Proyart referia que "o idioma de Cacongo é o mesmo de Loango e de Ngoio, diferindo do do Congo; [porém] um conjunto de artigos semelhantes e raízes comuns parecem indicar que tiveram a mesma origem"(1776: 172). Redinha, numa sistematização dos vários estudos sobre as populações indígenas de Angola (1961, 1971), e tendo em conta as semelhanças linguísticas, engloba no mesmo grupo - Quicongo¹⁰⁴ - todos aqueles povos, considerando, no entanto, e com base em "diferenças dialectais", a existência de subgrupos - Vili, Iombe, Cacongo e Oio - no território de Cabinda (cf. Redinha 1971:18).

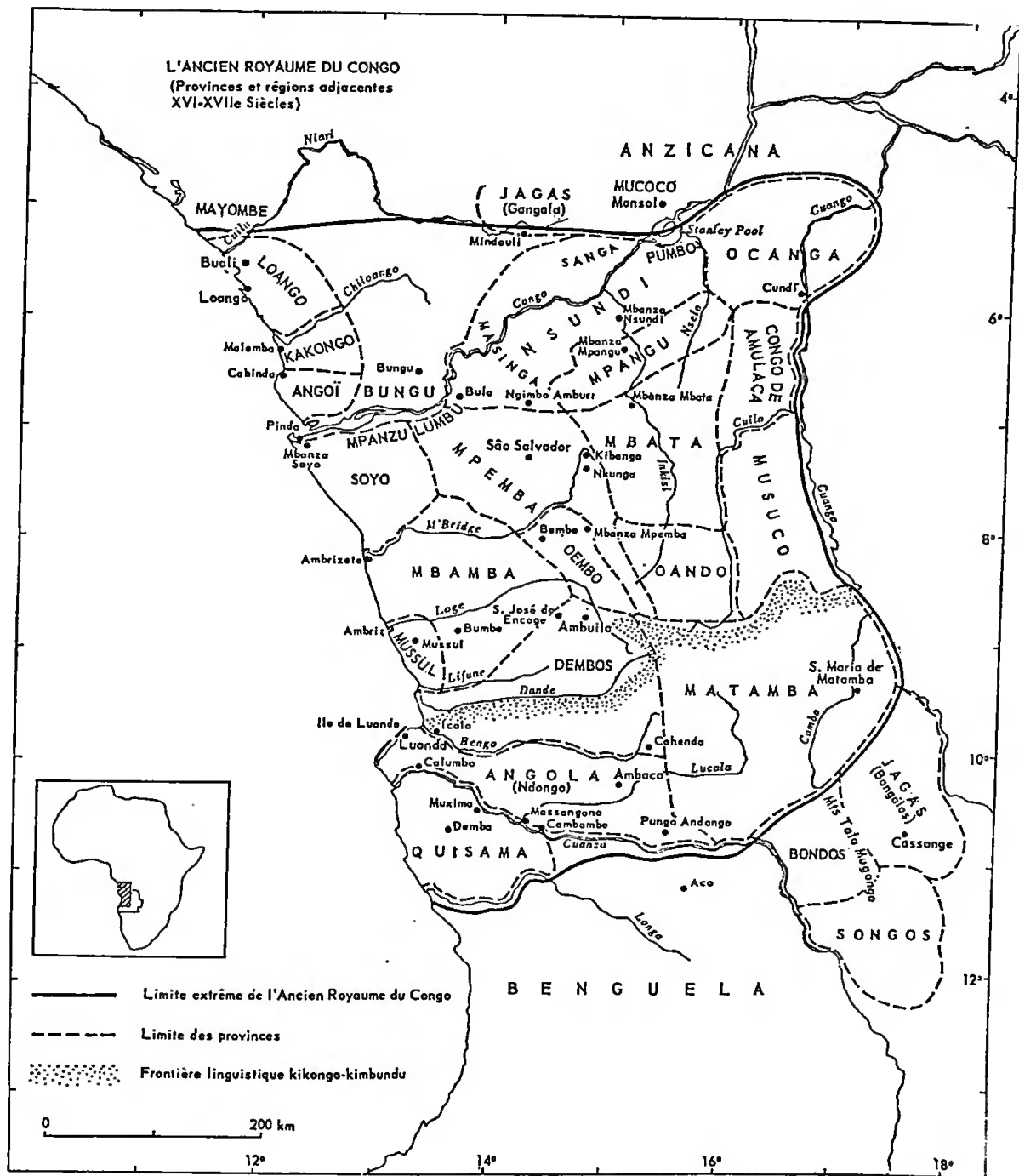
Quer as origens, quer as relações dos reinos de Loango, Cacongo e Ngoio - situados na margem setentrional do rio Zaire - com o reino do Congo, a sul, são objecto, ainda, de muitas controvérsias. Na verdade, as inúmeras fontes relativas à formação do reino do Congo não são coincidentes, sendo difícil, por isso, separar os mitos da história.

104 Quicongo é a língua dos bacongo.



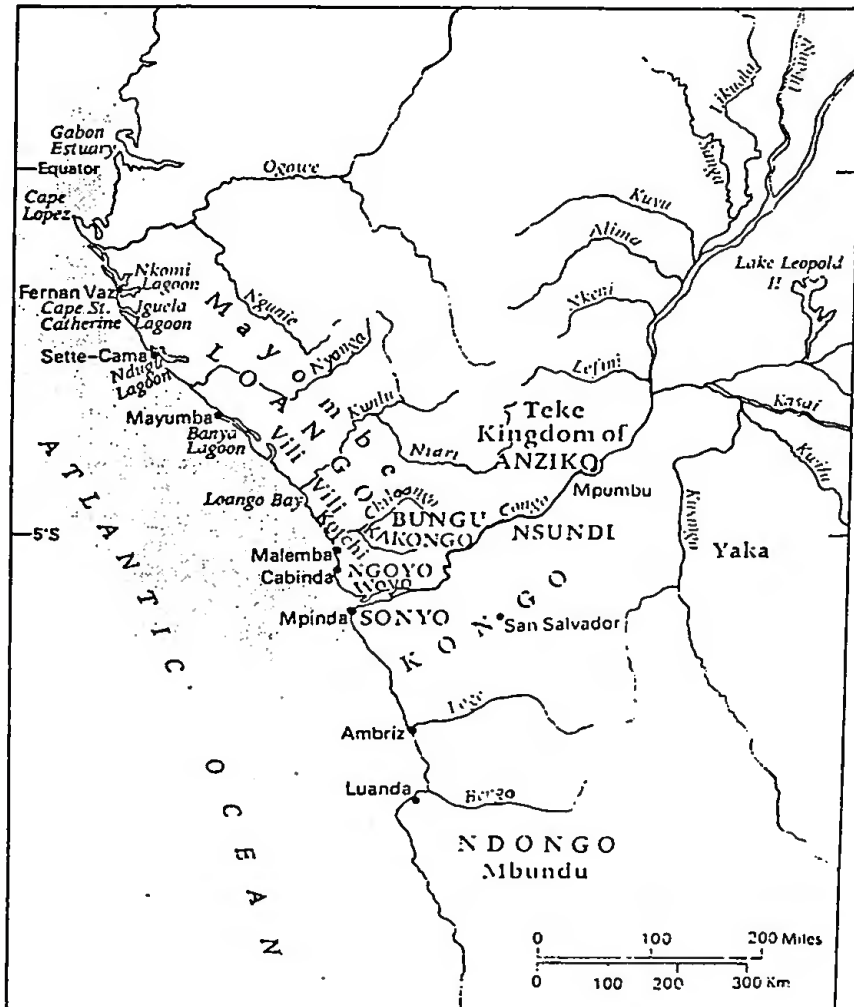
ANTIGO REINO DO CONGO

(Provincias e regiões adjacentes: séculos XVI-XVII)



Fonte: Randles, 1968: 22.

ÁFRICA CENTRAL E OS REINOS DA COSTA DO LUANGO



Fonte: Martin, 1972: xiv

Conforme tradições locais, os congueses¹⁰⁵ são um povo não originário da região, proveniente ou da margem direita do rio Zaire ou do leste, da região do Cuango¹⁰⁶, estando, contudo, associado o mito do fundador, Nimi a Lukeni, a qualquer dos movimentos migratórios. M'Bokolo realça a existência de duas escolas quanto à criação do reino do Congo, baseando-se ambas, todavia, em tradições orais fundadas num crime familiar: Nimi a Lukeni mata a sua tia; a "primeira [...] atribui a este herói fundador uma origem oriental identificada com os países ribeirinhos do Cuango" (M'Bokolo 1995: 149); a segunda, apoiada pela maioria dos actuais historiadores, "é a favor de uma outra origem situada no norte, na outra margem do rio Congo/Zaire [...] apoiando-se em outras tradições para fazer partir Nimi a Likeni do reino de Bungu ou Vungu" (*ibidem*).

Randles, sublinhando igualmente a dificuldade em estabelecer uma cronologia dos acontecimentos que tenham levado à fundação do reino do Congo, destaca três correntes do século XVII - a de Giovanni Cavazzi¹⁰⁷, de Bernardo da Gallo¹⁰⁸ e a do autor anónimo da *História do Reino do Congo*¹⁰⁹ que atribuem aquela a uma "querela familiar, seguida de uma cisão do clã e de emigração" (Randles, 1968:17) atravessando o rio Zaire para sul (cf. *ibidem*: 17-18). Associadas às várias tradições estão diferentes datas para a fundação do

105 A designação congueses, em vez de bacongo, prende-se com o facto de pretendermos, não uma designação etnolinguística, que seria redutora, mas sim territorial (reino do Congo).

106 Situado a nordeste do actual território de Angola, na província da Lunda Norte.

107 Giovanni A. Cavazzi. (1687), *Istorica Descrizione de'tre Regni Congo, Matamba et Angola sitvati nell'Ethiopia inferiore occidentale e delle Missioni Apostoliche Esercitateui da Religiosi Capuccini Accuratamente*, Bolonha; consultada esta obra - trad. de P. Graciano M. de Leguzzano.(1965), Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 2º vol., p.230-231 - notamos que ele refere que a emigração teria partido da província de Corimba, que é parte do reino do Cuango.

108 Conforme W.G.L. Randles: Bernardo da Gallo (1700), cit in L. Jardin. (1961), "Le Congo et la secte des Antoniens", in *Bulletin de l'Institut Historique Belge de Rome*, 33, p.468-475.

109 Conforme W.G.L. Randles: op. cit in A. A. Felner. (1933), *Angola. Apontamentos sobre a ocupação e início de estabelecimento dos Portugueses no Congo*, Coimbra: Imprensa da Universidade, p.375-377.

reino do Congo, pois não existem elementos suficientes sobre os reis que existiram entre Nimi a Lukeni e o soberano que teve os primeiros contactos com os europeus, nos finais do século XV, Nzinga a Nkuwu ou, após o baptismo, D. João I. M'Bokolo admite que o reino se formou nos finais ou na segunda metade do século XIV, Randles adianta o período entre os inícios do século XIV e do século XV, a *História de Angola* (MPLA, 1975) refere o século XIII¹¹⁰ (*op. cit.*:43)...

No tocante à extensão que o reino do Congo possa ter atingido e, conseqüentemente, à relação que tenha existido entre os territórios das duas margens do Rio Zaire, parece-nos possível questionar a probabilidade de uma ligação estreita a dois níveis; um, é relativo à relação política de dependência - vassalagem ou tributária - entre o reino do Congo e os reinos de Loango, Cacongo e Ngoio; o outro, respeita à afinidade entre os clãs do Vungu - vizinho da costa do Loango - e o do fundador do reino do Congo, dado que ao ter sido parte de um clã que partiu do Vungu, é natural que outras cisões tenham ocorrido e originado movimentos migratórios multidireccionais, designadamente para a costa a oeste. "Ignora-se até onde foi a expansão do reino do Congo, pois que ele parecia estar já reduzido quando foram escritas as primeiras narrações portuguesas, no século XVI" (Randles, 1968:20-21); provavelmente estendeu-se à outra margem do rio Zaire até à cidade do Loango e a Stanley Pool, integrando, assim, os territórios de Loango, Cacongo e Ngoio¹¹¹.

Em finais do século XVI, há já a narração que a norte do reino do Congo, e do rio Zaire, o reino do Loango se estende "sob a linha equinocial, à beira do

¹¹⁰ Não é mencionada a fonte; é referido que "um desses povos emigrantes veio-se aproximando do Rio Zaire. Finalmente no século XIII atravessou o rio e instalou-se na margem esquerda" (MPLA, 1975:38).

¹¹¹ Surge igualmente alguma indefinição quanto aos limites meridionais do reino do Congo e ao domínio que possa ter exercido sobre o Ndongo que era, no século XVI, um pequeno território entre o Lucala e o Cuanza.

Oceano e por dentro do sertão obra de 200 milhas" (Pigafetta, 1591: 38)¹¹² e que o seu rei era amigo do rei do Congo e outrora seu vassalo (*ibidem*); no mesmo testemunho é também referido que "da outra banda do Rio Zaire, para o Norte, é a província do Palmar [...] e alguns Senhorios que confinam com El-Rei do Loango [...] e vai pela terra dentro, sob a linha Equinocial, contra o Oriente" (*ibidem*: 71), pelo que se nos afigura que esta descrição se reportava aos territórios de Cacongo e ou Ngoio, que estariam então integrados no reino do Congo.

Face à grande dimensão que o reino do Congo parece ter alcançado, e tendo em consideração as características geográficas da sua implantação - limitada a norte pela floresta equatorial e a sul pela savana - e a área de influência linguística do Quicongo, Randles refere que a estrutura administrativa daquele reino incluía, por um lado, um núcleo fortemente administrado e, por outro, mercados periféricos, nos quais se incluíam Loango, Cacongo e Ngoio, que, em virtude da distância ao núcleo, tenderiam a escapar à sua soberania (cf. Randles, 1968:21).

Está também associado à origem daqueles reinos um conjunto de tradições, relatos e estudos, sendo, por isso, também imprecisas as datas de formação dos mesmos.

Martins, considera que a ideia de que foram os parentes e descendentes do Congo a ocuparem as terras do enclave de Cabinda, que outrora compreendiam a quase totalidade dos reinos do Ngoio e do Cacongo e uma parcela muito reduzida a sul do reino do Loango, é fortemente confirmada pelo povo (cf. Martins, 1972: 71), pelo que descreve várias tradições, das quais sumariamente reproduzimos algumas: os sobrinhos do rei do Congo, após terem envenenado o escravo predilecto do tio, teriam atravessado o rio Zaire, tendo o mais velho, Makongo,

¹¹² *Relação do Reino do Congo*, é "tirada por Filippo Pigafetta dos discursos do Senhor Duarte Lopez, Português" que viajou para o reino do Congo em 1578.

ficado com as terras de Cacongo e a sua irmã, Mangoio, com as de Ngoio; uma princesa de Mbanza Congo¹¹³, Mue Puenha, foi obrigada a fugir do reino do Congo, chegando ao Ngoio onde se instalou e tendo o seu pai, o rei do Congo, tido conhecimento de tal, resolveu dar-lhe os reinos de Loango, Cacongo e Ngoio, que passaram para os seus filhos, Tumba, Silo e Mue Panzo¹¹⁴, respectivamente; o primeiro rei do Congo, após ter feito muitas conquistas, reuniu os seus capitães, ou os seus sobrinhos, atribuindo a cada um deles uma província (vd. *ibidem*: 75-78).

Martin, por seu lado, detendo-se em particular na fundação e antecedentes do reino do Loango e do seu povo - os Vili - expõe tradições e documentos que relacionam entre si os reinos da costa do Luango; uma tradição Vili que sustenta que os povos do Congo, Ngoio, Loango, e ainda Anziko¹¹⁵, têm origem em quatro irmãos que, provenientes de uma região muito afastada no centro de África, procuravam terras para se instalar; investigadores que defendem que os povos da Costa de Luango e do Congo descendem de um protótipo a norte de Stanley Pool¹¹⁶ (vd. Martin, 1972: 4-5).

Também a data de formação dos reinos da Costa está rodeada de indefinições, avançando Martin com várias hipóteses. Relativamente ao reino do Loango, se se admitir que ele resultou de uma fragmentação do Congo, que se deduz ter sido fundado na segunda metade do século XIV¹¹⁷, poder-se-á estimar

¹¹³ Mbanza Congo era a capital do reino do Congo.

¹¹⁴ Tradição veiculada por um natural de Cabinda: José Domingues Franque em *Nós. Os Cabindas*, (1940), cit. in Martins, 1972; já em 1928, um outro cabinda, António J. Fernandes relatava a mesma tradição no manuscrito *Reino de Ngoyo. Sua origem*.

¹¹⁵ "Para lá do Reino do Loango estão as nações chamadas Anziques" (Pigafetta, 1591:39).

¹¹⁶ Tese defendida por O. Dapper (1668), *Naukeurige Beschrijvinge der Afrikaensche Gewesten*, Amsterdão e J. Vansini (1963), "Note sur l'origine du royaume du Congo", in *Journal of African History*, 4(1), p.33-38, cit.in P. Martin, 1972: 4.

¹¹⁷ Vd. *supra* p. 71-72.

que a sua independência ocorreu entre os finais do século XIV e o início do século XV, tanto mais que "o Loango parecia aparentemente não constituir um problema para o Manicongo quando os portugueses chegaram" (*ibidem*: 9); mas se se tiver em conta que o rei do Congo D. Afonso I¹¹⁸, em 1535, numa carta ao Papa Paulo III, já não mencionava nos seus títulos o reino do Loango, apesar de continuar a considerar-se rei de outras regiões a norte, entre as quais, o Cacongo e o Ngoio, poder-se-á apontar a autonomia do reino do Loango para os inícios do século XVI (cf. *ibidem*). Já quanto aos reinos de Cacongo e do Ngoio, o mesmo autor refere que se pressupõe que as suas ligações ao reino do Congo se mantiveram até mais tarde, sendo, todavia, independentes nos meados do século XVII; porém, aqueles reinos, reconhecendo a superioridade do reino do Luango, prestavam-lhe vassalagem e pagavam-lhe tributo (cf. *ibidem*: 31).

Apresentamos apenas alguns, dos muitos, testemunhos quanto às origens e relações entre os reinos do Luango, do Cacongo e do Ngoio e destes com o reino do Congo, concluindo-se pois que não só as tradições orais são diversas, como muitos relatos escritos, e outras fontes, não coincidem com aquelas. Acrescente-se ainda, a título meramente ilustrativo, que Randles considera, por exemplo, que "Cacongo e Ngoio são independentes em 1607, mas nada permite saber desde quando" (1968: 23), enquanto Serrano, apoiando-se, respectivamente nos relatos de Dapper¹¹⁹, Prévost¹²⁰ e Proyard, refere que: em 1631 o rei do Congo ainda reclama a soberania do Cacongo e Ngoio, embora não exercesse qualquer autoridade sobre estes; mais tarde, em meados do século XVIII, é mencionado que outrora o reino de Ngoio tinha já Estado submetido ao rei de Cacongo; nos finais

118 D. Afonso I, reinou entre 1506 e 1543 - cf. Randles, 1968: 234.

119 O. Dapper, op. cit.

120 A. Prévost (1748), *Histoire Générale des voyages*, Haye: Pierre de Hondt, [12 vol], cit. in Serrano, 1979: 26.

do século XVIII, reportava-se o reino de Ngoio como tributário do de Loango (cf. Serrano, 1979: 26).

O que parece transparecer de todos estes contributos é a existência de um “cenário ancestral” comum entre aqueles povos, decerto extensível ao reino do Congo, o que associado a uma experiência, também comum, de enfraquecimento do poder, por via da expansão do comércio externo e do redirecionamento das redes comerciais internas, terá provavelmente fomentado as condições para uma ocupação colonial específica. “É certo que as identidades se criam e se destroem e que os conflitos são chave nestes processos, porém também é certo que tendem a ser mais persistentes do que alguns cientistas sociais crêem” (Alcoy, 1995:147); a identidade Cabinda surge provavelmente com a alteração, ou destruição, das identidades dos reinos que anteriormente ocupavam as terras do enclave e ir-se-á construindo em função não apenas de uma ancestralidade, real ou mítica, comum, mas também de um percurso histórico que, a partir dos finais do século XIX, os une sob um mesmo domínio colonial.

4.1.2. Cabinda e Angola: aspectos da evolução histórica comparada

Os primeiros contactos dos europeus, e portugueses, com o território que é actualmente Cabinda deu-se no decurso da viagem de Diogo Cão, realizada no período de 1482 a 1484, que o levaria à foz do Zaire/Congo e no decurso da qual teria explorado a costa entre o Cabo de Santa Catarina e aquele rio¹²¹. Contrariamente à atenção demonstrada para com as terras situadas a sul do rio -

¹²¹ Face à controvérsia quanto à data de chegada de Diogo Cão à foz do Zaire (1482, 1483 ou 1484), aceitamos a tese defendida in João Medina (dir). [s.d.], *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol IV, Amadora: Ediclube, p.138-139.

reino do Congo -, a expedição não se demorou na costa a norte, pois o grande objectivo era descobrir o caminho marítimo para a Índia e para as terras do Preste João (cf. Martin, 1972:33).



O relacionamento dos portugueses com o reino do Congo irá sofrer mudanças várias, mormente ao longo da ocupação colonial do território de Angola; "sabendo El-Rei D. Sebastião que naquele Reino havia minas de prata e de ouro e de outros metais, mandou dous mestres reconhecê-las e tirarem proveito delas" (Pigafetta, 1591: 114), mas face à renitência do rei do Congo em indicar a sua localização, depressa se constatou que "os tecidos e o marfim não eram suficientemente atractivos para levarem os portugueses a desenvolverem o Reino" (Birmingham, 1965:12) e que a maior fonte de receitas seria o comércio de escravos que se dirigiu para S. Tomé ou Lisboa, inicialmente, e mais tarde, a partir dos meados do século XVI, para o Brasil (cf. *ibidem*). A influência dos portugueses fez-se sentir a vários níveis (cf. Randles, 1968:129-148); tentando impor alguns soberanos no reino do Congo e destituir os que lhes contrariassem os seus interesses; combatendo as incursões de povos invasores, como o que ocorreu com os jagas em 1571¹²²; alterando o equilíbrio interno do reino, quer porque os mercados periféricos se foram libertando do domínio do núcleo central, por via de um processo de acumulação originado no comércio, sobretudo de escravos, quer porque os traficantes, à procura de escravos, se vão deslocando para regiões cada vez mais interiores, demarcando rotas comerciais e promovendo contactos entre formas de estar diferentes.

¹²² Em 1568, "Os jagas, um povo aguerrido do interior de África, invadiram o Reino do Congo" (MPLA, 1975: 56), obrigando o rei a fugir com as suas gentes para uma ilha do Zaire, onde ficou alguns anos até chegar, em 1571, a ajuda dos portugueses para desalojar aqueles invasores.

"Os portugueses mantiveram relações pacíficas com o Congo [...] até 1575, quando aqueles decidiram deslocar o seu esforço para sul, para Angola" (Wheeler, 1971: 28), iniciando aí uma conquista militar, claramente contrária à coexistência pouco conflituosa que até então tinha existido com aquele reino. O interesse português pelo Congo começa a decrescer, quer em virtude da insegurança e da insuficiência de escravos provocadas pelas invasões dos jagas, levando, assim, à procura de novas fontes de abastecimento, quer face à possibilidade de nos territórios a sul haver os minérios que a norte não foram encontrados. O reino do Congo vivia, assim, um clima de caos político, resultante não só das guerras provocadas pela sucessão - a monarquia era eleita¹²³ e não hereditária -, mas também da desestruturação administrativa e da fragilidade política que o tráfico de escravos potenciava.

É, aliás, de sublinhar que o interesse político por novos territórios, e a sua consequente ocupação, reflecte-se no aparecimento de novas redes comerciais, mostrando, por um lado, que a diversificação das fontes de abastecimento de escravos e a diminuição da dependência económica do Congo eram razões determinantes para as conquistas, e, por outro, que "já existiam em África redes complexas de circulação de bens que, adaptando-se às condições do tráfico transoceânico permitiram obter e drenar para a costa a grande massa de escravos" (Alexandre, 1979: 22).

Apesar da presença de traficantes portugueses, de S. Tomé e do Congo, se fazer sentir em Angola na primeira metade do século XVI (cf. Wheeler, 1971: 34-35), só no último quartel é que Portugal inicia a sua conquista militar. De acordo com Birmingham, podem distinguir-se três períodos na conquista activa de

¹²³ O sucessor do rei era eleito dentro da família real pelos principais chefes das várias tribos - cf. Felgas, 1958: 54-58; Randles, 1968:28-29.

contudo, encontrado uma resistência maior do que esperavam; um segundo período, caracterizado sobretudo pelos avanços na invasão do território e na florescência do tráfico de escravos a partir do porto de Luanda, que termina, em 1641, com a conquista desta cidade pelos holandeses; o último, que durou até 1683, e durante o qual se consolidou a autoridade portuguesa, expulsando os holandeses e destruindo¹²⁴ ou submetendo¹²⁵ reinos independentes (cf. Birmingham, 1965: 21-50). "Mas a guerra não terminou nos finais do século XVII: tornou-se, pelo contrário, mais regra do que excepção, durante quase todos os anos compreendidos entre 1579 a 1921" (Wheeler, 1971: 41).

Mas, enquanto os portugueses concentravam os seus esforços na conquista em Angola, outros europeus, designadamente os holandeses, começavam, nos inícios do século XVII, a frequentar o Congo e a costa do Luango e a concorrer com aqueles. Se esta presença, por um lado, limitava significativamente a capacidade comercial dos portugueses naquela região, em virtude não só do aumento da procura mas também da menor atractividade para troca que os bens dos portugueses apresentavam face aos dos holandeses¹²⁶, por outro, ameaçava a fragilidade política da presença portuguesa ou, pelo menos, dos direitos que a coroa portuguesa poderia reclamar sobre aqueles territórios a norte do rio Zaire. Aliás, e como se constatará, alguns actos de afirmação política da autoridade

¹²⁴ A batalha de Ambuíla, travada em 1655, entre os exércitos do reino do Congo e da colónia "marcou o fim do Congo[...].De então em diante o reino pulverizou-se em diferentes facções internas"(Birmingham, 1965:45). Em 1671 acabava o reino independente de Ndongo - cf. *ibidem*: 46-47.

¹²⁵ A rainha da Matamba assinou, em 1683, um tratado de vassalagem com os portugueses, ficando proibida de negociar com outro país que não Portugal e abandonava as suas pretensões sobre o Kassange, deixando que os traficantes portugueses frequentassem novamente esse reino de onde tinham sido expulsos anos antes (1680) - cf. *ibidem*: 48-50; MPLA, 1975: 84-90.

¹²⁶ Nos inícios do século XVII, "dada a melhor qualidade e a variedade de artigos que enviavam para resgate, os holandeses estavam senhores do negócio no Pinda e no Luango", in A. Felner, op. cit., p.239.

coroa portuguesa poderia reclamar sobre aqueles territórios a norte do rio Zaire. Aliás, e como se constatará, alguns actos de afirmação política da autoridade portuguesa sobre a costa destinavam-se a inviabilizar situações de quase monopólio de outros europeus sobre o comércio dessa costa e a criarem condições alternativas ao comércio que os portugueses faziam mais a sul.

"Os três reinos da costa do Luango tinham sistemas semelhantes de governo, de leis e de costumes sociais"(Martin, 1972:30), sendo o "mais notável o de Luango" (Proyart, 1776:7), que mantém a sua hegemonia sobre os reinos de Cacongo e Ngoio até ao século XVIII, mercê não só da extensão do reino, mas também da supremacia que o mesmo tinha no comércio com os europeus. A expansão do comércio na costa do Luango dá-se nas primeiras décadas do século XVII, com o estabelecimento dos holandeses, registando-se até então a presença de comerciantes portugueses que trocavam bens manufacturados, vindos de Portugal, por marfim, peles, tecidos de palma, madeira para tinturaria e cobre (cf. Martin, 1972:35-38). O intercâmbio comercial demonstra claramente que estes espaços tinham uma estrutura económica capaz de responder às solicitações externas, através quer de um incremento para o interior das rotas comerciais, procurando inicialmente o marfim e, mais tarde, os escravos, quer do aumento da exploração das minas de cobre. Nas primeiras décadas do século XVII, o comércio externo naqueles reinos não se caracterizava apenas pela concorrência entre as várias potências europeias, mas também pelo facto de na base da supremacia comercial de um determinado parceiro externo estarem razões de segurança e protecção de um reino contra os seus vizinhos; na realidade, enquanto no Luango e no Ngoio predominavam os holandeses, no Cacongo eram os portugueses que estavam estabelecidos (cf. *ibidem* :45-52). Ao invés dos territórios a sul¹²⁷, o

¹²⁷ O comércio de escravos fazia-se, quer no Congo quer ao longo da costa de Angola, desde o século XVI.

comércio de escravos na costa do Luango irá apenas despertar o interesse dos comerciantes europeus a partir de 1630 e, só após 4 décadas, é que este comércio se tinha efectivamente desenvolvido e novos traficantes - ingleses e franceses - concorriam com os interesses já instalados.

Assistir-se-á, ao longo do século XVIII, a tentativas de afirmação de poder das várias potências europeias na costa do Luango motivadas pelo desejo de dominarem o comércio num dos grandes centros de tráfico de escravos da África Ocidental. Em 1723, com a autorização inicial das autoridades locais, os ingleses concluíam a construção de um forte em Cabinda. No ano seguinte, e face à ameaça concorrencial que representava aquela situação para o mercado de Luanda, os portugueses atacaram, também com o apoio das autoridades do Ngoio, aquele forte. Nos finais dos anos 50, os franceses celebram com o Ngoio um tratado no qual, em troca de protecção contra os seus vizinhos, é-lhes concedido o direito exclusivo de construção de um forte em Cabinda. E os franceses, apesar do tratado Ngoio-Francês não ter sido implementado, dominavam o comércio nas últimas décadas, levando, juntamente com a crise de exportação de escravos que Portugal enfrentava na costa de Angola (cf. Randles, 1968:221), a que este último reclamasse a soberania daquela costa e a construir, em 1783, um forte em Cabinda, que foi destruído, logo em seguida, pelos franceses, apoiados pelos reinos de Ngoio e Cacongo (cf. McComick, 1992: 2).

Após estes acontecimentos, é celebrada, em 1786, a convenção franco-portuguesa em que Portugal se compromete a não impedir o tráfico em Cabinda e a França não questiona¹²⁸ a soberania daquele sobre o território (cf. Ribeiro, 1995: 117-118).

128 A Convenção, referindo-se ao ataque perpetrado pela marinha francesa ao forte em Cabinda, afirma que tal não fora feito "com a intenção de perturbar, enfraquecer ou diminuir

"A última década do século XVIII marcou um ponto de viragem no comércio externo da costa do Luango [...] e, por meados do século seguinte, esteve sujeita a maiores dificuldades em virtude da campanha anti-tráfico a sul do Equador" (Martin, 1972:136), desencadeada pelos franceses e ingleses¹²⁹. Portugal, por sua vez, vai abolindo progressivamente, ao longo do século XIX, o tráfico e a escravatura, ora respondendo às pressões dos ingleses¹³⁰, ora pretendendo "criar uma boa consciência colonial, uma imagem de colonialismo positivo, sem mácula" (Alexandre, 1978:6)¹³¹. A partir dos anos 20, começam a acorrer àquela costa os traficantes portugueses, brasileiros, espanhóis e cubanos, e Cabinda torna-se, com a colaboração dos seus naturais, no centro de tráfico mais importante da área, recebendo escravos das mais variadas origens, inclusivamente de Angola (cf. Martin, 1972:139-144). "Por volta de 1840, em números nunca anteriormente atingidos, as actividades dos cabindas relacionavam-se com aspectos diversos do comércio com o ultramar" (Martin, 1985: 52), inclusivamente através duma participação directa nesse comércio, contando, para o efeito, com o apoio das autoridades de Luanda que lhes concediam os documentos necessários

os direitos que a Rainha Fidelíssima pretende ter de soberania na Costa de Cabinda, como parte integrante do reino de Angola" (Martins, 1972: 22).

¹²⁹ Dos finais do século XVIII até meados do século XIX, a França e a Grã-Bretanha, então principais actores do comércio de escravos na costa do Luango, tomam medidas tendentes à abolição da escravatura e do comércio de escravos.

¹³⁰ São exemplos desta pressão a assinatura de vários Tratados e Convenções com a Grã-Bretanha: 1810 - Portugal compromete-se a adoptar os meios para uma abolição gradual do comércio de escravos -, 1815 - Portugal renuncia àquele comércio a Norte do Equador, excepto o que se destinasse para o Brasil -, 1817 e 1842 - é abolido o comércio de escravatura e institui-se as comissões mistas de fiscalização.

¹³¹ Em 1836, é decretada a abolição do tráfico de escravos, mas não a escravatura; em 1858 estabelece-se o prazo de 20 anos para a abolição total da escravatura; em 1869, é abolida a escravatura em todos os territórios; em 1875, a condição de "liberto" é extinguida, pois, ao obrigar os ex-escravos a um conjunto de obrigações, constituía um subterfúgio para um regime "esclavagista" das relações de trabalho -cf. Torres, 1991:155-162.

também deste modo, "mais um passo na tentativa de alargar as suas reivindicações coloniais formais até à *costa do norte*¹³³"(cf. *ibidem*: 54).

Se a presença europeia na costa do Luango, se processou no antagonismo entre, por um lado, o desejo das potências europeias de obterem o monopólio do comércio e, por outro, o propósito dos reinos locais em assegurar a liberdade de comércio para todas as nações, também a nível interno o comércio teve os seus efeitos controversos. Na verdade, esta actividade não só se processou à margem da maioria da população, afirmando Proyart que o "comércio na costa não interessa senão a um reduzido número de particulares" (1776:159), e diminuiu as actividades produtivas tradicionais (cf. Martin:1972:165), como, ao permitir que "indivíduos poderosos formassem os seus exércitos com os quais podiam desafiar as autoridades tradicionais e cobrar gratificações¹³⁴ no comércio" (Newit, 1981:5), favoreceu o aparecimento de uma elite que se aculturou e afirmou a sua autonomia face ao poder centralizado. Aliás, a multiplicação de portos e, portanto, de "pequenos poderes" ao longo da costa, a que se assistiu após as medidas anti-tráfico; a aplicação dos lucros do comércio na aquisição de bens simbólicos e de terras, questionando a própria legitimidade da autoridade central que se afirmava "pela apropriação de determinados bens (de prestígio) bem como da sua circulação" (Serrano, 1979: 115); o regime de sucessão que, ao ser assegurado através da conjugação de critérios hereditários com a eleição entre as principais linhagens¹³⁵, fomentava um clima de insegurança e de caos, foram, seguramente,

133 Costa norte, designa a costa a norte do rio Zaire - nota do próprio autor.

134 "Na chegada de um barco europeu, toda a transação deve ser antecedida pela entrega, pelo seu capitão, dos "costumes", um conjunto de presentes, ao rei e às pessoas que o rodeiam" (Randles, 1968:202).

135 A este propósito, conjugamos as asserções "dans certains royaumes, le Prince desige lui-même son Successeur; mais tous les Souverains n'ont pas ce droit: on le conteste aux Rois de Loango & Ngoio" (Proyart, 1776:130) e "a escolha do Mangoyo era feita entre os chefes das linhagens, seus sobrinhos" (Serrano, 1979:42) e para concluir que, pelo menos, nos reinos do Loango e Ngoio a escolha era um importante procedimento político.

factores significativos na fragmentação política daqueles reinos que se iniciou nos finais da primeira metade do século XIX (cf. McCormick, 1992:3).

"Em meados da década de 1860, o tráfico de escravos tinha virtualmente acabado"¹³⁶ (Martin, 1972:148) e vinha-se assistindo, desde há 2/3 décadas, à implantação do comércio "legítimo", através da instalação de feitorias na costa, sendo, em Cabinda, o óleo de palma o produto mais significativo (cf. *ibidem*: 150-155). Os naturais da região de Cabinda procuravam, face ao florescimento de outros portos na costa do Luango, novas formas de emprego, emigrando para Luanda e, mais tarde, sobretudo, para S. Tomé¹³⁷, alicerçando o reconhecimento, junto das autoridades coloniais, de um novo significado de ser cabinda, que "passou a ser tanto um rótulo sócio-económico como geográfico e aplicado aos que vinham das áreas costeiras a norte e a sul de Cabinda" (Martin, 1985:59); iniciava-se, enfim, um novo período na história dos cabindas com a ocupação colonial e desenhavam-se alguns dos contornos de uma realidade, para lá da geográfica, de enclave: dimensão do território, dependência económica de matérias-primas ou de um número muito reduzido de bens, dada a ausência de economias de escala, grande vulnerabilidade aos mercados internacionais, elevadas taxas de emigração (cf. Cohen, 1983: 10-12), e, ainda no caso vertente, uma situação geo-estratégica relevante.

A delimitação do enclave de Cabinda, por um lado, e a afirmação da soberania portuguesa sobre o território, por outro, surgem na sequência da

¹³⁶ Para esta situação terá contribuído decisivamente a abolição, em 1850, do tráfico de escravos no Brasil já independente - vd. Alexandre, 1979: 48.

¹³⁷ "Os cabindas foram os primeiros negros livres, não autóctones, a ingressar na ilha" (Diniz, 1991:172) e "conseguiram sempre assegurar formas de tratamento específicas e diferenciadas dos restantes naturais de Angola" (*ibidem*: 196) embora, grande parte fossem libertos que integravam um novo "ciclo negreiro", o qual durou até ao segundo quartel do século XX - cf. Alexandre, 1979:54.

“corrida para África” dos finais do século XIX e são o resultado de vários tratados que Portugal celebrou, quer com outros países colonizadores, quer com as élites da região. Os direitos de Portugal sobre aquele território são reconhecidos, em 1884, pela Inglaterra através do Tratado do Zaire¹³⁸, que não entrará, todavia, em vigor, face à oposição internacional. Constituirá, sim, o instrumento diplomático que esteve na origem da Conferência de Berlim (1884/85)¹³⁹ e na qual Portugal viu praticamente intactos os seus interesses coloniais e ficou na posse de um vastíssimo território sobre o qual não tinha, na sua maioria, domínio efectivo (cf. Alexandre, 1979: 63). São também reafirmados, naquela Conferência, os direitos sobre a costa norte do Rio Congo/Zaire, anteriormente consagrados no Tratado do Zaire, “cortando-se”, no entanto, uma faixa de território a sul que permitisse ao Estado Independente do Congo ter acesso ao mar - Convenção de 1885 entre Portugal e a Associação Internacional do Congo. Estavam, assim, definidos os contornos do enclave de Cabinda, sendo definitivamente estabelecidas as suas fronteiras em 1886, a norte, pela Convenção Franco-Portuguesa e, em 1913, a sul, pelo Protocolo Luso-Belga. Porém, celebrava-se, no entretanto, um conjunto de tratados de protectorado entre as várias autoridades da costa do Luango e Portugal, respectivamente: Chinfuma, em 29 de Setembro de 1883, Chicamba, em 20 de Dezembro de 1884 e Simulambuco, em 1 de Fevereiro de 1885¹⁴⁰, que “de

¹³⁸ Naquele tratado era consagrada não só a liberdade de comércio e navegação do rio Zaire, e Zambeze, para todas as nações, mas também a igualdade de tratamento entre navios e mercadorias portuguesas e britânicas no território que a Grã-Bretanha concordava em reconhecer a soberania de Portugal e que se situava na costa ocidental entre os 8º e 5º e 12' de latitude Sul (actual território de Cabinda e, ainda, Ambriz) - cf. Oliveira, 1962:14-15.

¹³⁹ Foram várias as motivações para a convocatória desta conferência realçando-se, no entanto, o estabelecimento da liberdade de comércio e de navegação na bacia do Congo - vd. Brunschwig, 1971.

¹⁴⁰ Chinfuma, situa-se perto de Lândana, integrando-se no antigo reino de Cacongo; Chicamba, no extremo norte do enclave e situa-se na fronteira entre os antigos reinos de Cacongo e Luango; Simulambuco, pouco distante de Cabinda, pertenceu ao antigo reino de Ngoio.

alguma forma terá anulado e substituído os dois anteriores" (*A independência de Cabinda*, 1977:25).

A importância daqueles tratados no relacionamento futuro entre Portugal e Cabinda deve ser perspectivada atendendo, por um lado, à conjuntura política internacional de "corrida para África" das nações europeias, que se seguiu à abolição do tráfico de escravos, e ao significado jurídico, na época, de um tratado de protectorado e, por outro, à legitimidade efectiva das partes contratantes locais para colocarem aquelas populações sob a protecção de Portugal. Não cabe, no âmbito do nosso estudo, problematizar todas estas vertentes. Haverá, julgamos, que reter o seguinte: "os tratados de protectorado eram, para a Europa do fim do século passado, apenas mais uma das formas de legitimar [...] a apropriação de territórios em África [com] a vantagem de poupar uma campanha de ocupação"¹⁴¹ (Neto, 1992b:2); a integração de Cabinda no império português foi claramente diferenciada das restantes regiões de Angola, quer por não ter sofrido guerras de conquista, quer porque enquanto Angola se tornou, pela Conferência de Berlim, uma colónia de Portugal, sujeita ao princípio da ocupação efectiva, Cabinda era um protectorado; nas vésperas destes tratados, e após um longo período de fraca presença naquele território, fazia-se sentir já a influência dos portugueses na região, designadamente através da participação, e colaboração com os locais, no comércio de escravos durante a fase final do tráfico. Para a celebração dos tratados de protectorado e aceitação da soberania de Portugal pelos chefes, príncipes e governadores daqueles povos - assim se intitulavam - eram invocadas as relações que vinham mantendo com aquela nação, tanto comerciais como de hábitos e linguagem, e, ainda, no caso do Tratado de Simulambuco, o facto de

¹⁴¹ "Nas vésperas da Conferência Africana de Berlim [...] o comandante do vaso de guerra francês [...] desembarcava no Luango e [...] obrigava o soba local a firmar com ele um tratado que, afinal, consistia num verdadeiro protectorado" (Santos, 1985:129).

estar a decorrer, na mesma altura, a Conferência de Berlim e nela se tratar as questões de ocupação colonial daquela costa¹⁴². Neste contexto, e não questionando os interesses que moveram as contrapartes locais, insistimos, coloca-se aquele território sob a soberania portuguesa e consagrou-se a sua integridade, partilhando as várias autoridades locais, a partir de então, um mesmo destino comum que iria, também, ficar associado ao de Angola.

Afinal, tal como aconteceu nos outros territórios africanos, a delimitação geográfica de Cabinda foi fruto de interesses vários, destacando-se, neste caso, os das potências colonizadoras: Inglaterra, França, Bélgica e Portugal¹⁴³. Ora esta situação geográfica implicou não só um rearranjo das unidades etnolinguísticas existentes, dividindo-as pelas diferentes colónias, e uma desestruturação política daquele espaço, como ainda um processo de aculturação de uma miscelânea de modos de vida veiculado, inicialmente, pelos contactos comerciais com países europeus - Holanda, França, Inglaterra e Portugal -, pela colonização portuguesa e a das colónias envolventes - Congo Leopoldville e Congo Brazzaville - e, mais recentemente, pelos Estados independentes vizinhos, onde se encontra um número significativo de refugiados¹⁴⁴.

¹⁴² Petições e textos dos tratados: vd. Martins, 1972: 25-33.

¹⁴³ Consideramos que, apesar de terem participado na Conferência de Berlim 14 Estados, o enclave resulta da confrontação dos interesses de Portugal, que apelava aos seus direitos históricos na região, da Inglaterra, que tinha já manifestado o reconhecimento da soberania portuguesa da costa ocidental de África entre os paralelos 5º12' e 8º de latitude sul no Tratado do Zaire, celebrado com Portugal em 1884, da França, que ficou com os direitos territoriais a norte do enclave de Cabinda, e da Bélgica, ou mais propriamente da Associação Internacional do Congo, que conseguiu, por pressões várias, obter o reconhecimento do Estado Independente do Congo com uma saída para o mar na margem direita do rio Congo, reduzindo as pretensões territoriais de Portugal naquela margem - cf. Oliveira, 1962: 15-22.

¹⁴⁴ Conforme a Secretaria de Estado para os Assuntos Fiscais, em 1990, estariam deslocados mais de 160 mi habitantes, aproximadamente o mesmo número da população residente - cf. Viegas, 1994; o PNUD (1995), por seu lado, estima, com bastantes reservas, que o número de refugiados, no Congo e Zaire, seja de 50 mil.

Para além dos aspectos históricos, de um passado mais longínquo, são, também, invocados argumentos de ordem administrativa na defesa de um percurso separado de Angola. Em traços gerais, refira-se que os vários textos constitucionais portugueses, designadamente a Carta Constitucional de 1822, a Constituição de 1933 e a Constituição de 1951, consideram Cabinda como parte integrante do território nacional separadamente do de Angola e que aquele território passou, ao nível da orgânica da colónia/província ultramarina de Angola, por várias situações¹⁴⁵ (vd. Martins, 1972:37), constituindo, à data da independência de Angola, o distrito de Cabinda dependente do Governo-Geral de Angola.

Do destino comum mais recente, e face ao âmbito do nosso trabalho, destacamos o período após o aparecimento dos primeiros movimentos separatistas de Cabinda de que se tem conhecimento. Traçar detalhadamente um perfil de actuação desses movimentos, e aludir ao que de mais significativo ocorria em Angola¹⁴⁶, apresentar-se-ia como um trabalho extenso e de cariz monográfico, com risco de dispersão. Neste sentido, e recorrendo a um conjunto de fontes, optamos por sintetizar, na Figura 1, alguns factos dessa actuação, conscientes, todavia, das limitações que tal decisão naturalmente acarreta. Mas o importante é conjecturar de que forma as pretensões separatistas exteriorizam, quer a construção/afirmação de uma identidade quanto ao que os Cabindas não eram nem queriam ser, quer um processo "etnonacionalista" fundamentado na partilha de um passado comum e na instrumentalização política do Tratado de Simulambuco.

¹⁴⁵ Para uma maior explicitação destas diferentes situações: vd. Neto, 1992b:2.

¹⁴⁶ Deve ser aqui entendida Angola como a entidade administrativa colonial e não o território situado ao sul do rio Congo.

As tendências separatistas do território assentam sobretudo em termos políticos, na celebração, com as autoridades portuguesas, do Tratado de protectorado de Simulambuco (cf. McCormick, 1992:3-4). A proliferação de iniciativas políticas que surgiram, especialmente até 1963, reflectia, quer apoios, a diferentes organizações, dos novos países vizinhos independentes - Congo e Zaire -, quer o desejo de autonomia face aos movimentos anti-coloniais que, entretanto, tinham iniciado a luta armada em Angola. Os movimentos angolanos entram no território entre 1961/63 e o MPLA¹⁴⁷ é confrontado com um "movimento político rival apoiado pelo Zaire, que pretendia a separação de Angola" (Birmingham,1992:37); por seu turno, a actividade de guerrilha da FLEC¹⁴⁸ parece não ter sido significativa, pois se McCormick refere que ela só se inicia um ano após a sua fundação e que nos finais dos anos 60, apesar dos apoios do Congo e do Zaire, "a FLEC tinha pouco impacto e realizava poucos ataques militares" (1992:4), já Santos afirma que o movimento passou por "um longo período de silêncio, até 1974" (1983:104), e Sousa diz que se tratava de um movimento pacifista, cuja actuação seria política (1977: 19).

N'Zau Puna confirmou-nos, aliás, que Ranque Franque, presidente do MLEC e, mais tarde, da FLEC, não aceitou a hipótese de luta armada com o argumento de que os portugueses tinham entrado pacificamente no território (1996). E, de acordo com N'Zau Puna, na medida em que não existia luta armada conduzida pelos cabindas, os seus quadros mais destacados vão aliar-se aos movimentos independentistas angolanos, ou à UPA/FNLA ou ao MPLA ou, mais

147 Também Mohanty refere esta oposição apenas relativamente ao MPLA e não à UPA quando esta, em 1961, entrou em Cabinda e fechou a fronteira oriental; provavelmente, nos inícios de 1963, haveria pequenas bolsas de guerrilha do MLEC que contava com o apoio do Congo - vd. Mohanty, 1992:111; Santos, 1983:104.

148 Frente de Libertação do Enclave de Cabinda.

tarde, também à UNITA¹⁴⁹: por exemplo, N'Zau Puna e Alexandre Taty na UPA/FNLA, que mais tarde abandonam, André Mingas no MPLA e Tony da Costa Fernandes, José Ndele e Nzau Puna¹⁵⁰, este após abandonar a FNLA, na UNITA.

"A guerra no enclave de Cabinda foi significativamente atenuada a partir de 1966" (Sousa, 1976:20), tanto mais que a descoberta de importantes jazidas de petróleo na sua zona marítima tornou-a na região mais rica de Angola e, por isso, a mais defendida pelas autoridades coloniais (cf. Birmingham, 1992:37). Em 1974, o MPLA estava instalado em pequenas bolsas do interior, no Maiombe (cf. Sousa, 1976:23); e a FLEC, que parecia então adormecida, reinicia, agregando outros movimentos, a sua actividade política pela independência de Cabinda, separada da de Angola. Mas só que a inviolabilidade das fronteiras é acordada, entre os movimentos angolanos e o poder colonial; e a independência, em 11 de Novembro de 1975, é "de Cabinda ao Cunene", com o MPLA a ocupar o enclave e "os poços de petróleo da Gulf Oil Company [*a serem*] protegidos da invasão externa e da sabotagem dos separatistas por vários milhares de tropas cubanas ironicamente pagos pelos petrodolares do Texas" (Birmingham, 1992:80). E face a estes fenómenos, a FLEC opta pela via da guerrilha, que poderá ser interpretada, julgamos, como a tentativa de afirmação de uma identidade cabinda e da não angolidade do território.

¹⁴⁹A UNITA é fundada em 1966.

¹⁵⁰ Nzau Puna adere à UNITA em Junho de 1967 - cf. *Jornal de Angola*, 6/8/95.

Figura 1

Elementos sobre o movimento separatista de Cabinda (1956/75)

1956 - formação da Associação dos Indígenas do Enclave de Cabinda; fundação do MPLA;
1957 - fundação da UPNA¹⁵¹, passando, um ano mais tarde, a designar-se UPA;
1958/1959 (?) - Association des Ressorissants de L'Enclave de Cabinda (AREC), fundada em Leopoldville (?), com carácter humanitário, dirigida por Luís Ranque Franque;
1960 - independências do Congo e do Zaire;
1960/1961 (?) - AREC transforma-se no Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC); criação de um grande número de grupos nacionalistas que se dissipavam pouco depois;
1961 - ataque, em Fevereiro, às prisões de Luanda; eclosão, em Março, da revolta no norte de Angola; incursão, em Cabinda, de tropas da UPA comandadas por Alexandre Taty;
Dez.1961/Mar.1962(?) - cisão do MLEC e criação, por N'Zita Tiago, do Comité de Acção da União Nacional dos Cabindas (CAUNC);
1962 - UPA e PDA fundem-se e formam, em Março, a FNLA; em Abril, FNLA a criação, em Kinshasa, do Governo da Republica de Angola no Exílio (GRAE);
1962/1963 (?) - nova cisão do MLEC e formação da Alliance du Mayombe (ALLIAMA);
Nov.1962 - R. Franque, presidente do MLEC, apresenta uma petição na 4ª Comissão da Assembleia Geral da ONU;
1963 - em Jan., MPLA abre a 2ª Região Militar em Cabinda e depara-se com o MLEC; reunião, em Ago., em Pointe-Noire, entre MLEC, CAUNC e ALLIAMA e fusão na Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) - R. Franque é o presidente;
1964 - FLEC inicia ataques armados; como fim do apoio do Congo a sua actividade diminui;
1965 - é fundada a UNITA;
1966 - dissidentes da FNLA, comandados por Alexandre Taty, de Cabinda, entram em Cabinda e integram o exército colonial, formando as Tropas Especiais (TE);
1967 - em Jan. FLEC envia carta à ONU, anunciando a criação de um governo no exílio, em Tshela, no Zaire; N'Zita Tiago é incumbido, pela FLEC, de dirigir, em Pointe-Noire, o Comité Révolutionnaire Cabindais (CRS);
1968 - arranque da produção de petróleo em Cabinda com carácter regular;
1972 - N'Zita Tiago é preso pelas autoridades coloniais; iniciam-se as deserções de TE's para o MPLA;
1974 - após 25 Abr., N'Zita é libertado e abre uma dependência da FLEC em Cabinda; 2 a 4 de Ago., visita do Secretário-Geral da ONU a Portugal e compromisso do Governo Português em garantir a integridade territorial das colónias; em Ago., reunião em Cabinda, de diferentes partidos/movimentos que se juntam à FLEC e adesão das TE;
1975 - 2 a 5 Jan., encontro de Mombaça entre FNLA, MPLA, e UNITA e declaração do princípio da integridade territorial; em 15 de Jan., acordo de Alvor, consagrando: Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano (artº3) e o reconhecimento pelo Estado Português daqueles movimentos como únicos representantes do povo angolano (artº1º); em Mar., início do confronto armado entre os movimentos angolanos; em Jun., o MPLA expulsa de Cabinda a FNLA; proclamação da independência de Cabinda por R. Franque, em Julho, em Kampala; agendamento da questão de Cabinda no 16º Encontro dos Chefes de Estado da OUA (Jul/Ago), mas retirada *sine die*; proclamação, em 11 Nov., da independência de Angola; início da intervenção militar da FLEC sob comando de N'Zita Tiago.

Fontes: Angola. Acordo para a independência, 1975; Correia, 1991:111-115; Dbas-Franck, 1995; Expresso, 17/8/74; Guimarães, 1992:240-291; Heimer, 1980; Jornal de Angola, Jul /Ago.1975; McCormick, 1992:3-4; Mohanty, 1992:96-139; N'Zau Puna, 1996; Pélissier, 1978; Sousa, 1976: 18-25.

151 Sobre a controvérsia desta data: vd. *supra* nota 58.

4.2. O enclave e o princípio da integridade territorial do Estado angolano

A afirmação da identidade de um grupo é um processo dinâmico e interactivo com outros grupos, pois, como já afirmamos, não basta o grupo sustentar a sua diferença, e o que pretende não ser, face aos restantes; é necessário também que ela seja reconhecida pela comunidade. Este processo não é só positivo e unidirecional, quer porque exige muitas vezes a negação de um conjunto de atributos que exteriormente são atribuídos ao grupo, quer porque se desenvolve em domínios múltiplos - culturais, políticos, económicos ... - interpretando em cada momento uma realidade social.

Neste contexto, e após termos indagado das raízes de uma identidade cabinda, diferente da angolana, e dos motivos que poderiam ter justificado um tratamento específico do enclave no quadro político da independência de Angola, tentaremos analisar o processo de reconhecimento oficial, ou mais propriamente do Estado angolano, do "caso de Cabinda". E porque a independência de Angola é um facto historicamente recente, decidimos efectuar a leitura do discurso oficial, no período de 1975 a 1995, relativamente à situação política do enclave e às suas potencialidades económicas, ou mais precisamente à sua riqueza petrolífera, veiculado num órgão de comunicação oficial do Governo angolano - o *Jornal de Angola (JA)* - comparando, sempre que possível, com o que outros documentos e outras fontes nos revelam sobre Cabinda e o "seu caso".

4.2.1. "De Cabinda ao Cunene": retórica dos meios de comunicação e a realidade.

"De Cabinda ao Cunene, unidos pelo sentimento comum de Pátria, cimentados pelo sangue vertido pela liberdade" e "unidos de Cabinda ao Cunene construiremos o nosso Estado Democrático e Popular", são expressões do discurso de proclamação de independência de Angola do Comité Central do MPLA (*JA*, 11/11/76)¹⁵² e que reflectem o que o novo poder entendia sobre a unidade do Estado angolano.

A necessidade de uma referência explícita aos limites territoriais - de Cabinda ao Cunene - , que constituirá, aliás, a partir de então uma "palavra de ordem", parece sugerir a existência, pelo menos, de receios separatistas, nomeadamente os que emanam de forças externas; a afirmação, também naquele momento, da "adesão aos princípios da Carta de Unidade Africana e Carta das Nações Unidas" (*ibidem*), entre outros, e respectivamente, ao princípio da intangibilidade das fronteiras herdadas do colonialismo¹⁵³, ao princípio dos povos disporem de si próprios.

Todavia, e sem nos delongarmos neste tipo de argumentação, importa atender a que os princípios enunciados são também interpretados como claramente favoráveis ao direito à diferença de Cabinda: a intangibilidade das fronteiras faz apenas sentido relativamente aos limites reais de Angola, não tendo, por isso, aplicabilidade sobre uma unidade territorial que é geográfica e juridicamente diversa da de Angola e cuja integridade Portugal, através dos

¹⁵² Por ocasião do 1º aniversário da independência, o *JA* publicou o discurso de proclamação da independência.

¹⁵³ "O respeito das fronteiras que existiam antes da independência foi o único método de se pôr fim aos eventuais conflitos" (Nzatuzola, 1995:78).



tratados de protectorado, se obrigava a manter (cf. *A Independência de Cabinda*, 1977: 35).

Poroutrolado, a distinção da personalidade jurídica do território de Cabinda - protectorado - de Angola - colónia-, expressa, aliás, na Constituição da Republica Portuguesa, em vigor aquando da descolonização¹⁵⁴, e implicitamente reconhecida no Acordo de Alvor, pois só assim se justificará a necessidade de se ter aí consagrado explicitamente Cabinda como parte integrante de Angola¹⁵⁵, confere ao povo daquele enclave o direito de dispor de si mesmo (cf. *ibidem*: 46-48), nomeadamente, o de renunciar a novas formas de colonialismo.

Por último, e admitindo-se a validade do princípio da legitimidade revolucionária, segundo o qual o partido que conduziu o país à libertação tem o direito de dirigir a nação (cf. Ribeiro, 1995: 93-94), a sua aplicação a Cabinda deverá ser apreendida cautelosamente, não só porque, ao não se admitir aquele território como parte integrante de Angola, não faz sentido que os movimentos de libertação da colónia de Angola reivindicuem a confiança de um povo por cujos ideais não lutaram, como também pelo facto de as suas pretensões independentistas, quer relativamente a Portugal, quer a Angola, serem desde há muito protagonizadas por movimentos autónomos dos de Angola e conhecidos da comunidade internacional (cf. *A Independência de Cabinda*, 1977: 48-50)¹⁵⁶.

Outro aspecto que julgamos relevante destacar é o da afirmação, no discurso de proclamação da independência, de um "sentimento comum de pátria" consolidado pelas lutas de libertação e defendido, posteriormente, através do combate a "toda e qualquer tentativa de desmembramento do país" (*JA*, 11/11/76), como que a sancionar que a angolanidade, existindo previamente à construção

¹⁵⁴ Vd. *supra* p.86.

¹⁵⁵ Vd. *supra* p.89 - Figura 1.

¹⁵⁶ Os argumentos utilizados pelos movimentos independentistas de Cabinda acompanham, muito de perto, a fundamentação defendida pelo autor (anónimo) de *A independência de Cabinda* e que, aqui, referimos de um modo sucinto.

do Estado e constituindo um atributo aglutinador das diferentes identidades e diversidades regionais, não pactuava com atitudes separatistas, tendo chegado o momento de erguer um Estado pela via da dinamização do poder popular.

Para se entender este discurso é importante ter em conta, em primeiro lugar, que o MPLA defendia que a luta anti-colonial era uma luta de classes (cf. Mohanty, 1992: 107) e, portanto, uma vez alcançada a independência e não havendo lugar para conflitos internos, sobretudo étnicos¹⁵⁷, haveria que eleger externamente o inimigo - o "imperialismo internacional" - e classificar "as contradições existentes no seio do povo, entre as várias classes e grupos sociais anti-imperialistas [como] contradições secundárias, e, como tal, devem ser resolvidas"(JA, 11/11/76); e, em segundo lugar, que a independência ocorreu em ambiente de guerra civil e de inevitável intervenção internacional no conflito (cf. Heimer, 1980:75-87), sendo, por isso, justificável que se sublimassem as questões da defesa do território contra a invasão das "forças conjugadas do imperialismo", sobretudo, aquelas que representavam uma maior ameaça ao poder instituído¹⁵⁸.

Se as notícias do *Jornal de Angola* reflectirem, na verdade, a política do Governo e do MPLA¹⁵⁹, relativamente a Cabinda, a sua análise leva-nos a considerar dois grandes períodos: um que decorre até 1990-91, e em que as acções militares e de sabotagem efectuadas em Cabinda são sempre conotadas como acções de banditismo atribuídas à associação FLEC/FNLA/UNITA, e um outro, posterior a essa data, que corresponde à assumpção política, por parte do Governo, do "caso de Cabinda" e à afirmação, pelo menos mediática, particularmente após 1991, da procura de uma solução pacífica para este caso.

¹⁵⁷ Vd. *supra* p. 39-40.

¹⁵⁸ No discurso de proclamação da independência identificam-se prioritariamente, como forças imperialistas, "os exércitos zairenses, sul-africanos e dos fascistas portugueses".

¹⁵⁹ "Os órgãos do Estado na República Popular de Angola guiar-se-ão pelas directrizes superiores do MPLA mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimento sobre as do Estado", in "Proclamação da Independência", *Jornal de Angola*., 1976.

A referência constante a uma associação FLEC/FNLA/UNITA que actuava em Cabinda contra os interesses do povo angolano, e portanto também contra o de Cabinda - "De Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação" - e que eram classificados como "grupos fantoches" sugere-nos duas ideias centrais que o poder instituído queria transmitir: por um lado, a concertação entre todos os outros movimentos, independentemente dos seus interesses específicos, contra a integridade territorial do Estado angolano, contra o MPLA, representante do povo angolano, e contra a independência de Angola e que, portanto, merecia ser repudiado, nomeadamente em termos militares; por outro lado, as designações comumente utilizadas de "bandos armados" e "grupos fantoches" têm subjacentes imagens, quer de delinquência e ilegalidade, quer de manipulação por interesses exógenos àqueles movimentos.

É interessante notar que o *Jornal de Angola* apontava, quase sempre, o envolvimento do Zaire nas incursões perpetradas pelos "bandos armados" em Cabinda, permitindo não só que o "inimigo" actuasse a partir das regiões fronteiras zairenses, como também que nele se instalassem delegações e quartéis da FNLA, FLEC e UNITA que foram, todavia, encerradas (?) pelo Governo de Kinshasa, em 1 de Março de 1976¹⁶⁰; a referência ao envolvimento zairense no conflito em Cabinda diminuirá a partir de 1978, coincidindo, outrossim, com uma fase de melhoria de relações entre os dois países, para voltar a ser mencionado após 1992, com o agudizar do conflito armado.

O entendimento oficial quanto aos interesses envolvidos na, designada, "província angolana mais ao norte"¹⁶¹ poderá ser percebido através de algumas notícias que aqui destacamos.

¹⁶⁰ Este encerramento deu-se na sequência do encontro, em 28 e 29 de Fevereiro de 1976, entre o Presidente de Angola, Agostinho Neto, e o Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, em Brazzaville.

¹⁶¹ O *Jornal de Angola* recorreu várias vezes a esta expressão para se referir a Cabinda - vd., por exemplo, JA : 29/7/76; 17/3/78; 16/11/78; 10/5/1979.

"Em Cabinda: povo organizado apagou labaredas da cobiça" serve de título a uma conversa com o Comandante Pedalé ¹⁶² (JA: 29/7/76), na qual são feitas afirmações, quer do jornalista quer do entrevistado, claramente reveladoras da opinião "oficial" sobre o conflito armado naquele território. Cabinda tem "problemas próprios [para os quais existem] soluções nacionais" (*ibidem*), e a sua origem é a cobiça do petróleo pelos "lacaaios do imperialismo [...] imitando movimentos de libertação por ordem da instituição organizada do crime" (*ibidem*). Ao se considerar que o que está em causa naquele território é a luta contra o crime e a salvaguarda da soberania nacional, mais não se procura do que, por um lado, legitimar a acção armada do poder central - a manutenção da segurança é um desígnio do Estado - e, por outro, negar o carácter "virtualmente" endógeno das acções, tanto mais que, de acordo com aquele membro do Comité Central, a FLEC era um grupo de emigrados, sem profissão nem objectivo, que se formou após 25 de Abril - não tendo, por isso, lutado contra o colonialismo¹⁶³ -, e 85% da população de Cabinda estava como MPLA (*cf. ibidem*).

"Forjar o homem novo" era um dos objectivos da revolução socialista em que o MPLA estava empenhado (*cf. JA, 25/3/78; 25/12/80*), mas tal só era possível combatendo "com dureza as armas obsoletas da reacção, tais como [...] o tribalismo, o regionalismo [...] e outras manifestações que ao serem toleradas, fraccionam a Unidade Nacional" (*JA, 25/12/80*). Parece-nos bastante reveladora esta afirmação feita num artigo sobre o Iº Congresso do MPLA-PT¹⁶⁴, realizado em Dezembro de 1977, pois ao associar-se o tribalismo e o regionalismo a manifestações "reaccionárias", ir-se-á no sentido de preconizar um fim para elas,

¹⁶² O Comandante Pedalé (Pedro Maria Tonha), natural de Cabinda, pertencia ao Comité Central e Bureau Político do MPLA; assumiu, a partir de finais de 1979, funções no Governo Central nas pastas da Defesa e, integrou, de 1991 a Julho de 1995, um comité para negociar o "caso de Cabinda" com as várias facções.

¹⁶³ Nossa interpretação.

¹⁶⁴ É aprovada a constituição do MPLA -Partido de Trabalho, em Dezembro de 1977.

assim que a “revolução vença”. O tribalismo e o regionalismo não serão, desta forma, mais do que demonstrações políticas de oposição ao Estado socialista e deverão ser interpretadas “no quadro da agudização interna da luta de classes e da ameaça externa permanente” (JA, 11/12/77) com que se confrontava o povo angolano, de acordo com o manifesto de constituição do MPLA-PT.

Mas o “núcleo” da motivação, frequentemente enunciado, para as acções e ataques no território de Cabinda são as riquezas naturais que possui¹⁶⁵, nomeadamente o petróleo e a madeira, porque em virtude dessa dotação é “a zona do País que mais sofre com a informação falsa e distorcida” (JA, 17/3/78), assumindo “uma importância estratégica para a economia nacional” (JA, 26/11/78;13/8/85), bem evidenciada, aliás, no discurso do Presidente da República sobre a tentativa de sabotagem ao complexo petrolífero de Malongo¹⁶⁶, efectuada por um comando sul-africano, em 21 de Maio de 1985: “se fosse sabotado o complexo petrolífero de Malongo [...] um prejuízo de cerca de 500 milhões de dólares sofreria a República Popular de Angola [e] com esses quinhentos milhões compramos bens alimentares para alimentar todo o Povo, de Cabinda ao Cunene” (JA, 2/6/85)¹⁶⁷.

Desde 1985 e até 1990, as notícias relativas a confrontos ou a acções de sabotagem em Cabinda escasseiam, correspondendo, aliás, pelo que sabemos, a um período de reduzida actividade militar (cf. McCormick, 1992: 4). Por outro lado, de acordo com *Africa Confidential*, registaram-se, desde 1985, várias cisões na FLEC, originando o que vulgarmente se designa como “facções” da FLEC: FLEC-Forças Armadas de Cabinda (FLEC/FAC), de Nzita Tiago, FLEC-

¹⁶⁵ No ponto seguinte far-se-á uma análise da importância económica do enclave.

¹⁶⁶ Malongo é um dos primeiros campos petrolíferos “off-shore” a ser explorado em Cabinda.

¹⁶⁷ “Se o incidente de Malongo tivesse sido bem sucedido, provocaria, ao governo angolano, prejuízos materiais, psicológicos, políticos e diplomáticos inquantificáveis, em virtude da sua total dependência dos rendimentos petrolíferos” (Bhagavan, 1986: 81); 460 milhões de US\$ foi o montante das importações de Angola, em 1984, em bens alimentares e representava mais de 25% do total da exportações de crude em 1985 - cf. WB,1991: 347-348.

Renovada, de Tiburcio Luemba, Frente Democrática de Cabinda (FDC), de Francisco Lubota, União Nacional de Libertação de Cabinda (UNALEC), de Afonso Massanga, União Nacional de Libertação de Cabinda (UNLC), de Domingos Jimbe,.....¹⁶⁸.

Mais do que fazer uma descrição das acções dos movimentos separatistas que após 1990 foram noticiadas no *Jornal de Angola*, importa facultar uma “grelha” interpretativa das vias escolhidas pelas diferentes partes - Governo angolano e separatistas - na solução do “caso de Cabinda”.

Contrariamente ao período anterior, em que o poder central qualificava os movimentos separatistas como delinquentes que atentavam contra a reconstrução nacional e a integridade territorial, comandados por forças exteriores - as forças imperialistas - e cujo objectivo principal seria coartar a pátria¹⁶⁹ angolana de uma das suas principais fontes de rendimentos - petróleo -, a partir de 1991, faz-se referência clara à FLEC, identificando-se até as facções, sem recurso a qualquer adjectivo. Durante o ano de 1990, são raptados pela FLEC alguns estrangeiros, intimidando, deste modo, a comunidade estrangeira presente no território; nesta opção, pensamos, pesou, concerteza, a conjuntura política e militar que então se vivia em Angola, designadamente de impasse após a batalha de Mavinga¹⁷⁰, e em que os intervenientes na guerra civil angolana - UNITA e MPLA - apelam publicamente para uma solução política (cf. Pycroft, 1994:247-249); o Governo de Angola, após vários anos de guerra civil, não gozava da autoridade política de outrora, pelo que, pensamos, esta fragilidade levou a que a FLEC actuasse militarmente, lembrando, ao Governo angolano, à UNITA e aos interesses

¹⁶⁸ A FLEC/FAC, a FLEC-Renovada e a FDC optaram pela via armada.

¹⁶⁹ A “pátria” era frequentemente invocada nos discursos políticos.

¹⁷⁰ Mavinga, situada no sudeste de Angola, junto à fronteira com a Zâmbia, foi, entre Dezembro de 1989 e Maio de 1989, palco de guerra entre as forças armadas do MPLA e da UNITA.

interesses externos no território, que se o objectivo era “calar as armas”, o “caso de Cabinda” não deveria ser esquecido. Também com este objectivo, julgamos, após os acordos de paz de Bicesse, celebrados entre a UNITA e o MPLA, em Maio de 1991, no qual a única menção a Cabinda respeitava à implantação de um Grupo de Ficalização (cf. *Acordo de Paz para Angola*, 1991), aumentou a intensidade das acções militares, levando a que em Novembro desse ano fosse reforçado o contingente das tropas governamentais naquele território (cf. McCormick, 1992:4-5). O *Jornal de Angola*, de 13 de Novembro, mencionava que a FLEC continuava a fazer a guerra e o Governo tinha já reconhecido a necessidade de se conceder a autonomia, estando, nesse sentido, a auscultar as várias sensibilidades locais.

Durante quase todo o ano de 1992, dominaram as notícias sobre o processo de paz angolano e a realização de eleições, e só após Novembro, com o retomar da guerra civil em Angola, é que surgem referências constantes à situação política em Cabinda, culpabilizando pelas actividades militares, ora a UNITA, ora esta em ligação quer com a FLEC- FAC quer com a FLEC-Renovada. Por outro lado, há também uma tentativa de perpassar a ideia de que o Governo pretende uma solução pacífica e dialogante para o “caso de Cabinda” referindo explicitamente que não optará “nunca pela via da guerra” (*JA*, 2/11/93). Porém, e após ter sido desmentida a hipótese da concessão de uma maior autonomia para o território que levasse a uma separação de Angola (cf. *JA*, 10/2/93), e em simultâneo com a actividade militar, houve encontros, quer entre as várias facções da FLEC, procurando uma actuação concertada (cf. *JA*, 17/9/93; 15/2/94)¹⁷¹, quer entre o Governo angolano e algumas daquelas facções (cf. *JA*, 31/8/93; 18/3/94; 29/9/95...).

¹⁷¹ Em meados de 1993, de um encontro realizado em Kinshasa, entre os vários movimentos - excepto a FLEC/FAC - dos quais se destacavam a FLEC/Renovada, a FDC e a FLEC/original, de Ranque Franque, resulta a constituição do Forum dos Nacionalistas Cabindenses (FONAC)

Na sequência do protocolo de Lusaka, de 20 de Novembro de 1994, estabelecendo um novo cessar fogo na guerra civil angolana, o Governo angolano empenha-se em demonstrar, mais uma vez, que, apesar das forças cabindenses não terem sido envolvidas naquele processo negocial, pretende estender a paz a todo o território do Estado angolano, celebrando também acordos de tréguas com algumas facções, a fim de que as negociações sobre o "caso de Cabinda" decorram num contexto de paz: primeiro com a FLEC-Renovada, em Setembro de 1995¹⁷², e mais tarde com a FDC, em Dezembro de 1995. Porém, a FLEC-FAC, de Nzita Tiago¹⁷³, uma das facções mais importantes, "recusou a assinatura de um acordo de tréguas com o Governo angolano" (*JA*, 28/10/97), defendendo a necessidade de se realizar, preliminarmente à assinatura daquele acordo, uma mesa redonda entre o Governo e os movimentos de Cabinda, que vem sendo sucessivamente adiada, por aquele, desde Dezembro de 1993. Este atraso é atribuído pelo Governo à ausência de um interlocutor válido, mas prende-se, julgamos, com a dificuldade em o Governo angolano apresentar uma solução que, por um lado, satisfaça as pretensões mais radicais daqueles movimentos - a independência de Cabinda - e, por outro, não viole a unidade e indivisibilidade do Estado angolano, definida constitucionalmente¹⁷⁴, nem ameace a sua base de sustentação económica e política¹⁷⁵.

¹⁷² Este cessar fogo, de 120 dias, foi posteriormente prorrogado em Janeiro e Setembro de 1996.

¹⁷³ Vd. *supra* p. 89 - Figura 1.

¹⁷⁴ Quer a Constituição de 1975, quer a de 1992, consagram que Angola é "um estado unitário e indivisível [...] sendo combatida energicamente qualquer tentativa separatista ou de desmembramento do seu território".

¹⁷⁵ Apesar da nossa análise do *JA* não ter incidido sobre 1996, interessa reter que não se registaram progressos na situação política do território de Cabinda - vd. EIU. (1996), *Angola. Country Report (4th quarter 1996)*, London:EIU, p.13.

4.2.2. *As riquezas do enclave no discurso mediático e sua influência para a reprodução do sistema central*

A importância do território de Cabinda para a economia angolana é um tema recorrente, quer quando se alude aos interesses separatistas, e aos apoios a estes por parte dos países vizinhos, quer quando se perspectiva a posição do Governo central sobre o “caso de Cabinda”. Na realidade, e como veremos, a análise da economia angolana, após a independência, não pode ser dissociada nem do petróleo nem de Cabinda, pois é neste território que à data da independência se extraía cerca de 90% do petróleo bruto¹⁷⁶ e, actualmente, cerca de 60%.

Se, por um lado, há que reconhecer, através dos dados estatísticos disponíveis, o peso efectivo do petróleo e de Cabinda na economia angolana e na sustentação do Estado angolano, por outro, afigura-se-nos interessante observar o modo como a nomenclatura, através dos órgãos de comunicação, transmite publicamente esta dependência.

Relativamente a este último aspecto, e tendo ainda como documento de suporte o *Jornal de Angola*, no período 1975/95, detectamos três grandes orientações no discurso “oficial” sobre a relevância económica de Cabinda.

A primeira, é a associação entre os conflitos militares e as pretensões independentistas de alguns movimentos, de um lado, e as potencialidades económicas, particularmente as petrolíferas, de outro. Defende-se que os conflitos são apoiados muitas vezes por outros países, quer pelo desejo de sabotar a economia nacional, pondo em perigo a sobrevivência alimentar - do povo - e

¹⁷⁶ Em 1973, 89,7% do petróleo angolano provinha de Cabinda - cf. C.R. Dilolwa. (1978), *Contribuição à História Económica de Angola*, Luanda: Imprensa Nacional Angolana, p. 265.

política - do Estado¹⁷⁷ -, quer pelo apoio dado aos movimentos independentistas, donde se poderá inferir a alusão, ainda que sub-reptícia, à tentativa de estabelecimento sobre o território de áreas de influência quer económicas quer, também, políticas. Embora não se relacionem directamente as aspirações separatistas com a riqueza económica do enclave, nem se argumente explicitamente que elas existem apenas porque Cabinda é rica e tem capacidade de se sustentar, é patente que o factor económico é considerado pelo poder central como decisivo, não só porque é ele que leva a que os movimentos contem com o apoio externo, ou da UNITA¹⁷⁸, e possam, desta forma, ameaçar a paz na 18ª província, como também pelo facto de entender que a atribuição àquela província de uma percentagem das receitas fiscais do petróleo aí geradas, 1% e 10%¹⁷⁹ respectivamente, em 1989 e 1992, possa acalmar as exigências independentistas e revelar até a sua vontade em encontrar uma solução para o “caso de Cabinda”.

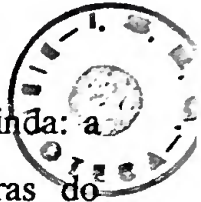
Uma outra característica do discurso oficial é o facto de, perante uma agudização das condições militares no território, realçar a sua importância económica para a reprodução do sistema político e económico, justificando-se, assim, desta forma e em favor de objectivos nacionais¹⁸⁰, quer situações de carência de bens alimentares e de equipamentos sociais, quer o reforço das forças militares governamentais no território em nome da defesa da integridade deste e da soberania de Angola. De entre inúmeros exemplos, dos quais sobressaí, pela óbvia explicitação daquela importância, o discurso do Presidente de Angola, em

¹⁷⁷ Vd. *supra* p. 96: tentativa de sabotagem do complexo petrolífero do Malongo.

¹⁷⁸ Vd. *supra* p. 98.

¹⁷⁹ Estimam-se em 6 milhões de dolares mensais as receitas que revertem para Cabinda ao abrigo desta decisão; de 1993 a 1995, o montante das verbas ficou bastante aquém dos 72 milhões de dolares. Para esta situação, era apontada a gestão centralizada da verba por parte do Ministério das Finanças e do Banco Nacional de Angola, em Luanda; em Março de 1996 foi regulamentada a gestão provincial desta verba - cf. *JA*, 23/3/96.

¹⁸⁰ Não se está a sancionar a existência de uma nação angolana, mas apenas a referir objectivos preconizados para o estado Angolano pelo poder central.



Cabinda, sobre a tentativa de ataque a campos petrolíferos¹⁸¹, realçamos, ainda: a tese, apresentada no Iº Congresso do MPLA-PT, sobre as linhas mestras do desenvolvimento até 1980, em que "considerou-se o petróleo [*como sector de arranque*], porque após o encerramento dos poços de Cabinda, de Dezembro de 1975 a Maio de 1976, em virtude da sabotagem imperialista, a sua produção estabilizou-se [...] e oferece possibilidades reais de aumento nos próximos anos" (JA, 23/11/77); as sucessivas referências a um conjunto de projectos de desenvolvimento considerados prioritários para o território, em que a execução de alguns, como por exemplo, o porto de longo curso, é adiada "como consequência da instabilidade vivida no país e, sobretudo, na província" (JA, 24/11/93) e outros são realizados com o apoio financeiro da companhia petrolífera a operar no território (cf. JA, 7/10/87; 4/5/95); um destacável sobre Cabinda, no *Jornal de Angola*, de 23 de Janeiro de 1994, em que é afirmado que os cabindas "desejam que o executivo angolano esteja atento para com o "filho que melhor garante o sustento do pai"".

Por último, a tendência constante para se afirmar que "nem só de petróleo pode viver a província" (JA, 16/11/78), centrando o desenvolvimento do território em outras potencialidades, designadamente, agrícolas, florestais e minerais, pelo que se deverá: apostar na agricultura, de modo a que a região seja auto-suficiente em produtos agrícolas e possa produzir café e cacau, como no tempo colonial (cf. JA, 25/2/78); valorizar a floresta do Maiombe¹⁸² "uma das maiores riquezas angolanas [*e*] aonde se desponta para perto de duzentas espécies" (JA, 19/11/80), particularmente através da reactivação do sector madeireiro, "cuja produção e extracção Cabinda detém a nível de todo o país 60%" (*ibidem*); explorar os

181 Vd. *supra* p.96.

182 "As madeiras de Cabinda, provém do Maiombe, grande mancha de floresta densa, húmida [...] que se distribuí pelo território português e pelo dos dois Congos"(Barata, 1973:181); antes da independência, Cabinda contribuía com cerca de 2/3 do total das exportações de madeira de Angola - cf. *ibidem*: 179.

depósitos de fosfatos existentes no município de Cacongo¹⁸³ (cf. *JA*, 10/4/83) e pesquisar as grandes reservas minerais¹⁸⁴ - ouro, manganésio e asfalto - do território, avaliando a sua rendibilidade económica (cf. *JA*, 7/7/95).

Evidencia-se, pois, através do discurso político que o petróleo é um enclave dentro da economia - com regras de funcionamento autónomas dos restantes sectores económicos e “performance” distinta - constituindo uma importante fonte de financiamento, interna e externa, da economia nacional e, designadamente, do desenvolvimento daquele território.

Após a independência, “o petróleo tornou-se no oxigénio de Angola” (Santos, 1983:115), não só porque resistiu a uma “lógica de guerra” e a financiou, como ainda foi, contrariamente aos outros sectores da actividade económica, o que se desenvolveu, tornando-se, pois, numa “ilha” no panorama produtivo do país.

São por demais salientados os factores que influenciaram a evolução da actividade produtiva - situação militar interna, política e gestão económicas deficientes, elevada dependência económica do petróleo (cf. Ferreira, 1993:27) - e que levaram a que os níveis de produção actuais, com excepção da actividade petrolífera, sejam significativamente inferiores aos de antes da independência; refira-se, a título de exemplo e para fins comparativos, que as produções de café, de açúcar, sisal e de diamantes representavam, em 1991, respectivamente 2%, 11%, 1,6% e 45%, dos níveis de 1973¹⁸⁵.

183 Em 1965, estimava-se que Cabinda, com vários jazigos de fosfatos, detinha 55% do total das reservas exploráveis de Angola - cf. Barata, 1973: 182.

184 “A acrescentar à riqueza mineira do distrito [...] existem ainda importantes jazidas de asfalto natural e indícios de interesse de ouro e manganês”, in *IIIº Plano de Fomento para 1968-73. Angola*. (1968), Lisboa: Imprensa Nacional, p. 118.

185 Cálculos efectuados com base nos Quadros “Produção dos principais produtos agrícolas 1973-91” e “Produção e exportação de minérios 1973-91”, in Hodges, 1993:110;115.

Na realidade, em pouco mais de duas décadas¹⁸⁶, Angola tornou-se no 2º maior produtor de petróleo da África Sub-Sahariana, em virtude: (i) da produção se processar maioritariamente *offshore*, não tendo assim sofrido as consequências da guerra; (ii) da racionalização da actividade petrolífera que, ao dividir o *offshore* - águas rasas e águas profundas - em vários blocos¹⁸⁷, conferiu uma maior eficiência á gestão das concessões dos blocos petrolíferos; (iii) das condições vantajosas oferecidas pelo Estado às empresas petrolíferas multinacionais¹⁸⁸; e (iv) dos baixos custos de produção¹⁸⁹ (cf. Hodges, 1993:87-93). Não se inscreve, no entanto, no âmbito deste trabalho efectuar uma análise detalhada daqueles factores, designadamente as medidas tomadas para promoção do investimento estrangeiro no sector petrolífero, mas sim constatar que elas são consideradas altamente benéficas, estimando-se, aliás, que mais de 90% daquele dirigiu-se para este sector (cf. Ferreira, 1993:34).

Como se pode constatar, na Figura 2, a produção de petróleo tem vindo a aumentar continuamente após 1982, atingindo, em 1996, uma produção diária estimada da ordem dos 660 mil barris. O decréscimo da produção registado nos anos seguintes à independência está associado a uma fase de reorganização do sector petrolífero que consistiu, essencialmente, na definição de um novo enquadramento legal das actividades petrolíferas, tornando-se o Estado o único detentor daquele recursos e a Sonangol, criada em 1976, a empresa estatal com a

186 Em 1910, é atribuída a 1ª licença para pesquisa de hidrocarbonetos; em 1955, é feita a primeira descoberta de valor comercial; porém, é em 1968, com a exploração em Cabinda, de jazigos *offshore*, que tinham sido descobertos em 1966, que Angola inicia a exportação de petróleo.

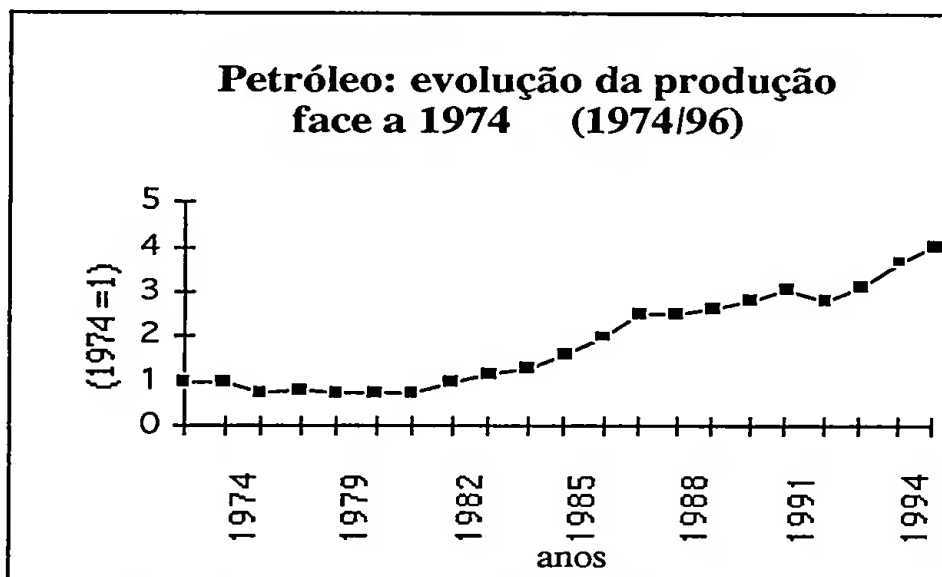
187 O *offshore* de águas rasas foi dividido em 13 blocos, excluindo Cabinda (bloco 0), e, mais tarde, o de águas profundas em 17 blocos.

188 São várias as companhias petrolíferas que operam em Angola e de origens variadas.

189 Estima-se em 1,7usd o custo de produção médio do barril entre 1987/91 (cf. Hodges, 1995:93), representando cerca de 10% do preço médio de venda naquele período - Fonte: Quadro "Produção de Petróleo, preços e exportações (1989-92)", in Hodges, 1993:37.

concessão exclusiva de todos os direitos mineiros. Porém, a Sonangol pode associar-se com outras empresas estrangeiras, através de *joint-ventures* ou de contratos de partilha de produção (PSA), quer para a prospecção e pesquisa, quer para a produção; a concessão de Cabinda é actualmente explorada pela Cabinda Gulf Oil (Cabgoc), subsidiária da Chevron¹⁹⁰, por conta da *joint venture* entre a Cabgoc (39,2%), a Sonangol (41%), a Elf (10%) e a Agip (9,8%).

Figura 2



Notas: os valores de 1995 e 1996 são estimativas

Fontes: calculado com base em: Bhagavan, 1986; Hodges, 1993
EIU, 1996

Mas se a dominância do sector petrolífero na economia angolana, causa e efeito de um *modus operandi* distinto do dos restantes sectores produtivos, permitiu ao Estado angolano “suportar-se”, isto é, financiar um esforço de guerra prolongado, substituir a produção nacional pelas importações, sustentar um aparelho de Estado excessivo e os seus privilégios, levou, por outro lado, a uma

¹⁹⁰ À data da independência a Cabinda Gulf Oil (Cabgoc), detinha a concessão da pesquisa e produção em Cabinda, sendo então uma subsidiária da American Gulf Oil Corporation.

extrema dependência da economia angolana face ao petróleo, a qual pode ser analisada através da contribuição do sector para o Produto Nacional, para a totalidade das Exportações e para o Orçamento do Estado.

Em traços gerais, da leitura do Quadro 1, resulta que a participação do sector petrolífero nas receitas orçamentais e no PIB tem vindo a crescer¹⁹¹, atingindo, em 1994, valores muito significativos, enquanto nas exportações se mantêm, desde os meados da década de 80, como praticamente o único produto exportado.

Quadro 1

Petróleo: peso na economia angolana

	1974	1981	1987	1990	1992	1994
% Exportações Totais *	(a) 55,4	(b) 78,1	(b) 94	(c) 92,9	(d) 93,2	(d) 96,5
% Receitas Orçamentais	-	(a) 58,2	(c) 52,9	(c) 62,2	(e) 74,8	(d) 83,5**
% no PIB p.m. *	-	-	(f) 28	(f) 31	(f) 33,5	(d) 54,5

Notas: * Incluí produtos refinados e Gás Natural

** Relativo a 1993

Fontes: (a) Bhagavan, 1986

(b) World Bank, 1991

(c) Hodges, 1993

(d) EIU, 1996

(e) Aguilar, 1995

(f) INE, 1995

A nível interno, e apesar de défices orçamentais permanentes e constante monetarização dos mesmos, as receitas provenientes deste sector têm vindo a crescer, constituindo, assim, o principal fundo de financiamento da despesa pública que se destina, sobretudo, a pagar despesas correntes e juros da dívida externa que só a soma destas ultrapassava, em 1994, a totalidade das receitas

¹⁹¹ Os dados anteriores a 1991 podem estar subavaliados, em virtude da excessiva sobrevalorização do Kwanza face ao dólar até àquela data; a primeira desvalorização deu-se em 1991.

orçamentais¹⁹². A grande rigidez que se verifica na estrutura do orçamento de Estado, quer ao nível das receitas, quer do tipo e sector de despesa - a “Defesa” e a “Ordem Pública” absorvem parte significativa¹⁹³ - leva a concluir não só que é um sector produtivo dominado pelas multinacionais que financiam o regime, outrora de economia centralizada¹⁹⁴, como também que a despesa pública de capital para fomento do desenvolvimento é residual.

Por sua vez, a quase exclusividade do petróleo em gerar receitas externas e financiar as importações de bens, confere à economia angolana uma extraordinária vulnerabilidade, não só face ao preço - Figura 3 -, que é ditado internacionalmente e em que Angola não tem influência - a produção angolana de petróleo é inferior a 1% da oferta mundial¹⁹⁵ - como também face a um reduzido número de clientes, em que sobressaí os EUA¹⁹⁶.

192 Cf. EIU, 1994: 47.

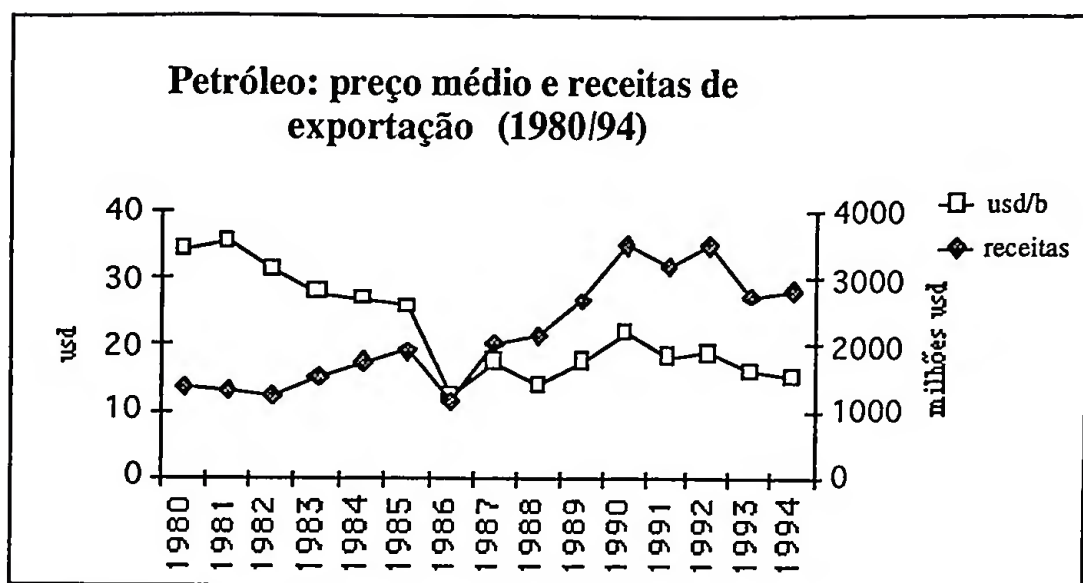
193 Em 1994 (1º semestre) absorviam 50% do total da despesa pública - cf. Aguilar, 1995:52.

194 O período de 1975/87, caracteriza-se pela negação do mercado e pela direcção centralizada da economia - cf. Ferreira, 1993: 10-16.

195 Cálculo efectuado com base na produção diária mundial, in EIU, 1996:39

196 Os EUA absorviam em 1994 cerca de 67% do total das exportações angolanas; o petróleo representava, na mesma data, 96,5% do montante das receitas externas - cf. EIU, 1996:70-71.

Figura 3

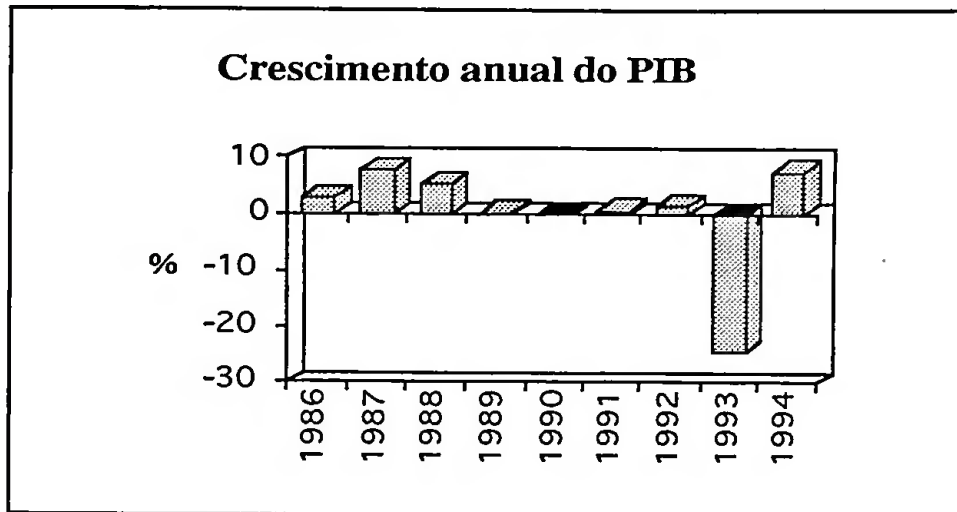


Fonte: Hodges, 1993; EIU 1996

Se atendermos, ainda, aos dados estatísticos disponíveis quanto às taxas de crescimento da produção nacional, patenteadas na Figura 4, e tivermos em linha de conta a participação do sector petrolífero no PIB, inferimos que é este o principal responsável pela evolução daquele. Todavia, as taxas de crescimento positivas verificadas, com excepção de 1993, não traduzem um robustecimento da economia, isto é um aumento sustentado do produto nacional e uma densificação das relações intersectoriais, mas antes que continua uma economia desarticulada sem que o sector petrolífero tenha efeitos de arrastamento sobre os restantes sectores, verificando-se a par da expansão do papel do Estado no sector petrolífero e do declínio da autonomia daquele, face aos actores externos, um desinteresse total pelos sectores chave da economia (cf. Scott, 1992). Por outro lado, a aplicação do fundo de acumulação gerado pelo sector petrolífero enfrenta um dilema: "se se dá prioridade à defesa irão escassear os recursos (internos e externos) destinados à promoção do desenvolvimento económico e social; se o

inverso, é a manutenção do regime que pode ser colocado em questão" (Ferreira, 1993:19-20).

Figura 4



Fonte: World Bank, 1996

Aliás, e como refere Hodges, "a relação entre o sector petrolífero e o resto da economia é feita quase exclusivamente através do orçamento de Estado" (1995:39), tendo as receitas externas daquele sector, pelo seu montante, permitido um regime de câmbios fixos, pelo menos até 1991, com uma excessiva sobrevalorização da moeda nacional. Esta política cambial foi claramente prejudicial ao desenvolvimento dos outros sectores, e potenciou, mediante um sistema de restrições quantitativas à importação, com um número excessivo de procedimentos administrativos, geridos pelo aparelho do Estado e do partido, a economia informal e a criação de uma complexa teia de relações de favorecimento e de acesso diferenciado da nomenclatura aos benefícios de uma economia de renda; estamos, assim, perante o que o mesmo autor designou de "versão angolana da *Dutch Disease*" ¹⁹⁷(cf. *ibidem*).

¹⁹⁷ *Dutch Disease* refere-se aos efeitos adversos na indústria holandesa da descoberta do gás natural, em virtude, principalmente, da valorização da sua moeda - cf. W. M.Corden. (1984),

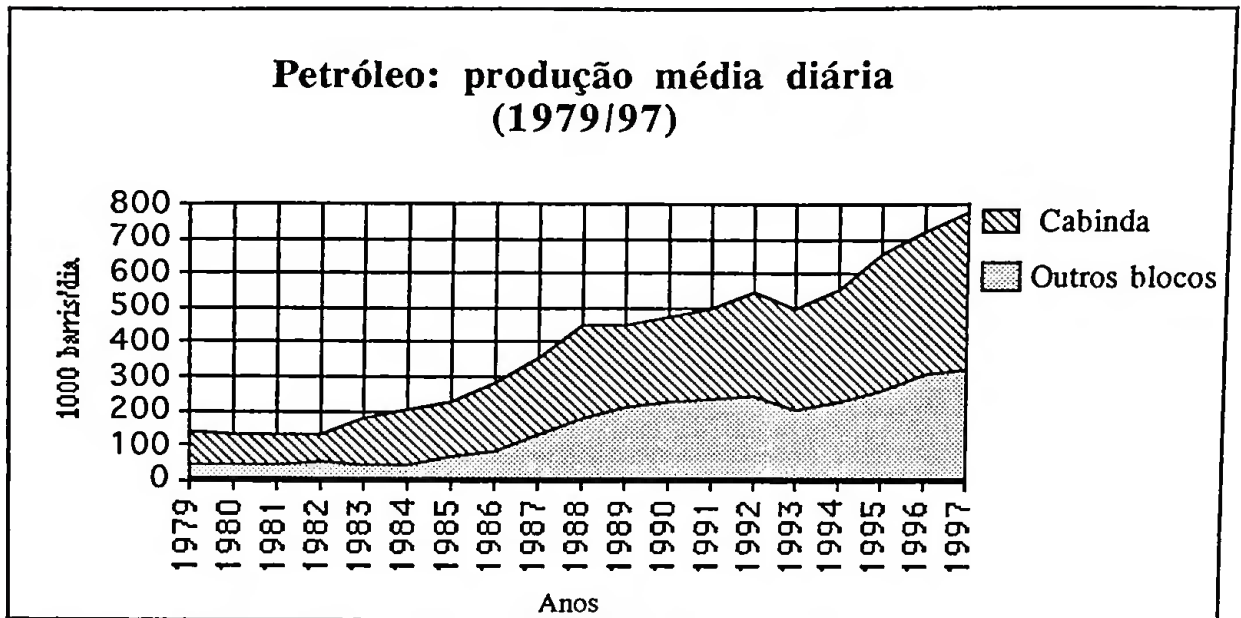
Mas se o petróleo é um verdadeiro enclave na economia angolana, é Cabinda, enclave territorial, que mais contribuí - cerca de 60%- para os volumes de produção - ver Figura 5 -, pelo que facilmente se poderá aduzir da importância económica daquele território.

Se se admitir que a percentagem da produção de petróleo bruto de Cabinda que é exportado é a mesma que a ocorrida a nível nacional - em média 90% - e, socorrendo-nos de um indicador utilizado pela UNCTAD, atingimos para aquele território, em 1994, um valor de exportações *per capita* de mais de 9000 dólares¹⁹⁸, enquanto o de Angola é de 333 dólares (cf. UNCTAD, 1996: A-12). São indicadores que merecem uma interpretação cautelosa - Cabinda participa com cerca de 60% da produção de petróleo e tem uma população inferior a 2% do total das 18 províncias - e servem sobretudo, na falta de outros, porventura mais importantes, como a contribuição do território para o Valor Acrescentado Nacional e para as despesas orçamentais, para se ter uma “grelha” para a interpretação económica do “caso de Cabinda”.

Booming Sector and Dutch Disease economics: survey and consolidation" in L.Deepak (ed.), *Development Economics*, 4, Aldershot: International Library of Critical Writings, p.72-93.

¹⁹⁸ Utilizou-se uma população estimada de 181 mil habitantes - INE, 1995.

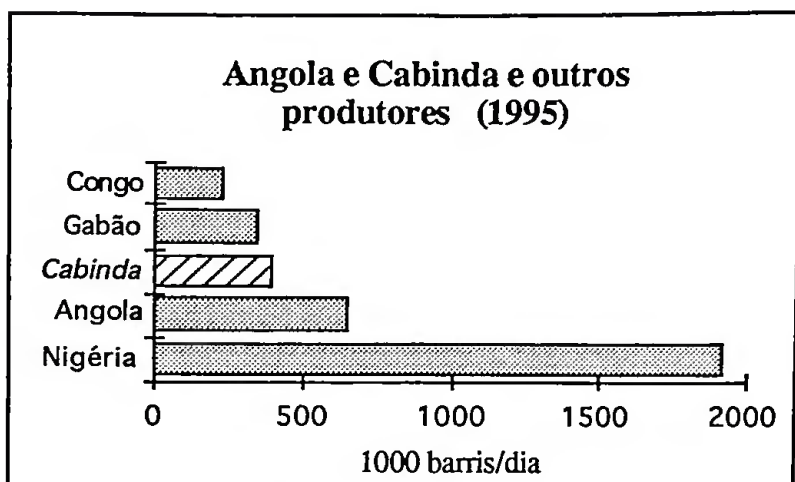
Figura 5



Nota: os valores relativos a 1995, 1996 e 1997 são estimativas
Fontes: EIU, 1987; EIU, 1989; EIU, 1991; EIU, 1997

Importante também para a interpretação económica e, sobretudo, geoestratégica do caso de Cabinda é a sua posição, enquanto uma unidade territorial, no conjunto dos principais países africanos produtores de petróleo e, tal como se poderá constatar da Figura 6, em 1995, a produção de Cabinda era quase igual à do Gabão e superior à do Congo, país seu vizinho; também os valores disponíveis para o volume de exportações de petróleo do Zaire demonstram que, em 1993, representavam menos de 5% do de Angola (cf. World Bank, 1996:89), ou seja, cerca de 10% da produção de petróleo de Cabinda.

Figura 6



Fonte: EIU, 1996

Parece, assim, evidente que o “caso de Cabinda” tem, e exige, necessariamente uma leitura económica, da qual ressalta a importância do território para a geração de recursos internos e externos que foram tão necessários à “economia de guerra” e à sobrevivência económica e política do Estado angolano e do seu regime, e que, esperamos, venham, no futuro, a ser aplicados em prol do desenvolvimento, qualquer que seja a solução política que venha a ser dada a Cabinda.

5. Conclusões: da herança colonial às condicionantes e potencialidades da identidade cabinda

O “caso de Cabinda” parece mostrar que o Estado angolano, embora se tenha erigido sobre uma realidade pluridentitária e proclamado como princípio a integridade territorial, enfrenta maiores ameaças à sua unidade com aquele território do que com as outras restantes províncias. Na realidade, e tendo em atenção que o conflito angolano e os seus principais actores não questionaram a intangibilidade das fronteiras herdadas da época colonial, Cabinda, enclave territorial, surge como a única situação em que atributos como a “diferença” e a “especificidade”, face aos angolanos e a Angola, originaram movimentos separatistas. A leitura étnica e económica de Cabinda surge assim como uma possibilidade de cruzamento daqueles atributos que se inter-relacionam e mostram quão complexa será a solução deste caso, a contento das partes envolvidas - Governo angolano, por um lado, movimentos separatistas, por outro.

A leitura étnica enquanto leitura da formação e afirmação de um processo, dinâmico, identitário entre os cabindas, integrando a partilha de uma cultura, de um passado histórico comum e de uma ideia de “diferente” de Angola, afigurou-

se-nos como um vector determinante para o entendimento daquela ameaça à integridade territorial do actual Estado angolano.

Na procura dos fundamentos de um processo identitário cabinda é possível, por um lado, detectar uma ancestralidade comum, pelo menos mítica, para os reinos de Loango, Cacongo e Ngoio - no interior dos quais se veio a delimitar o território de Cabinda - e uma experiência também comum de contactos comerciais e políticos motivados pela expansão de um "comércio regular de seres humanos reduzidos a mercadorias para serem vendidos" (M'Bokolo, 1995:165), que visava abastecer um comércio transoceânico e satisfazer as necessidades simbólicas dos dirigentes locais, e por outro, perspectivar a desestruturação económica e política daqueles reinos que se iniciou nos finais da 1ª metade do século XIX, após as medidas abolicionistas dos parceiros europeus, e que foi decisiva para uma nova fase da afirmação de "ser cabinda".

"Ser cabinda" passou, então, a incluir também uma dimensão geográfica de enclave territorial e um elo de ligação a Portugal juridicamente distinto do que aquele que ligava Angola - primeiro, em virtude do Tratado de Protectorado de Simulambuco, celebrado entre as autoridades locais e o reino de Portugal, em 1 de Fevereiro de 1885, que colocava os seus territórios sob a protecção deste Reino; depois, em consequência da Conferência de Berlim, que terminaria uns dias mais tarde e na qual ficaram definidos os contornos do actual território de Cabinda.

E se, por outro lado, o termo "cabinda" passou a ser, também, um rótulo sócio-económico dado pelo poder colonial, para designar inicialmente os naturais da baía de Cabinda, mas que em pouco tempo se estendeu à restante população do enclave, ele foi apropriado por uma casta dirigente local, cuja influência deriva do seu papel no comércio de escravos e no estabelecimento das

relações políticas com Portugal, com o objectivo de reivindicar, perante o poder colonial e no âmbito do processo de descolonização, um tratamento autónomo ao de Angola.

Deste modo, se existe uma identidade que se afirma ainda em termos políticos, buscando a sua legitimidade em argumentos históricos e jurídicos, não se poderá deixar de atender às condicionantes macro-políticas e económicas em que ocorre e que justificam que as lealdades identitárias cabindas se sobreponham às lealdades para com o Estado angolano. Na realidade, se as pretensões separatistas, no início, se organizaram politicamente num contexto geral das lutas de libertação em África e, particularmente, da descolonização dos países - Congo e Zaire - em que o território está encravado, mais tarde elas reorganizam-se e manifestam-se, quer aquando do processo negocial da independência de Angola, estabelecida apenas entre a potência colonial e os movimentos de libertação de Angola e que ao consagrar explicitamente a integração de Cabinda no novo Estado Angolano parece mostrar um receio separatista, quer, mais recentemente e com maior intensidade, durante o processo de paz de Angola, protagonizado pelo Governo/MPLA e pela a UNITA, que se iniciou nos finais da década de 80 e que ainda decorre.

Mas como todos os processos identitários, também este - o de Cabinda - exige que os outros, e designadamente o poder central, que num regime autoritário tem capacidade superlativa de determinação, reconheçam a sua especificidade; e se, inicialmente, o Estado pós-colonial - de orientação marxista - não aceitava a existência do “caso de Cabinda”, pelo menos entendido numa perspectiva identitária- étnica-, já mais recentemente, e após a opção por um regime multipartidário, veio a reconhecer, pelo menos mediaticamente, que a pacificação da sociedade angolana terá que passar também por uma solução

negociada para o conflito em Cabinda, admitindo, assim, a sua “diferença”, para lá da geográfica, face ao restante território do Estado angolano.

A exterioridade do conflito, que tem oposto os movimentos independentistas de Cabinda às forças governamentais angolanas, tanto pode levar a concluir que tal conflito tem sido factor importante de afirmação, em momentos determinados, de uma identidade cabinda, ou mais propriamente de uma não angolanidade, como também questionar até que ponto ele não é mais do que um conflito de um grupo de uma região rica, “avançada”, cujas riquezas, que são determinantes para a reprodução do sistema político e económico central, são apenas auferidas pelos “outros”, contribuindo, também deste modo, para que os cabindas não se sintam socialmente mobilizados.

Mas se os separatistas de Cabinda minimizam a importância do petróleo, com base no facto de que as suas pretensões politicamente organizadas são anteriores à descoberta do petróleo, já o poder central não o pode fazer, na medida em que o petróleo de Cabinda tem sido determinante para a sustentação económica e política do Estado angolano e, por isso, qualquer solução política está fortemente condicionada pelo factor económico.

Há assim uma miscigenação de razões políticas e económicas para o “caso de Cabinda” e para a sua resolução ou contenção, pois se o petróleo aí extraído ao representar 60% do total do petróleo angolano, que tem sido a principal, ou quase exclusiva, fonte de acumulação interna e externa da economia, tem “obrigado” o Estado angolano, nos últimos tempos, a afirmar a sua disposição para negociar, também o incita a ser cauteloso, quer em termos de “efeito

demonstração” para outras regiões -(províncias) do país - Zaire e Lunda Norte¹⁹⁹-, quer em termos da sua própria sobrevivência económica e política.

Ora o que nos parece evidente é que o “caso de Cabinda” representa para o Estado angolano um duplo desafio: o da transformação da sua economia e o da renovação política.

O desenvolvimento de Angola não pode mais depender, em tempo de paz, da simples extracção de lucros e rendas da actividade petrolífera, a qual depende do capital e tecnologia externa, tendo assim que passar de uma economia de renda e de concessões, fundada na predação, para uma economia de produção e de competição (cf. Assogba: 1994: 43), que permita, potenciando os benefícios da presença do capital externo, criar condições para endogeneizar um processo de acumulação de capital que minore os efeitos de subalternização a que as regiões periféricas, como a África Sub-Sahariana, estão vetadas no processo de acumulação à escala mundial (cf. Hopkins; Wallerstein, 1996:4). Certamente que Cabinda e os seus naturais serão largamente beneficiados por uma estratégia que se oriente por estes objectivos, constituindo-se todavia uma incógnita a reacção dos cabindas a um processo de desenvolvimento em que fossem efectivamente actores e beneficiários. A definição de medidas e instrumentos será da responsabilidade do poder político que, no caso de ser autónomo face a Angola, não deverá esquecer que Cabinda teve sempre uma integração subalterna na economia mundo: primeiro exportando escravos e agora exportando petróleo.

Por outro lado, a solução que vier a ser encontrada para Cabinda poderá revelar até que ponto o Estado angolano é capaz de criar mecanismos de convivência democrática com as várias identidades presentes no território "e

¹⁹⁹ Poder-se-á afirmar que estas 2 províncias, em vidade das suas jazidas de petróleo - Zaire - e diamantes - Lunda Norte -, juntamente com Cabinda, são responsáveis pela totalidade das receitas de exportação da economia angolana.

reconhecer aquilo que, sendo a consciência de uma identidade positivamente valorizada, não é necessariamente impeditivo de pertença a uma outra identidade mais ampla, permitindo cultivar a diversidade cultural" (Neto, 1992a: 60) num Estado pluriétnico. Porém a "especificidade enclave" de Cabinda, se bem que deva ser enquadrada nesse desafio da diversidade cultural, poderá exigir, pensamos, numa primeira fase, um "ensaio" de soluções de descentralização efectiva e assumida, quer ao nível financeiro, quer ao nível político cuja eficácia dependerá também da vontade política do poder central em robustecer as instituições. O aprofundamento desta solução, indo ou não até à independência, terá que ser forçosamente discutida entre o poder central, os movimentos independentistas e a população de Cabinda, num quadro de segurança geoestratégica daquela zona da África Central. O encravamento de Cabinda se constitui um factor pró-separatista também constitui actualmente, e face às actuais condições políticas no Zaire, um factor de aproximação a Angola.

Bibliografia

- Acordo de Paz para Angola.* (1991), Luanda: [s.e]
- ADEPOJU, Aderanti. (1994), "Preliminary analysis of emigration dynamics in Sub-Saharan Africa", in *International Migrations*, 32(2), p. 197-216
- AGUILAR, Renato; Stenman, Asa.(1995), *Angola 1995. Let's try again*, Macroeconomic Studies, Stockholm: SIDA
- ALCOY, David. (1995), "La questió Kongo a Angola", in *Ètnia i Nació als Mons Africans*, Barcelona:L'Avenç (col. "Clio"), p.143-170
- ALEXANDRE, Valentim.(1979), *Origens do Colonialismo Português Moderno (1822-1891)*, Lisboa: Sá da Costa
- AMIN, Samir. (1986), "Estado, nação, etnia e minorias na crise - alguns aspectos da crítica da ideologia da nação e da etnia", in *Economia e Socialismo*, 10(69-70),p.29-54
- AMIN, Samir. (1994), "The issue of democracy in Contemporary Third World" in Himmelstrand, Kinyanjui & Mburugu (dir.), *African Perspectives on Development*, London: James Currey, p. 320-335
- AMSELLE, J.L. (1974), "Sur l'object de l'anthropologie", in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, (56), p. 91-114
- AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (dir.). (1985), *Au coeur de l'ethnie. Ethnies, tribalisme et état en Afrique*, Paris: La Découverte
- AMSELLE, Jean-Loup. (1990), *Logiques métisses. Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*, Paris: Payot
- Angola. Acordo para a independência.* (1975), Lisboa: Ministério da Comunicação Social
- "Angola. Oily Enclave" (1996), in *Africa Confidential* , 37(1), 5 Janeiro, p. 6-7
- ASSOGBA, Yao. (1994), "Le tiers monde abandonné ou quart-mondialisé", in *Afrique 2000*, (19), p. 35-46

ATKINSON, Ronald R. (1994), "Introduction: Ethnicity in Perspective", in R. Atkinson, *The Roots of Ethnicity. The Origins of the Acholi of Uganda Before 1800*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, p.1-19

AUZIAS, Jean-Marie (1976), *L'anthropologie contemporaine*, Paris: PUF (col. "SUP")

BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. (1988), *Race, nation, classe: les identités ambiguës*, Paris: La Découverte, [tr. inglesa, *Race, nation, class. Ambiguous identities*, 1991, London/New York: Verso]

BARATA, Filipe Themudo (1973). "Cabinda. Grande realidade de Angola moderna", in *Ultramar*, 2(5/6), p. 177-190.

BAYART, Jean-François (1989), *L'État en Afrique. La politique du ventre*, Paris: Fayard

BAYART, Jean-François. (1991), "L'État" in C. Coulon e D-C. Martin (dir.), *Les afriques politiques*, Paris: La Découverte, p. 213-230

BENDER, Gerald J. (1976), *Angola under the Portuguese. Myth and the reality*, London: [s.e], [tr., *Angola sob o domínio Português. Mito e realidade*, 1980, Lisboa: Livraria Sá da Costa (col. "Terceiro Mundo")]

BENNETT, T.W. (1995), "Les droits de l'homme et les traditions culturelles africaines", in M. Esoavelomandroso & G. Feltz (dir.) *Democratie et développement*, Paris/Antananarivo: Editions Karthala-Omalysy Anio, p. 97-110

BERRIDGE, G.R.(1989), "Diplomacy and the Angola/Namibia accords", in *International Affairs*, 65(3), p. 463-479

BHAGAVAN, M. R. (1986), *Angola's Political Economy 1975-1985*, Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies

BIRMINGHAM, David. (1965), *The Portuguese Conquest of Angola*, London: Oxford University Press [tr., *A Conquista Portuguesa de Angola*, 1974, Porto: A Regra do Jogo (col. "História")]

BIRMINGHAM, David. (1992), *Frontline Nationalism in Angola & Mozambique*, London/Trenton: James Currey-Africa World Press

BIRMINGHAM, David. (1993), "The historical background to the war in Angola and the context of ethnicity", in *Democratization in Angola*, Leiden: African Studies Centre, p.3-11

BOAVIDA, Américo. (1981), *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa*, Lisboa: Edições 70 (col. "2K" da União dos Escritores Angolanos)

BOTTE, Roger. (1991), "Les rapports nord-sud, la traite négrière et le Fuuta Jaloo à la fin du XVIII siècle", in *Annales ESC*, (6), p. 1411-1435

BOULAGA, F. Eboussi. (1993), *Les Conférences Nationales en Afrique Noire. Une affaire à suivre*, Paris: Karthala

BROOHM, Nicoué K. (1995), "Pouvoir politique, territoires polyethniques et renouveau démocratique en Afrique", in *Afrique 2000*, (20), p. 25-34

BRUNSCHWIG, Henri. (1971), *Le partage de l'Afrique Noire*, Paris: Flammarion

CAHEN, Michel. (1994), *Ethnicité Politique. Pour une lecture réaliste de l'identité*, Paris: Editions L'Harmattan

CAHEN, Michel. (1995), "Etnicitat Política", in *Ètnia i Nació als Mons Africans*, Barcelona:L'Avenç (col. "Clio"), p.77-141

CARNEIRO, J.L. Costa. (1968), "Cabinda no contexto da Corrida para a África", in *Ultramar*, 9 (34), p. 45-74

CHARLICK, Robert. (1995), "Le concept de gouvernance et ses implications en Afrique", in M. Esoavelomandroso & G. Feltz (dir.), *Démocratie et développement*, Paris/Antananarivo: Editions Karthala - Omaly sy Anio, p.17-42

CHAZAN, Naomi; MORTIMER, Robert; RAVENHILL, John; ROTHCHILD, Donald. (1988), *Politics and Society in Contemporary Africa*, New York: Macmillan

CHRÉTIEN, Jean Pierre. (1981), "L'alibi ethnique dans les politiques africaines", in *Esprit*, (7-8), p.109-115

CHRÉTIEN, Jean Pierre; PRUNIER, Gérard (dir.). (1989), *Les ethnies ont une histoire*, Paris:Éditions Karthala - ACCT (col."Hommes et Sociétés")

CLARENCE-SMITH, Gervase. (1985), *The third Portuguese empire 1825-1975. A study in economic imperialism*, Manchester: Manchester University Press

COHEN, Robin. (1983), "Introduction", in Robin Cohen (dir.), *African Islands and enclaves*, Beverly Hills: Sage Publications, p. 9-19

COLUMBIA UNIVERSITY (org.). (1985), *Report of the workshop on oil & Angola*, Columbia: Institute of African Studies, [policopiado]

CONNOR, Walker. (1994), *Ethnonationalism - The quest for understanding*, Princeton: Princeton University Press

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. (1988), "Développement et sociétés africaines: les facteurs de freinage", in C. Coquery-Vidrovitch, D. Hemery (ed.), *Pour une histoire du développement: états, sociétés, développement*, Paris: L'Harmattan, p.113-126

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. (1992), "Trente années perdues, ou étape d'une longue evolution?", in *Afrique Contemporaine*, (nº especial), 4º trimestre, p5-20

CORREIA, P. Pezarat. (1991), *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*, Mem Martins: Editorial Inquérito

CUNHA, J. da Silva. (1952), *O sistema português de política indígena. Princípios Gerais*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar

CUNHA, J. da Silva. (1991), "Como governamos o Ultramar. Do demo-liberalismo à descolonização", in *Africana*, (8), p. 5-39

DARBON, Dominique. (1995), "De L'ètnia al grup: Elements d'evolució del discurs sobre les pràctiques identitàries", in *Ètnia i Nació als Mons Africans*, Barcelona: L'Avenç (col. "Clio"), p.216-250

DAVIDSON, Basil. (1983), *Modern Africa. A Social and Political History*, London: Longman, [3ª ed., 1994]

DAVIDSON, Basil. (1992), *The black man's burden. Africa and the curse of the Nation-State*, London: James Currey

DEFARGES, Philippe Moreau. (1993), *La mondialization. Vers la fin des frontières?*, Paris: Dunod - IFRI (col. "Ramses")

DIBAS-FRANCK, Eric. (1995), "L'ONU et la question de Cabinda", in *Revue Jurídique et Politique*, 49 (1), p.57-63

- DINIZ, Augusto Nascimento. (1991), "Cabindas em S. Tomé", in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (14-15), p. 171-197
- EIU (The Economist Intelligence Unit). (1987), *Angola, S. Tomé & Príncipe (1987-1988)*, London: EIU
- EIU (The Economist Intelligence Unit). (1989), *Angola*, (2), London: EIU
- EIU (The Economist Intelligence Unit). (1991), *Angola*, (2), London: EIU
- EIU (The Economist Intelligence Unit). (1996), *Angola (1996-1997)*, London: EIU
- EIU (The Economist Intelligence Unit). (1995), *Angola (1995-1996)*, London: EIU
- EIU (The Economist Intelligence Unit). (1994), *Angola (1994-1995)*, London: EIU
- EASTERLY, William; LEVINE, Ross. (1996), *Africa's growth tragedy: politics and Ethnic Divisions*, Washington: World Bank
- ELLIS, Stephen. (1996), "Africa after the Cold War: New patterns of government and politics", in *Development and Change*, 27(1), p.1-27
- ERIKSEN, Thomas H. (1993), *Ethnicity & Nationalism. Anthropological Perspectives*, London: Pluto Press
- FELGAS, Hélio A. Esteves. (1958), *História do Congo Português*, Carmona
- FERREIRA, M. Ennes. (1993), *Angola. Da política económica às relações económicas com Portugal*, Lisboa/Luanda: CCIPA, [2ª ed., 1995]
- FERREIRA, M. Ennes. (1995), "La reconversion économique de la nomenclatura pétrolière", in *Politique Africaine*, (57), p. 11-26
- FONSECA, António. (1985), *Sobre os Kikongos de Angola*, Lisboa: Edições 70 (col. "Estudos" da União dos Escritores Angolanos)
- GAULME, François. (1992), "Tribus, ethnies, frontières", in *Afrique Contemporaine*, 4º trimestre, p.43-49
- GELLNER, Ernest. (1983), *Nations and Nationalism*, [s.l.]:[s.e.], [tr., *Nações e Nacionalismo*, 1993, Lisboa: Gradiva (col. "Trajectos")]

GESCHIERE, Peter. (1991), "Le poids de l'histoire", in C. Coulon e D-C. Martin (dir.), *Les afriques politiques*, Paris: La Découverte, p. 29-43

GONIDEC, P. F.. (1995), "La crise africaine: une crise de l'État", in *Afrique 2000*, (20), p. 15-24

GUIMARÃES, Fernando J. Andressen. (1992), *The origins of the Angolan civil - international politics and domestic political conflict 1961-1976*, London: London School of Economics and Political Science, [dissertação de doutoramento; policopiado]

HEIMER, Franz-Wilhelm. (1979), *The Decolonization of Angola, 1974-76*, Geneva: Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, [tr., *O processo de descolonização em Angola, 1974-76*, 1980, Lisboa: A Regra do Jogo]

HEIMER, Franz-Wilhelm. (1990), "O Estado pós-colonial em África: uma bibliografia", in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (12-13), p.475-500

HENDERSON, Lawrence W. (1990), *A Igreja em Angola. Um rio com várias correntes*, Lisboa: Editorial Além-Mar

HODGES, Tony (1993), *Angola to 2000. Prospects for recovery*, London: The Economist Intelligence Unit

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. (1996), "The World-System: Is There a Crisis", in T. Hopkins; I. Wallerstein et al., *The age of transition: trajectory of the world-system, 1945-2025*, London/Australia: Zed Books - Pluto Press

HOROWITZ, Donald L. (1985), *Ethnic groups in conflict*, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press

(A) *Independência de Cabinda*. (1977), Queluz: Ed. Literal

INE (Instituto Nacional de Estatística).(1995), *Angola. Perfil estatístico económico e social (1989-1993)*, Luanda: Ministério do Plano

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ANGOLA (1970), *Carta étnica de Angola.Esboço*, Luanda

ISHAMO, Shubi. (1995) "Historical dispossession and the crisis of the nation-state in Africa", in *Review of African Political Economy*, (65), p. 359-365

JORNAL DE ANGOLA. (1975/1995)

KAGABO, M. Cangabo. (1992), "Etnicidad y pluralismo político en el África negra", in Celma A. Doná (coord.), *África. Inventando el futuro*, México: Colégio del Mexico, p.167-181

KAMTO, Maurice. (1994), "Les rapports État-société civile en Afrique", in *Afrique 2000*, (19), p. 47-52

LAPLANTINE, François. (1987), *L'anthropologie*, [s.l.]:Seghers, [ed. bolso, Paris:Payot-Rivages]

LEMARCHAND, René. (1991), "La violence politique", in C. Coulon e D-C. Martin (dir.), *Les afriques politiques*, Paris: La Découverte, p. 200-212

LIMA, Augusto G. Mesquitela. (1991a), "Angola: uma perspectiva sócio-antropológica", in *Africa Hoje*, (42), p. 33-35

LIMA, Augusto G. Mesquitela. (1991b), "Angola: uma perspectiva sócio-antropológica", in *Africa Hoje*, (43), p. 79-81

LIMA, Augusto G. Mesquitela. (1991c), "Angola: uma perspectiva sócio-antropológica", in *Africa Hoje*, (44), p. 28-33

LONSDALE, J. (1996) "Ethnicité, morale et tribalisme politique", in *Politique Africaine*, (61), p. 98-115

MAI/STAPE (org.). (1994), *Angola. Constituição, Lei Eleitoral e Legislação Complementar*, Lisboa:MAI-STAPE-Edições 70.

MARTIN, Phyllis M. (1972), *The External Trade of the Loango Coast, 1576-1870*, Oxford: Clarendon Press

MARTIN, Phyllis M. (1985), "Cabinda e os seus naturais: alguns aspectos de uma sociedade marítima africana", in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (3), p. 45-61

MARTINS, Joaquim. (1968), *Sabedoria Cabinda — Símbolos e Provérbios*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa

MARTINS, Joaquim. (1972), *Cabindas. História. Crença. Usos e costumes*, Cabinda: Câmara de Turismo da Câmara Municipal de Cabinda

MARTINS, Manuel Alfredo de M. (1958), *Contacto de culturas no Congo Português - Achegas para o seu Estudo*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar (col."Estudos de Ciências Políticas e Sociais")

MATTOS, José d'Almeida. (1924), *O Congo Português e as suas Riquezas*, Lisboa

M'BOKOLO, Elikia. (1992), *Afrique Noire. Histoire et Civilizations. XIX-XX siècles*, Tome II, Paris: Hatier-Aupelf

M'BOKOLO, Elikia. (1995), *Afrique Noire. Histoire et Civilizations. Jusqu'au XVIII siècle*, Tome I, Paris: Hatier-Aupelf

McCORMICK, Shawn. (1991), "Angola: The Road to Peace", in *CSIS Africa Notes*, (125)

McCORMICK, Shawn. (1992), "Angola in Transition: The Cabinda Factor", in *CSIS Africa Notes*, (137)

McEVEDY, Colin. (1995), *The Penguin Atlas of African History*, London: Penguin Books

MERCIER, Paul. (1961) "Remarques sur la signification du tribalisme actuel en Afrique noire", in *Cahiers internationaux de Sociologie*, 21, p. 61-80

MESSIANT, Christine. (1993), "Social and political background to the "Democratization" and the peace process in Angola", in *Democratization in Angola*, Leiden: African Studies Centre, p. 13-41

MESSIANT, Christine. (1994), "Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition. De la guerre à la paix (1975-1991). Le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais", in *Lusotopie*, (1-2), Paris: L'Harmattan, p. 155-210

MOHANTY, Susama. (1992), *Political development and ethnic identity in Africa - a study of Angola since 1960*, London: Sangham Books Limited

MONNIER, Laurent. (1995), "L'échec de la démocratisation en Angola", in M. Esoavelomandroso & G. Feltz (dir.) *Démocratie et développement*, Paris/Antananarivo: Editions Karthala - Omaly sy Anio, p. 217-236

- MPLA.(1975), *História de Angola*, Porto: Afrontamento
- NETO, Ana Maria. (1991), *Industrialização de Angola. Reflexão sobre a experiência da administração Portuguesa 1961-1975*, Lisboa: Escher (col. "Estudos sobre África")
- NETO, Maria da Conceição. (1992a), "As fronteiras por dentro da nação", in ADRA;Programa Angola Canadá; CIDMAIA (org.), *Angola: A crise e o desafio democrático*, Luanda, [policopiado]
- NETO, Maria da Conceição. (1992b), "Cabinda - a verdade da história", in *Jornal Jango*, (0), 14 de Agosto
- NEWIT, Malyn. (1981), *Portugal in Africa. The Last Hundred Years*, London: C. Hurst & Co Ltd.
- NNOLI, Okwudiba. (1992), "Conflitos Étnicos em África", in CODESRIA, *Ciências Sociais em África*, Dacar, p.91-128
- NZATUZOLA, João Baptista Lukombo. (1995), "Cabinda. Uma problemática de sociologia política à luz de traçados fronteiriços em África", in *Africana*, Universidade Portucalense, (15), p.73-85
- OLIVEIRA, Fernando. (1962), "Duas vitórias. O princípio da liberdade e igualdade do comércio na bacia convencional do Congo e as reservas portuguesas de 1885 e 1919", in *Garcia da Orta*, 10 (1), p. 13-43.
- OPPENHEIMER, Jochen. (1991), *A interdisciplinaridade na ciência económica - para um projecto de renovação*, Lisboa: ISEG, [policopiado]
- OSAGHAE, Eghosa H. (1994), "Ethnicity in Africa or African Ethnicity. The Search for a Contextual Understanding", in Himmelstrand, Kinyanjui & Mburugu, *African Perspectives on Development*, London: James Currey, p. 137-151
- PÉLISSIER, René. (1978), *La colonie du minotaure, nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*, Paris: Orgeval
- PÉLISSIER, René. (1979), *Le Naufrage des Caravelles. Études sur la fin de l'empire portuguais (1961-1975)*, Paris: Orgeval
- "(Le) pétrole: une enclave dans l'économie". (1992), in *Le Courier*,(132), p.21-22

PIGAFETTA, Filippo. (1591), *Relatione del reame di Congo et delle circonvicine contrade*, Roma: Bartolomeu Grassi, [tr., *Relação do Reino de Congo e das Terras Circunvizinhas*, 1951, Lisboa: Agência Geral do Ultramar]

PINHEIRO, Patrícia McGowan. (1962), "Politics of a Revolt", in *Institute of Race Relations* (dir.), *Angola: a simposium views of Revolt*, London: Oxford University Press, p.104-119

PNUD. (1995), *Programa de Reabilitação Comunitária da Província de Cabinda*, [s.l.], [doc. de trabalho]

Protocolo de Lusaka. [s.d], [s.l]:[s.e.], [policopiado]

PROYART, Abbé. (1776), *Histoire de Loango, Kakongo et autres royaumes d'Afrique*, Paris/Lyon: Berton; Crapart- Ponthus, [I Parte, p.1-202], reimpressão (1968), Farnborough (England): Gregg International Publishers Limited

PUJOLLE, Thérèse. (1994), *L'Afrique Noire*, Paris: Flammarion (col. "Dominos")

PYCROFT, Christopher. (1994), "Angola - The Forgotten Tragedy", in *Journal of Southern African Studies*, 20 (2), p. 241-262

QUANTIN, Patrick. (1995) "Les élites politiques face aux transitions démocratiques", in *Centre D'Etude D'Afrique Noire* (dir.), *L'Afrique Politique 1995 - le meilleur, le pire et l'incertain*, Paris: Karthala, p. 277-285

RANDLES, W. G. L.. (1968), *L'ancien Royaume du Congo. Des origines à la fin du XIX siècle*, Paris: Mouton & Co (col. "Civilizations et Sociétés")

RATCLIFFE, Peter. (1994), "Conceptualizing "race", ethnicity and nation: towards a comparative perspective", in Peter Ratcliffe (ed.), *Race, Ethnicity and Nation - International perspective on social conflict*, London: University College of London, p. 2-25

REDINHA, José. (1971), *Distribuição Étnica de Angola*, Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola

REX, John. (1986), *Race and Ethnicity*, Oxford: Open University Press (col. "Concepts in the Social Sciences")

RIBEIRO, Avelino Alves. (1995), *Cabinda: direito à independência? o etno-nacionalismo e o princípio da autodeterminação em questão*, Porto: Universidade Portucalense, [tese de mestrado; policopiado]

RICHMOND, Anthony H. (1987), "Le nationalisme ethnique et les paradigmes des sciences sociales", in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, (111),p.3-19

SANTOS, Daniel.(1983), "Cabinda: The Politics of oil in Angola's Enclave", in Robin Cohen (dir.), *African Islands and enclaves*, Beverly Hills:Sage Publications, p. 101-117

SANTOS, Eduardo dos. (1969), *Religiões de Angola*", Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar (col."Estudos Missionários")

SANTOS, José de Almeida. (1985), "O problema de Cabinda", in Comissão das Comemorações do Primeiro Centenário da Travessia de África por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, *Conferências e Comunicações*, Lisboa, p.125-132

SCHILDER Kees; VAN BINSBERGEN, Wim. (1993), "Recent Dutch and Belgian approaches to ethnicity", in *Africa Focus*, 9 (1-2),p.3-15

SCOTT, Catherine V. (1992), "International capital and the oil-producing states in Africa: an analysis of Angola, Nigeria and Algeria", in *Journal of Developing Societies*, 8, p. 179-193

SERRANO, Carlos M. H. (1979), *O Poder Político no Reino Ngoyo. Um Estudo Sociológico*, S. Paulo: Universidade de S.Paulo,[tese de mestrado; policopiado]

SIDLER, Peter. (1985) "Angola, Namibia and their Guerrillas", in *Swiss Review of World Affairs*, Zurich, (34), p.8-11

SILVA, Adulcino. [s.d], *Cabinda - A verdade oculta*, [s.l]: [s.e]

SKALNIK, Peter. (1988), "Union Soviétique- Afrique du Sud: les "théories" de l'ethnos " , in *Cahiers d'Etudes Africaines*, 28 (2), p.157-175

SOUSA, Valdemiro. (1976), "Angola - a guerra e o crime", [s.l]: Ed. Formação

TAYLOR, Anne-Christine. (1991), "Ethnie", in Pierre Bonte; Michel Izard (ed.), *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*, Paris: PUF



- TELO, António José. (1994), *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa:Ed. Cosmos
- TOPANOU, Kpoti V. (1994), "De la démocratie en Afrique", in *Afrique 2000*, (19), p. 53-58
- TORRES, Adelino. (1991), *O império Português entre o real e o imaginário*, Lisboa: Escher (col. "Estudos sobre África")
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). (org.). (1996), *The Least Developed Countries. 1996 Report*, New York/Geneva: United Nations
- VAIL, Leroy. (1989), "Introduction: Ethnicity in Southern African History", in L. Vail (ed.), *The Creation of Tribalism in Southern Africa.*, Los Angeles/London: University of California Press - James Currey
- VALENTE, Domingos A. (1969) "Os Tratados de Soberania de Cabinda", in *Portugal em África*, 26 (151), p.15-18
- VAN BINSBERGEN, Wim. (1993), "Kazanga-Ethnicité en Afrique. Entre état et tradition", in *Africa Focus*, Leiden, 9 (1-2), p. 17-41
- VAZ, José Martins. (1969), *Filosofia Tradicional dos Cabindas*, Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, [2 volumes]
- VAZ, José Martins. (1970), *No mundo dos Cabindas. Estudo etnográfico*, Lisboa: Editorial L.I.A.M., [2 volumes]
- VIEGAS, Walter L.A. (coord.)(1994), *Relatório da Missão da ADRA a Cabinda*, Luanda:ADRA, [doc. de trabalho]
- VISCONDE DE SANTARÉM.(1855), *Demonstração dos direitos que tem a Coroa de Portugal sobre os Territórios situados na Costa Ocidental de África, entre o 5º grau e 12 minutos e o 8º de latitude meridional e por conseguinte aos Territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz*, Lisboa: Imprensa Nacional
- WALLERSTEIN, Immanuel. (1996), "What hope Africa? What hope the World", in *Economia Global e Gestão*, (1), p. 75-92
- WILLAME, Jean-Claude. (1995) "L'Exportation de la démocratie: enjeux et illusions", in M. Esoavelomandroso & G. Feltz (dir.) *Democratie et développement*, Paris/Antanarivo: Editions Karthala - Omaly sy Anio, p.43-69



WHEELER Douglas L; PÉLISSIER. (1971), *Angola*, New York: Praeger Publishers

WISEMAN, John A. (1990), *Democracy in Black Africa. Survival and Revival*, New York: Paragon House Publishers

WORLD BANK. (1991), *Angola. An Introductory Economic Review*, Washington: World Bank Country Study

WORLD BANK. (1992), *Governance and Development*, Washington: World Bank

WORLD BANK. (1996), *African Development Indicators. 1996*, Washington: World Bank

ZOCTIZOUM, Yarisse. (1990), "L'État et la reproduction ethnique en Afrique", in David N. Lorenzen (ed.), *Studies on Asia and Africa from Latin America*, México: El Colegio de México, p. 189-203

Outras Fontes

Conversa com Miguel N'Zau Puna, Luanda, 9 de Maio de 1996

Conversa com D. Manuel Franklin, Luanda, 11 de Maio de 1996